



PARA

ALÉM

DA

REFORMA

AGRÁRIA

Renato Carvalho

PARA

ALÉM

DA

REFORMA

AGRÁRIA

Renato Carvalho



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Prof. Marcelo Brito Carneiro Leão

Reitor da UFRPE

Prof. Gabriel Rivas de Melo

Vice-Reitor

Edson Cordeiro do Nascimento

Diretor do Sistema de Bibliotecas da UFRPE



EDITORA UNIVERSITÁRIA - EDUFRPE

Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti

Diretor da Editora da UFRPE

José Abmael de Araújo

Coordenador Administrativo da Editora da UFRPE

Josuel Pereira de Souza

Chefe de Produção Gráfica da Editora da UFRPE

Diagramação final

Janilson Lemos de Araújo Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalho, Renato

Para além da reforma agrária [livro eletrônico] /
Renato Carvalho. -- Recife, PE : Universidade
Federal Rural de Pernambuco, 2023.

201p.: il.
Bibliografia.

ISBN (físico) 978-65-85711-42-5

ISBN (digital) 978-65-85711-41-8

1. Agricultura familiar 2. Economia - Aspectos
sociais 3. Movimentos sociais 4. Reforma agrária -
Brasil I. Título.

23-178630

CDD-361.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Reforma agrária, política social e econômica :
Problemas sociais 361.25

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



PARA
ALÉM
DA
REFORMA
AGRÁRIA

Renato Carvalho

1ª Edição,

Recife, Abril de 2020

*Agradecimento especial
Às Mulheres e aos Homens que lutamos juntos,
anonimamente, pela reforma agrária, cujo
protagonismo é que permite o sucesso
desta empreitada.*

*Agradecemos à colaboração de
Suely Melo,
Hildeberto Rodrigues, Geraldo
Majella,
Maria José e
Alexandre Toscano.*

*Agradecemos aos Professores
Marcelo Carneiro Leão, Reitor da UFRPE, e
Fernando Freire, Secretário Executivo da
FADURPE, que através do apoio
institucional tornaram possível a publicação
deste livro.*

*Homenagem a
Dorinha Carvalho e
Apolônio de Carvalho, meus
pais.
Dela, o atavismo do poder.
Dele, sua labuta e
a conversão
ao Trabalho transformador.*

*“Só há uma forma de ver as coisas
até que alguém nos ensina a
vê-las com outros olhos”
(Pablo Picasso)*

PREFÁCIO

A presente obra, intitulada PARA ALÉM DA REFORMA AGRÁRIA, é o resultado de anos de vida do autor, RENATO CARVALHO, dedicados à sua luta pela causa e por inclusão social. Como advogado de ocupações de terras de engenhos e usinas falidas, propriedades improdutivas do estado de Pernambuco e do Nordeste, coordenou nas últimas décadas, ao lado de outras lideranças, movimentos que garantiram acesso à terra, em novos assentamentos, a dezenas de famílias de trabalhadores rurais na região. Sempre esteve preocupado com o dia seguinte das famílias assentadas e demonstrou empenho em inserir essas famílias no mercado, reduzindo a intermediação dos bens por elas produzidos. Acumulou experiências de sucesso e outras mais desafiadoras na jornada percorrida, concluiu que a maioria das famílias assentadas querem progredir e participar conjuntamente da produção e do consumo de bens disponíveis na sociedade.

Para isso, precisam modernizar suas atividades produtivas nos assentamentos de forma coletiva e com a adoção de novas tecnologias nos processos de produção e distribuição dos bens gerados. Os caminhos para essa mudança são indicados nesse presente trabalho.

O vínculo de RENATO CARVALHO com a Universidade Federal Rural de Pernambuco vem da abertura deste espaço de processo de reforma agrária, por ele capitaneado, para discussão da temática com pesquisadores, professores e alunos, estendendo essa cooperação para estágios de alunos de agronomia com temáticas vinculadas à cadeira de Economia Rural do antigo Departamento de Letras e Ciências Humanas. Desde os anos noventa, a cooperação vem sendo mantida, atualmente, com o Departamento de Economia, daí a importância da Universidade participar da publicação desta significativa obra, relevante para dar suporte à modernização de uma agricultura familiar de base empreendedora e cooperativa.

Recife, 05 de setembro de 2023.

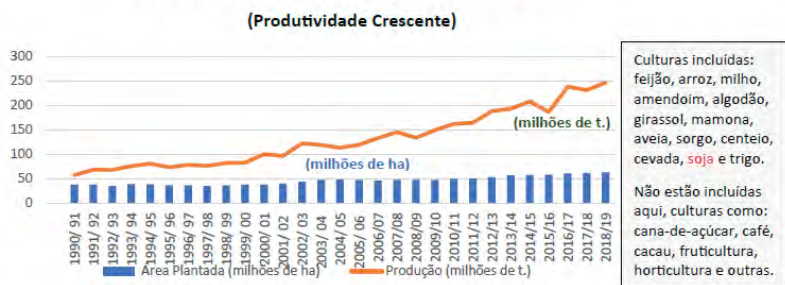
Tales Wanderley Vital
Prof. Sênior da UFRPE

O presente livro “Para Além da Reforma Agrária”, de Carvalho, Renato (2020), onde analisa a odisséia dos agricultores familiares em busca de manter suas terras para produção de alimentos saudáveis e sua luta para garantir a comercialização da sua produção sem interferência de intermediários, é fundamental e instrutivo.

Temos que no Brasil (isso comprovado em diversos estudos, dentre eles uma recente pesquisa apresentada pelo Prof. Tales Vital (UFRPE), na Academia de Ciências Agronômicas (UFRPE /2021), a produtividade das principais culturas vem crescendo, anualmente.

Com efeito, podemos constatar tudo isso na figura (Fig. 01), como segue, tomando a produção dos principais grãos no Brasil em uma série histórica dos últimos trinta anos (30), que suas produções têm estado em constante crescimento. Enquanto a área de plantação (barras em azul) para esses grãos, praticamente, se mantém constantes. Demonstrando, assim, que a produtividade dos grãos, em geral, no país, encontra-se em ascensão.

Fig. 01 - Área Cultivada e Produção de Grãos no Brasil



Fonte: Elaboração Própria (Dados da CONAB - Série Histórica da Área Plantada x Produção (1990/2020) In:

<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/serie-historica-das-safras/itemlist/category/908-graos-por-produtos>

O leve aumento de terras plantadas que se pode observar nessa série histórica, nos últimos anos, é devido à soja. Para as demais culturas, a área plantada tem se mantido, há 30 anos, sem acréscimos.

Toda essa produtividade, perfeitamente possível no país, é de se perguntar se essa tecnologia está ao alcance dos agricultores familiares nos assentamentos de reforma agrária do Brasil.

Carvalho, Renato (2020) se encarrega em demonstrar que não. E é nisso, onde repousa a importância de seu livro.

O autor defende em sua obra a organização de um movimento sindical de um novo tipo, em especial para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil.

“Nesse quesito, vamos consignar a necessidade de um movimento sindical de um novo tipo na perspectiva de ampliar as condições objetivas de transformações estruturais que cumpre à classe trabalhadora promover na sociedade mundial a fim de purgar por sua emancipação, que será obra de sua própria iniciativa” (CARVALHO, R. 2020, p.162).

Em síntese, defende Carvalho, R. (2020) que os trabalhadores devem modificar a postura apenas reivindicativa e aproveitar a conquista da terra (que é já uma realidade nos assentamentos legalizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - (INCRA) partindo para a organização do trabalho incorporando bases tecnológicas de produtividade para auferir ganhos efetivos de renda.

Com efeito, tratando-se de assentamentos de reforma agrária consolidados, a posse da terra já é uma realidade. Restando agora concretizar a produção pela via do trabalho.

Mas que esse trabalho, para ser produtivo, deve contar com determinados requisitos, sem os quais não se poderá atingir os colimados objetivos de produtividade e emancipação.

Com efeito, de acordo com Carvalho, R. (2020, p. 138):

“Nesse sentido, é fundamental se erguer nos territórios liberados sob controle das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes, parques produtivos fabulosos, nos quais os fatores de produção, entre

eles, a terra, sejam empossados pela sociedade de produtores livremente associados”.

E segue ensinando Carvalho, R. (2020, p. 138):

“Desse modo será possível:

- a) Quebrar o fracionamento territorial que é inviabilizador do retorno econômico dos fatores de produção;
- b) Os segmentos, associadamente, terem força econômica;
- c) Ampliação de territórios a partir da catarse decorrente de um novo processo de desenvolvimento socioproductivo”.

Essa parte final é a mais importante, visto destacar e valorizar o fato da importância dos agricultores familiares se organizarem em Arranjos Produtivos empoderados por uma sociedade de produtores livremente associados.

Por tudo isso, vale a pena a leitura atenta do presente livro, inédito sobre todos esses aspectos e com uma proposta ética de valor inestimável: a conquista da emancipação pela via do trabalho.

Recife, 24 de junho de 2023.

Rodolfo Araujo de Moraes Filho
Prof. Titular do Departamento de Administração – UFRPE

SUMÁRIO

- 19 Apresentação
- 31 1. Introdução: as Agriculturas Familiares e a Reforma Agrária: o impasse da reprodução social
- 55 2. A Realidade maximizada do Capital e a atrofia da reforma agrária e das agriculturas familiares
- 85 3. Desenvolvimento do Capital no Nordeste
- 97 4. O Paradigma da Água e o Fenômeno da Seca
- 107 5. Perfil das Agriculturas Familiares e da Reforma Agrária: limites e perspectivas
- 149 6. Próximo Passo

159	7. Eixos Estratégicos
165	8. Para Além da Reforma Agrária
173	9. Apêndice: O Movimento Sindical de Novo Tipo
185	10. Considerações Finais
193	11. Bibliografia
200	12. Imagens (Créditos)





APRESENTAÇÃO

THE
BEGINNING
IS NEAR

*“E aquilo que nesse momento se
revelará aos povos
Surpreenderá a todos
não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter
sempre ESTADO oculto
Quando terá sido o óbvio”
(Um índio – Caetano Veloso)*

Neste ensaio nos empenharemos em demonstrar e desvelar o que consideramos serem os limites e as perspectivas que se relacionam com o que se convencionou denominar agricultura familiar e a reforma agrária em nosso país e a lógica que a preside.

Inicialmente, temos uma inconfidência a fazer: exporemos o óbvio! O evidente, no entanto, nos parece ser bem difícil de praticar.

Nele, buscamos um diálogo com a concepção como é defendida pelas organizações representativas destes segmentos e lançamos um novo olhar acerca da discrepância entre elas, a realidade fática das famílias e a forma como vivem, produzem e efetivam sua reprodução social em nossa sociedade.

Esta discrepância, no nosso entendimento, não se circunscreve às filigranas filosóficas ou conceituais acerca da diferença entre a vanguarda, no sentido cultural do termo, e os segmentos sociais que eles representam, suposta ou efetivamente.

O propósito é firmar as bases de outra analítica contra hegemônica e estabelecer uma releitura desta realidade, considerando a necessidade do incremento do desenvolvimento rural em bases sustentáveis e como efetivamente estes segmentos podem contribuir para a economia de escala, superando a linha depressiva em seu atual contexto, assim julgamos.

Afinal,

“Nós moldamos nossas ferramentas e nossas ferramentas nos moldam”¹

1 A citação consta em um artigo de **John Calkin** para a revista *Saturday Review*, com o título “A schoolman’s guide to Marshall McLuhan”, publicado em 18 de março de 1967, páginas 51-53 e 70-72.

Deste modo, sugerimos superar o teto baixo de perspectiva estabelecido pela acomodação das próprias organizações por meio de uma concepção que resigna-se a aceitar e, portanto, limitar o papel dos beneficiários da distribuição de terra. Para tal investida, faz-se necessário ir Para Além desta Reforma Agrária.

Também consideramos ser importante responder as questões, no nosso entender, centrais à elucidação deste fenômeno de importância singular (a agricultura familiar e a reforma agrária):

1 – A reorientação da luta social em seu viés estético-político atualmente adotado;

2 – A introdução definitiva da luta de cunho econômico;

3 – A necessária definição do incremento do desenvolvimento das forças produtivas como condição sine qua non à elevação do papel dos segmentos;

4 – Entender o papel do ESTADO no processo de transformação total da sociedade. No dizer do professor inglês, David Runciman “Estados são o conceito político mais bem-sucedido da história da espécie humana”. Se for importante para o capital e sua ordem de domínio, não é menos importante para o trabalho alterar esta realidade e revertê-la em seu favor.

Ao desprezarem a luta socioeconômica como centro de intervenção em torno do qual deve orbitar as organizações hegemônicas nestes segmentos em nosso país, contrariando o que pregam ideologicamente, portanto de parcial legitimação, circunscrevem-se numa razão resignada.

As concepções cujas práticas destas organizações subjazem aspectos capazes de alicerçar, na realidade, projetos políticos conciliadores e funcionais que contribuem, ao final, na consolidação da hegemonia do capital e da reprodução ampliada da ordem burguesa em nossa sociedade.

Certamente nossa crítica causará espécie devido ao fato dos movimentos sociais hegemônicos conseguirem (por mérito próprio e circunstância histórica devido ao vazio precedente deixado pela extinção das ligas camponesas em decorrência da ditadura militar) auferir um tratamento digno de heróis representantes da classe trabalhadora destes segmentos rurais e a estética política adotada encanta muitos setores sociais que os apoiam acritica-

mente, principalmente a juventude, sobre a qual se exerce certo fascínio mediante um jogo de sedução política.

Estes setores, porém, deveriam se permitir à seguinte pergunta: qual a efetiva realidade fática das áreas reformadas e da vida das comunidades de agricultores e agricultoras familiares? Talvez, se se permitissem visitar estas comunidades com o olhar sagaz da realidade, sem os óculos ideológicos de movimentos sociais, numa perspectiva de análise crítica, veriam que entre o real e a narrativa ideológica utilizada, vai uma enorme distância, afinal não se pode querer responsabilizar as próprias famílias pelas precárias condições de vida que levam, muito embora tenham acessado os mecanismos de crédito convertidos em política social de combate à pobreza e ao desemprego cujos valores, no entanto, economicamente não emancipam as famílias. Qualquer economista sabe disto.

As ações destes movimentos, reconhecemos, são combativas, sinceras e até radicais em seus propósitos, algo um tanto quanto valoroso e a ser considerado nestes tempos de individualismo filosófico. Por isso mesmo conseguem passar despercebidos certos vieses de adaptação ao sistema do capital, eclipsadas que são por uma eficiente narrativa de feitos subsumidos a uma labilidade política, além da adoção de uma extraordinária retórica para produzir determinados efeitos em geral como se fora antessala de uma latência, embora se limitem a insinuações ideológicas.

As ações destes movimentos, em certa medida, circunscrevem-se no âmbito de uma ação performática. Por quê?

A ação performática é uma tática preferencial da esquerda organizada, hoje.

A ação performática esconde um sujeito político que não segue regras e os seus sentimentos invocam serem verdadeiros, porém guardam uma incoerência entre seus procedimentos e os atos subsequentes à sua invocação.

É a ação de um sujeito que opera sem desdobramentos consequentes. É uma ação efêmera, concentrada no tempo presente, com uso extraordinário do espaço e simuladora de radicalidade.

Daí que, os movimentos e partidos de esquerda estariam priorizando a metodologia de realização de eventos, nos marcos da ação performática, como substitutivo do tra-

balho militante e continuado em suas bases sociais. Razão pela qual as ações performáticas se assemelham à ação direta, em sua aparência, de tal modo que simulem radicalidade e vitalidade e, assim, entrem nas pautas midiáticas, sem que necessariamente representem ameaça real à ordem.

A ação performática serve de recurso para simular uma organização política ativa. Ela é a expressão da política como evento, não preservando compromisso com a consolidação de uma nova cultura efetivada na sociedade, algo bastante difícil de ser implementado e uma das mais árduas tarefas de transformação radical da realidade imposta pelo capital e sua sociabilidade.

É uma inversão da típica característica para a qual chamou a atenção Maquiavel: não basta ser, tem que parecer. De forma trágica a esquerda está refém da inversão de valores para a constituição de uma nova sociabilidade e adotam a seguinte prática: tem que parecer, mesmo que não seja.

A expressão da política como evento, caso da ação performática deve, ainda, ser considerada pelo crivo crítico das situações que cria:

Subjaz o conceito de que a ação decorre cada vez mais da gestão de informação, de capacidade de decisão, apoiados na crença de uma auto-organização, sem instrumentos de mediação. Deriva daí a ideia de que a indeterminação deve ser situada como um objetivo da ação política, mais do que como algo já situado na vida social real. Ou seja, algo que basta a si mesma e que prescinde de um agente social real. Neste sentido a política passa a ser uma ação de retroalimentação de seus próprios domínios e que torna irrelevante um ser social concreto e a realidade que o determina. Aqui, sob este conceito, o sujeito revolucionário é despido de qualquer perspectiva instituinte de realidade posto que ele esteja voltado ao seu próprio reconhecimento e não se propõe a ser um instrumento de transformação e sim o alvo da própria ação refletida em si mesmo;

Por outro lado, e em sentido contrário, outras ações podem se caracterizar pela ação do sujeito político não pela perseverança no ser, ele mesmo e apenas para si, mas no acontecimento que é medido pela duração e pela não identidade e pela não autoproclamação de si mesmo, antes visa remodelar a prática de agentes sociais presentes na sociedade e com condições de serem influenciados a intervirem em sua realidade e as modificar estruturalmente.

Deste modo, nos marcos da ação performática, os partidos e movimentos sociais convertem a luta contra hegemônica em luta por reconhecimento e suas crises ideológicas em crise de identidade. A ação política que desenvolvem objetiva articular os segmentos sociais que desejam um retorno à situação de reconhecimento de direitos e estima social, através da aquisição de autoconfiança, autorrespeito e autoestima. Por esta razão a luta é enquadrada pelo reconhecimento no campo das lutas sociais que procuram “conservar ou aumentar seu poder de dispor de determinadas possibilidades de reprodução”. Compreende-se a ação performática como ação destinada a recuperar herança identitária em face do desrespeito social. Assim, o evento é exaltado, mesmo que diminuto e a efetivação pretendida seja mera casualidade, não latência. Dito de outra forma: são ações que podem acontecer sob a perspectiva do acaso.

Então, três perguntas são necessárias:

1 - Como concebê-la nos marcos de uma ação verdadeiramente revolucionária, a luta por reconhecimento?

2 - Como a entrada em ação dirigida a outros e mediante a repetição que se manifesta não por via de uma cena, mesmo que efêmera, mas por via da palavra produzirá efeitos reais na sociedade sem a mediação das relações materiais de produção?

3 - Como a reprodução social será garantida se o foco se concentra na ação performática?

Respondemos: Na capacidade de melhor explorar a relação disjuntiva, hoje, entre a luta econômica e a luta política, conjugando-as à luta e o empoderamento social,

buscando compreender as formas mais consequentes de articulação entre esses campos da ação revolucionária.

Não superada esta situação aqui descrita será jogada para as calendras gregas soluções estruturais para a realidade de todos os segmentos sociais sob domínio do capital.

(Ação Performática: sintoma de uma crise política - Reprodução e adaptação livre do texto de autoria de Clarissa Gurgel).

O trágico desta situação é que ao não atuarem considerando ser a terra um potente meio de produção, conformam aí um consenso perverso com os arautos do sistema do capital. Adotam uma espécie de razão, ou seja, ao não reconhecerem a economia como o centro da luta resignam-se à ideia do *Small is Beautiful* (o pequeno é belo), algo absolutamente funcional ao interesse do capital, pois não se tem a assunção da terra como meio de produção de riqueza e, neste sentido, incapaz de impulsionar a emancipação da classe. Esta é uma visão economicamente regressiva e politicamente equivocada, pois não empodera os segmentos defendidos a fim de que possam se erguer à condição de potência socioeconômica.

Como a linha central de encantamento é o pequeno é belo, a agricultura familiar e a reforma agrária realmente existentes como defendidas e implementadas atualmente funcionam como uma espécie de válvula de escape do agronegócio, por não terem potência suficiente em serem equivalentes gerais à produção de riqueza no meio rural e determinarem outra cadeia de valor. Daí que se situam de modo subsumido e funcional aos interesses deste segmento da economia (o agronegócio) a despeito dos reclames que este vocifera contra a “temida reforma agrária”.

Ser equivalente geral, conceito marxista relativo à mercadoria constante do livro O Capital, do qual tomamos emprestado a forma-valor e adaptamos o enunciado, implica para as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes a construção de uma referência determinada por uma nova hegemonia (a que aqui é defendida) de diferentes formas e situações postas no ambiente rural e forje um padrão convencional de mensuração de valores a partir do qual todo o conjunto pode, assim, ser aferido e comparado entre si, balizados por um novo padrão de cultura neste meio. Ou seja, a produção de alimentos saudáveis em grande

escala produtiva, alta tecnificação, preservação da natureza e, sobretudo, rompendo com o círculo de ferro da subsistência.

Este encantamento, mediante uma narrativa bem pensada e com alto grau de emulação ideológica (em muitos casos, podemos dizer, “para inglês ver”), chega a um elevado grau de paroxismo no qual se exaltam as virtudes destes segmentos (a agricultura familiar e a reforma agrária) como um modo de vida superior a qualquer outro no meio rural e, talvez, urbano, convivendo em paralelo com a brutalidade do capitalismo realmente existente, avassalador, como se fora um mundo à parte.

Ergue-se a produção de carroça à condição de virtude de um titã e por outro lado se despreza a tecnificação que elevaria à escala a agricultura a outro patamar, compatível com a inserção na macroeconomia.

A concepção que orienta os arautos dos segmentos em sua atual lógica, de certa forma rebaixa à condição de distopia a alta tecnificação do campo porquanto a associa ao padrão adotado pelo agronegócio - nada mais trágico, diremos novamente, porque funde num só bloco questões distintas (agronegócio demonizado e a tecnificação). Esta é a denominada política da enxada.

Esta visão revela um acentuado grau de simplismo pelo fato de desejar erguer à condição de virtude as ações comunitárias de pequeno porte, que mal oferecem condições de sustentação das famílias, além de revelar um entendimento absurdo do papel destas populações. O debate chega às raias de uma esquizofrenia ao se avaliar serem os pequenos produtores(as) capazes de superar o agronegócio pelas supostas virtudes que carregam de “sermos pobres, mas politizados e solidários”, pregação de puro idealismo.

O que é a política senão a ciência de poder. Ser politizado implica em entender os mecanismos de domínio que se exercem na sociedade, não a alienação acerca deles, como se faz presente nestas organizações em epígrafe - muito embora haja um discurso autodenominado de politizado que, contudo, se reveste, no fim das contas, em uma narrativa ideológica de autoafirmação em vista ao enfrentamento de um inimigo potencial ou virtual.

É tão ruínosa esta concepção e prática que ao tentar conferir uma homogeneidade cultural e uma suposta unidade política ao segmento despreza-se o fato da existência de uma miríade de organizações e agriculturas familiares com uma visível desagre-

gação social sob uma extensa malha de milhões de propriedades (unidades de produção familiar [UPF]) que não se articulam entre si, antes o contrário, pois convivem isoladamente umas das outras. Esta situação desarma o segmento, posto que sejam peças de um quebra-cabeça que não se juntam facilmente.

Por seu lado, as áreas de reforma agrária guardam uma elevada, mas relativa, homogeneidade cultural e uma extensão territorial articulável em um grau bastante considerável, embora tal qual como nas agriculturas familiares, haja um grande número de organizações que reivindicam coordenação sobre parcelas deste segmento.

Combater o capitalismo tem implicado para estas organizações tentar construir caminhos paralelos ao sistema, mesmo que numa ordem extremamente depreciada e precarizada por parte destas comunidades que vivem uma realidade de prática imperceptível à sociedade, convivendo em paralelo a um sistema sociometabólico extremamente perverso: o capitalismo.

Queremos nos insubordinar contra certo “pensamento único” que se instalou entre os movimentos sociais de corte rural e até no âmbito sindical, sobretudo este, cujas posturas repelem qualquer outra reflexão mais fundamentada que seja. No afã de se tentar hegemonizar o meio, adotam uma postura de tentativa de monopólio estético, político, cultural e conceitual, como se fora “o fim da história”, para além da qual (esta linha conceitual que está em curso) nada mais seria reconhecido ou válido. Algo ruinoso, pois se tentou, mediante chantagens, anular o pensamento crítico mesmo ante uma precariedade social que grassa nas comunidades, ocasionadas pela insuficiência das políticas vigentes defendidas como exitosas.

Posturas e ações combativas não conseguem esconder certa (para dizer o mínimo) adaptação ao sistema por não se querer centrar a luta na economia e ser capaz de reproduzir socialmente outra ordem material em base mais elevada e consistente, correlacionada com a macroeconomia e uma infraestrutura potente e a disputa pelo controle das riquezas produzidas. Deste modo cria-se uma perspectiva concreta para uma reprodução social que estabeleça uma nova sociabilidade.

Na defesa de Uma Outra Reforma Agrária Possível, portanto, cotejaremos a situação prática e teórica vigente sem, contudo,

aprofundar o debate. Ela, no entanto, será ilustrada com assertivas que, julgamos, lançam luz com um foco dotado de outro olhar acerca do mesmo tema e, com isso queremos sugerir outros caminhos e outras práticas nas ações das organizações para os e dos segmentos.

É isto o que pretendemos demonstrar neste ensaio.

Boa leitura e, pedimos, revistam-se de novos olhares que o bom e velho senso crítico agradece.

1. INTRODUÇÃO





AS AGRICULTURAS
FAMILIARES E A REFORMA
AGRÁRIA: O IMPASSE DA
REPRODUÇÃO SOCIAL

*“É preciso atrair violentamente
a atenção para o presente do modo como ele é,
se se quer transformá-lo.
Pessimismo da inteligência,
otimismo da vontade”.*
Antônio Gramsci

Temos dito enfaticamente: ou as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes superam seu anacronismo e a cultura de subsistência que as caracterizam, elevando-se à condição de Forças Produtivas Desenvolvidas ou não será possível contribuir historicamente para ampliar a produção de alimentos saudáveis no campo aliados a uma efetiva preservação/recuperação ambiental, pois a humanidade está sendo chamada ao limiar de seu tempo histórico, que se projeta imensamente distópico.

O papel destes segmentos está em xeque pelo fato de que a *riqueza das nações é impulsionada pelo conhecimento do processo produtivo. É a complexidade - e não primariedade - que leva ao desenvolvimento. Esta é uma afirmação clássica. Por isso os segmentos precisam rever seus papéis.*

A simplificação que se impôs como narrativa hegemônica em relação à “agricultura familiar” nos faz remeter a afirmação de Maria Thereza de Menezes

“Ao contrário, numa dialética de vulgata, a realidade social, a despeito do capitalismo, traz a possibilidade de criação e operacionalização de novas formas de combate à pobreza e ao desemprego nas quais subjaz uma nova civilização (...) desprezando, deliberadamente, a racionalidade e a dinâmica da ‘mundialização do capital’” (2007).

Estes sistemas (agricultura familiar e reforma agrária) e o agro-negócio não se enfrentarão numa espécie de batalha campal, não neste momento, mas correm em paralelo e sem atritos/conflitos reais, a não ser de perfil tático, de ambos os lados, além do caráter possessório e sua violência reacionária decorrente.

Os enfrentamentos estratégicos de naturezas diversas acontecerão a partir do momento em que os primeiros tenham capacidade de empreender agriculturas extensivas e articuladas entre si

em todos os seus territórios, tecnificadas em alto nível e qualidade realmente sustentável para atenderem a sociedade no consumo saudável de alimentos. Eis o xis da questão.

Para elucidar a questão acima é preciso recorrer a Marx que afirmava não existir a possibilidade de formas alternativas no universo da reprodução em qualquer modo de produção, porque as “condições da produção são ao mesmo tempo as condições de reprodução” (MARX, 1988, p.145). É inescapável esta questão.

Por isso é preciso considerar que a ‘agricultura familiar’ e a reforma agrária, como defendida por alguns movimentos sociais, ao “se remontar às formas pré-capitalistas de produção e reprodução, repõe um dos mais significativos trunfos do capitalismo hodierno [...]: basear-se na recusa de progresso em relação a largos setores sociais [...]” (HUSSON, 1999: 6) - (citado por Maria Thereza de Menezes, 2007).

Outro viés impede que estas organizações desenvolvam sua base social porquanto são reféns da concepção de que se constrói o movimento na sociedade e não se estrutura a organização desta sociedade para o fim de sua emancipação autônoma. Isto não é um fator qualquer, a concentração de esforços vai numa única direção: vetor apontado ao próprio movimento em detrimento do fortalecimento e da organização da sociedade em si e para si. É um velho cacete do capital, adotado mimeticamente pela esquerda mundial: a sociedade passa e a organização fica. Eis um dos nós górdios impenetráveis de transformações profundas em nossa sociedade.

Por isso é mister indagar: por que a grande maioria da esquerda vê na esfera exclusiva da superestrutura seu apelo no terreno de reprodução social descartado da produção? Esta é a mais centralíssima das questões relativas ao foco da intervenção política para a efetivação de uma verdadeira transformação radical da sociedade. Até porque

“a reconstituição da unidade da esfera política e reprodutiva material é a característica essencial definidora do modo socialista de controle sociometabólico” (Mészáros).

Este apelo centrado na exclusiva ação superestrutural descartada da produção, erro crasso e algo central da debilidade histórica da esquerda, em geral, revelam o voluntarismo da “vontade política” e um grau elevado de idealismo onde o desejo despreza

os aspectos da realidade e se impõe como cultura de engajamento numa “vibe” calcada numa “ignorância erudita”: o “militante sabe tudo”.

Pois bem, os limites e deficiências apresentados pelo movimento popular e a esquerda, em geral, são notórios quando suas

“(…) expressões militantes a favor de um mundo diferente costumam se dissipar uma vez transcorrido o episódio” (Harnecker, 2001)

Isso tem a ver com a dispersão das forças sociais.

Além do mais, a esquerda social e política, que derivam da esquerda mundial, sobretudo de influência europeia, carecem de uma disposição para efetivarem uma necessária autocrítica, pois

“Em decorrência dessa atitude arrogante, o marxismo ocidental nunca se empenhou seriamente em repensar a teoria de Marx à luz de um balanço histórico concreto: qual era o papel do Estado e da nação (...)? Como promover a democracia e os direitos humanos e como estimular o desenvolvimento das forças produtivas e o bem-estar das massas numa situação caracterizada pelo bloqueio capitalista? Ao invés de pôr-se essas questões difíceis, o marxismo ocidental preferiu abandonar-se à cômoda atitude autoconsolatória de quem cultiva em particular as suas utopias e rejeita, como uma contaminação, o contato com a realidade e a reflexão sobre a realidade. Disso derivou uma progressiva capitulação à ideologia dominante. Por fim, a autocelebração do marxismo ocidental desembocou na sua autodissolução (artigo de Domenico Losurdo que foi posteriormente desdobrado em sua última obra publicada em vida, “O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer” (Boitempo, 2018).

Esta crítica de Losurdo, embora focada na esquerda que se reivindica ou se reivindicou do marxismo, estende-se a esquerda em geral.

Outra manifestação dos sintomas da fragilidade que o movimento popular carrega se refere a fatores que o fazem perder

“energias em lutas intestinas, de frações e pequenas ambições” (Harnecker, 2001).

Pois bem, temos que considerar que a luta ideológica da esquerda política e social, como operada na sociedade hodierna, exige o

reconhecimento das pessoas que se dedicam a compor um campo político mediante emulações por valores, a fim de que defendam suas ideias com uma convicção que justifique seu engajamento.

Ocorre que, elevar à condição de justos estes militantes não contribui para empoderar estes mesmos indivíduos, pois, em geral, eles operam alienados das condições reais que são dispostas para si, normalmente precárias, tanto material quanto intelectualmente. Hoje, a cultura militante secundariza o estudo, prioriza o ativismo e se deixa condicionar a repetir narrativas. Desde modo o militante não se vê defendendo causas amplas da macroeconomia e de poder. Antes se engaja em militância focada na lógica identitária e de reconhecimento, algo justo e necessário, porém algumas situações chegam ao êxtase ao afirmar: “a questão não é de classe social, mas de raça, etnia, gênero...” entre outras analogias de acordo com o segmento que o militante atua.

Por seu lado, a burguesia e seus arautos são dotados de alto poder de reflexão, apoiados por think tanks e detentores de uma ordem material fabulosa, de tal magnitude que a tudo centrifuga.

Num debate ocorrido em Recife, o sociólogo Francisco de Oliveira chegou a brincar: “o pessoal da economia solidária é meu amigo, mas eu indaguei quantos tanques de guerra a economia solidária pode comprar para enfrentar os Estados Unidos da América?”.

Óbvio que não negamos, em hipótese nenhuma, a importância da subjetividade que impulsiona as ações, mas a mediação material que a realidade impõe, certamente, é o fundamental e o determinante para as relações na sociedade.

Esta concepção transfere a dimensão econômica da luta, desprezando-a, exclusivamente para a esfera da política (superestrutura), sobretudo no âmbito do espaço público. Certamente esta posição é funcional ao interesse do capital, porquanto o ESTADO é o comando político da burguesia e o espaço público é o locus por excelência em que ele exerce o seu domínio estendido.

Esta funcionalidade dos movimentos sociais e das organizações políticas em relação ao capital são preocupações nossas pertinentes ao fato de não poderem ser compreendidas sem que se observe que a mudança global tem por objetivo não só o fim do capitalismo, mas o fim do sistema sociometabólico do capital total. Isto implica não somente a mudança da economia (que é um

meio) como complexo fundante das relações sociais e sim, principalmente, a superação da submissão do trabalho ao capital (socialidade que determina o ethos do sistema), fato que está presente na história humana há milênios e que até se fez presente, mas não sendo superada nas experiências do socialismo real do leste europeu e da Rússia, em Cuba e, atualmente, na China.

Aqui, alertamos para não deixar espaços a deduções maneiristas, não estamos negando a política e sua ciência de poder, ao contrário, dizemos que devemos fazer outra política, que se não for associada estrutural e organicamente com o social e o econômico, esta (a política) cumpre em grande medida o papel de legitimadora do domínio do capital, pois não rompe com as regras estabelecidas e apenas adota a linha de menor resistência.

E mais, ao se referir à política, é lugar comum se reportar ao fato dela ser exercida no âmbito institucional-parlamentar como centro da luta. Ocorre que o capital, em seu domínio social, exerce seu poder centralmente no âmbito extraparlamentar, por excelência. Daí que o centro do sistema é o controle, a distribuição e o consumo resultantes dos processos produtivos donde emerge seu poder real.

Então, por conta dos agravantes acima citados, a política de apoio à reforma agrária e às agriculturas familiares como aplicada atualmente, no último período histórico, atenta contra a luta pela emancipação da classe do trabalho por ter contribuído na retenção de pobres no campo imersos num subdesenvolvimento que impede a elevação do seu padrão material, cultural, social e político, dentro de uma perspectiva de comprometimento de sua autonomia. Esta realidade embora seja dolorosa às famílias aí assentadas, parece não existir nem sensibilizar a vanguarda dos movimentos sociais e políticos que, de certa maneira, formam “um mundo à parte”. Isto é ruinoso.

Os que negam o *primado do desenvolvimento das forças produtivas* muito mais contribuem para manter os outros num paraíso ilusório (Engels, 1983: 317).

Para uma superação deste quadro é fundamental que haja a construção de uma transição psicossocial da condição de desempregados estruturais para uma nova educação econômica e capacidade empreendedora, algo um tanto quanto determinante, pelo

simples fato da terra ser um meio de produção altamente potente. Para se almejar êxito, portanto, se faz necessário ser empreendedor e isto, no nosso entendimento, não dialoga nem transige com acomodação ao sistema, antes o contrário, pois

“Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter”
(Karl Marx, 1859).

Claro está que a questão das forças produtivas na transição para uma nova sociedade são temas ainda pouco debatidos no interior dos segmentos aqui aludidos e na esquerda em geral. Não se trata, aqui, de se acreditar que os trabalhadores devem apenas lutar pela apropriação das forças produtivas e de forma linear utilizá-las em novas relações sociais de produção. As forças produtivas constituídas no interior da sociedade capitalista, afinal, são um entrave à emancipação do mundo do trabalho, por isso, requerem uma radical reestruturação e uma incorporação qualitativamente superior, portanto, distinta no socialismo. Ressaltamos que a potencialidade do emprego das forças produtivas herdadas do capitalismo não pode ser reduzida à questão da democratização do acesso às forças produtivas, pois seria absolutamente insuficiente, uma vez que as forças produtivas capitalistas não nos permitiriam ir além do capital. Por quê?

A questão das forças produtivas do trabalho social (não vamos estender o desenvolvimento deste conceito aqui) tem um lugar importantíssimo na teoria social de transição a outra sociedade de inspiração marxista. Ela compõe todos os elementos da capacidade humana de produzir as condições materiais de sua própria existência, mediante o trabalho em sua interação com a natureza e, por meio disto, reproduzir suas condições de existência e influenciar a toda sociedade.

Neste sentido, é determinante que não haja receio em encarar a necessidade de se converter as agriculturas familiares e a reforma agrária numa agricultura geradora de uma economia de grande escala altamente tecnificada, atendendo à demanda da sociedade por alimentos saudáveis, produzidos em ambientes sustentáveis.

Para se converterem em equivalente geral do desenvolvimento rural as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente

existentes devem superar sua atual condição de produção de subsistência, escala reduzida e economia precária e residual.

A extensão territorial que possuem é um fator determinante que deve cobrar responsabilidade aos segmentos em apresentar resultados palpáveis para além da narrativa de cunho político-ideológico. A sociedade precisa de alimento saudável e o discurso acerca do tema não garante abastecimento.

Pois bem, há cerca de pouco mais de duas décadas, as expressões agricultura familiar e reforma agrária passaram a fazer parte, fortemente, do dicionário da política brasileira e entraram na história ao assumirem um protagonismo que galvanizou a institucionalidade, convertendo seus pleitos em políticas públicas. Unificou movimentos sociais e a esquerda em geral em torno destas duas importantes bandeiras históricas, estabelecendo um novo tempo sem precedentes em nosso país.

Acerca desta questão acima, recorremos a um trecho de um ensaio de Herbert Marcuse denominado Heideggerian Marxism que afirma: “Os problemas filosóficos relativos à verdade também têm ‘história’, não no mero sentido factual de sua produção na ‘história’, mas, sobretudo, no sentido essencial de que estão ancorados nas condições concretas de existência histórica e só ganham significado a partir dessa perspectiva”.

Deste modo, a existência histórica que lhes dá significado e as condições concretas sob as quais vivem, faz com que as famílias assentadas da reforma agrária e desta ‘agricultura familiar’ se sintam efetivamente realizadas no contexto social advogado e se reconheçam nas representações advindas da vanguarda de organizações que se credenciaram como arautos destes segmentos?

Como vivem, realmente, no interior de suas comunidades, pessoas que são glamurizadas como agentes de um novo tempo no campo em nosso país? Será que estas pessoas compreendem suas realidades precárias à luz do prestígio que auferiram na sociedade ou são reféns do mundo das ideias que exaltam suas qualidades e paralisam suas possibilidades? A realidade concreta confirma as teorias que impregnam o mundo dos intelectuais? Eles já se aventuraram em conhecer de perto, em extensão e profundidade, a realidade fática destas comunidades sem os óculos ideológicos de visões de mundo, em geral condicionadas por paradigmas teóricos utilizados de modo absolutamente arbitrário ao real?

Parece-nos, por tudo isto, que este ser social da reforma agrária e desta ‘agricultura familiar’ não se reconhece a não ser por meio de frações doutrinadas pelas teorias que acerca de si são formuladas.

Não podemos mais conviver sob o viés de que, se a realidade contraria a teoria destas organizações e/ou militantes, pior para a realidade.

O tempo atual, de complexíssima realidade, sem dúvida, é a expressão das conquistas das lutas sociais do passado recente. Já o futuro estará marcado pelos avanços conseguidos por inúmeras formas de luta e trabalho, não de uma fonte, mas de infinitas possibilidades, senão a história estaria congelada. Mas, como afirma em sua bela composição, Vital Farias: “o real e a fantasia se separam no final”.

Por isso, é preciso que as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes superem os resquícios de anacronismo imposto pela lógica de desenvolvimento do capital e abracem com força o futuro.

É preciso decifrar o marco que deflagrou o ciclo atual da reforma agrária e das agriculturas familiares realmente existentes.

O processo que enseja a conjuntura recente foi constituído por duas vertentes:

1 – Na retomada radicalizada da luta no espaço rural, em meados da década de 1990.

2 – A luta do movimento sindical rural pelo reconhecimento da categoria da pequena produção, que se converteu em agricultura familiar no âmbito de criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

O êxito nesta nova etapa da luta popular no campo ficou configurado na criação de uma política específica denominada PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) que sucedeu ao PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), unificando as políticas públicas. Foi uma grande vitória política do movimento sindical rural sobre os demais segmentos da luta especificamente agrária.

Esta vitória do movimento sindical, que ao final converteu e a tudo unificou no que passou a ser conhecido como PRONAF, não é algo inédito no país. Na década de 1960 foi criado um movimen-

to sindical rural que visou suplantando as Ligas Camponesas. Isto de fato se consumou, mas não vamos adentrar nos meandros do tipo de apoio que este movimento sindical auferiu para enfraquecer as organizações de luta radicalizada pela reforma agrária daquele período histórico tão conturbado.

A consolidação de política para estes segmentos, no período recente, teve como protagonistas as organizações sociopolíticas do campo, que coordenam amplos setores da pequena produção, do movimento sindical rural e dos sem-terra.

Esta vitória institucional ampliou exponencialmente as possibilidades de influência por parte dos trabalhadores e das trabalhadoras nos rumos das políticas públicas do país.

Este avanço brutal da participação popular destes segmentos talvez encontre paralelo histórico nas lutas sindicais do final da década de 1970, nos estertores da ditadura militar.

Considerando todo este avanço institucional, tendo como horizonte histórico os 22 anos do PRONAF é preciso propor, por outro lado, avanços e soluções duradouras na perspectiva de acumulação de força e de poder estrutural para estes segmentos populares nas dimensões da política, do social e do econômico. Outro estágio do desenvolvimento destes segmentos na sociedade deve ascender a um patamar de progresso sustentável.

Para tanto, outro ciclo de luta e trabalho deve ser aberto. O período atual de iniciativa política e o estágio de acumulação de força institucional, embora de adversidade conjuntural extrema, ainda assim, possibilita isto, devido a terra ser um fabuloso meio de produção.

Outro fator determinante na atual conjuntura é que o ESTADO continua em disputa.

Por conta disso, exatamente, é preciso o estabelecimento de um marco zero para outro arranque, na perspectiva de um Projeto de Nação com base na mais elevada tradição de luta e trabalho da humanidade, numa perspectiva de sociedade onde impere a democracia política, econômica e social, em conjunção, com o comando dos produtores e produtoras livremente associados.

Este estágio, no entanto, não será alcançado em saltos e abreviações artificiais à revelia do desafio do tempo histórico (Mészáros). “Antes” da livre associação será preciso encarar a política

para além do leviatã (o ESTADO) e isto pressupõe dominar este espaço de poder em favor da classe do trabalho.

Para atingir um novo patamar será preciso, portanto, uma releitura crítica do que viemos construindo nos últimos tempos.

Assim, ao reconhecermos fortalezas no seio das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes, também reconhecemos fragilidades. Por isso não sugerimos erguer argumentos adjetivados de ordem moral contra o agronegócio, mesmo considerando as sérias restrições a um perfil de destruição produtiva que este exerce.

A lógica de crítica ao agronegócio, no nosso entendimento, deve ser efetuada em bases substantivas e não alentadas por jargões. Façamos o bom combate de superação. Mostremos que somos os arautos da sociedade do futuro e não espelhos partidos e, portanto, mal refletidos do passado.

Deste modo, a lógica de relação sugerida às agriculturas familiares e à reforma agrária realmente existentes em relação ao agronegócio e a sociedade como um todo, também deve ser calcada numa dialética de “negação da negação”. Ou seja, é determinante ter lucidez acerca da linha de formação histórica e atual do desenvolvimento do capital no espaço rural, do qual deriva o agronegócio, negando suas ações deletérias, mas não tendo receio em identificar e considerar o estágio de desenvolvimento das forças produtivas que ensejou e auferiu.

Por seu lado, a pequena produção, neste contexto, é resultado linear de um tipo de desenvolvimento que o capitalismo brasileiro estabeleceu e não que se impôs a si mesma, antes o contrário. Isto porque o capitalismo é um modo de produção globalizado que se articula em formações sociais, as quais isoladamente não representam mais do que formas particulares de sua lógica global (do capital).

Ademais, as agriculturas familiares, historicamente, não existiram como categoria relevante no campo. Por isso, é um equívoco tratar a pequena produção per si posto que não ofereça margem à “(...) manipulação de efeitos em si e por si, isolados das causas (...)”², nem (...) a universalização de exceções impossíveis de serem generalizadas (...)”, a permanecer esta concepção que orienta as

2 Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição, Boitempo Editorial, São Paulo, 2002, István Mészáros, pág 40.

tratativas destinadas ao que se convencionou chamar de agricultura familiar, generalizada indevidamente como se fora um bloco único, que não o é.

Parece um contrassenso, admitimos, mas a prevalecer uma visão simplista e maniqueísta em relação ao agronegócio (“o mal”) e as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes (“o bem”), então impossível será sair desta armadilha erguida por uma ideologia ilusória, posto que a acumulação de riqueza é demonizada e a pobreza é exaltada.

Emblemático exemplo disto é o que relata o *Le Monde Diplomatique Brasil*, em sua edição de abril de 2010, na matéria intitulada “Em Iaras, o MST produz”. No teor, a reportagem afirma: “(...) As famílias são pobres, mas têm uma enorme consciência política. Uma visita ao assentamento dos sem-terra mostra uma vida solidária e cooperativa”. Nada contra, mas é preciso reavaliar este conceito. A observação da citação do jornal francês se restringe a sua linha editorial adotada na matéria reportada. Esta observação aqui aludida, no entanto, para que se fique bem explicado, reconhece a enorme contribuição que o MST tem dado ao Brasil.

A análise aqui oferecida é ciente que possui uma linha inusual no meio das agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes. Alertamos, portanto, que a política prevalecente adotada para estes segmentos é uma “(...) entre muitas, não o único caminho para a verdade (...)”³.

Em regra, os movimentos e organizações sociais apresentam aos governos propostas que se adequam às políticas públicas pré-existentes, até porque fomos protagonistas na construção destas políticas. Por isso, concordamos com esta lógica. Mas, oferecemos em contribuição outros olhares, outras propostas, outra estética-política (formas de construção de poder real) e perspectivas.

Por isso, requerimos aos interlocutores se abstenham de avaliações precipitadas e solicitamos evitar açodamentos, porque “travada a mente na ideologia (...) como se o coração tivesse antes que optar entre o inseto e o inseticida” (Eclipse oculto - Caetano Veloso) pode travar o diálogo às novas reflexões, resultando disso bloqueio apriorísticos a alternativas substantivas e viáveis. Abram-se as mentes!

3 Contra o Método, resenha sobre livro homônimo de Feyerabend, de Gilberto Dupas, Folha de São Paulo, 08.01.2009.

Afirmamos que esta proposta aqui consignada é um ensaio que visa lançar luz sobre uma realidade ofuscada pela luta ideológica na sociedade, tanto de um lado como do outro.

É uma proposta que a Via Trabalho está tentando aplicar em várias regiões do país. Para tanto se faz absolutamente necessário fundamentar porque consideramos factível a implantação de Centros Dinâmicos da Socioeconomia (Polos de Desenvolvimento) das Agriculturas Familiares e da Reforma Agrária, numa lógica contrária à Lei de Pareto, como aplicados aos polos de desenvolvimento econômico do capital.

A lógica de Polo aqui sugerida, refere-se à implantação de ações que sejam catárticas nas regiões onde se instalem, servindo de referência a ser replicada a partir de uma força material constituída pelas agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes, com viabilidade prática.

É uma proposição que analisa um período e defende uma estratégia associada a uma nova lógica de ação para o desenvolvimento do campo, com o surgimento de um novo protagonismo social e econômico, algo historicamente viável.

Propomos também outras perspectivas aos segmentos das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes no país e a luta político-estratégica em nossa sociedade.

Esta perspectiva, assim julgamos, pode ter êxito se houver a constituição de:

1 – Circuitos Econômicos integrados em âmbito nacional e internacional;

2 – Uma rigorosa Organização Empresarial das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes e;

3 – Uma extensa, articulada e eficiente Organização Intempresarial destes segmentos entre si, numa circularidade produtiva, industrial e comercial.

Deste modo, é pertinente afirmar, peremptoriamente, que o êxito das *agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes*, no cumprimento de um papel diferenciado daquilo que se arquitetou nas últimas duas décadas, dependerá da constituição de uma nova estética-política que crie um amálgama com a *luta e o trabalho* pelo adensamento produtivo de milhões de pequenas propriedades e sua integração numa extensa cadeia de valor.

Ou seja, a *luta e o trabalho* socioeconômico, na perspectiva aqui apresentada, devem se fundir com uma nova lógica nas relações de poder político e suas interfaces institucionais e culturais (novo modo de ser desta ação). Esta fusão deve ser de mão-dupla.

Daí ser um monumental equívoco associar as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes à “geração de emprego” ou a um tipo de atividade bucólica no campo, como muitos segmentos querem fazer crer. Neste contexto, as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes não têm lugar, e uma consequência direta deste modelo é o empobrecimento das famílias do campo. “(...) Não há democracia no sistema agroalimentar. E por isso é necessário reivindicar essa “democracia real” também nos atuais modelos de produção, distribuição e consumo de alimentos (...)”⁴. E isto não se consegue com posições apelativas, mas se se conseguir estruturar avanços tecnológicos na pequena produção associada em escala. Mas, o “país não tem conseguido fazer chegar a essa gente o progresso da tecnologia na pequena propriedade”⁵.

Afinal, consideramos ser um equívoco destruir plantações do agronegócio como forma de se tentar demonstrar como é nefasta sua lógica de destruição produtiva, similar a como agiram os operários no século 18 (os ludistas), no início da revolução industrial, destruindo máquinas das indústrias como forma de protesto pelas suas precárias condições e desumanas jornadas de trabalho.

A fim de cumprir um papel adequado como força de produção é fundamental que os segmentos aqui referenciados passem a deter uma capacidade produtiva, que deste modo poderão superar sua condição de simples produtores de mercadorias. As mudanças advirão mediante uma reestruturação e reconversão produtiva e a sua integração interempresarial que desdobre em cadeias e arranjos produtivos de escala, com alta tecnologia e conhecimentos aplicados e a constituição de um mercado comum com intervenção unificada e a ele direcionada.

A reestruturação e a reconversão produtiva ensejará a expansão econômica, abrindo perspectivas para uma nova sociabilidade,

4 Ocupando o sistema agrícola e alimentar – Esther Vivas (+info: <http://esthervivas.com/portugues/>),

5 Entrevista do Valor Econômico com Antônio Delfim Netto, 09/09/2013.

pois amplia em muito as possibilidades de articulações produtivas e, conseqüentemente, uma ampla reprodução social de valores.

Então, ante este cenário de crescentes entraves, como as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes poderão cumprir o papel de contribuir no fornecimento massivo de insumos agrícolas ao mundo?

Assim,

No exato momento em que o governo federal estabelece um rompimento com a política pública anterior, restringindo drasticamente o apoio a estes segmentos;

No momento em que as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes ainda são reforçadas quase que exclusivamente com linhas de acesso ao microcrédito por endividamento familiar, algo insustentável;

No momento em que a infraestrutura existente e as disponibilizadas são minimalistas e, decorrentes disto, incompatíveis com uma agricultura competitiva na perspectiva de atendimento à elevação de consumo de alimentos saudáveis da sociedade brasileira e mundial - inclusive a insuficiente logística para o segmento. Isto no exato momento em que, segundo projeções da FAO/OCDE, há a necessidade de aumento da produção mundial de alimentos em cerca de 20% e no Brasil 40% para atender a demanda até 2020.

Neste diapasão, a tese segundo a qual as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes suprem o fornecimento de alimentos ao país na ordem de até 70% compõe uma aritmética que parte de uma visão estática e inercial que termina por atuar como força de retração e arranque para outros patamares destes segmentos produtivos, pois encontram-se virtudes onde há, certamente, atividades de absoluta subsistência familiar direcionadas, tão somente, à sua própria segurança alimentar, pois o que se chama de excedente é quase uma espécie de acidente da atividade regular.

No momento no qual a nova divisão internacional do trabalho coloca o Brasil na condição de fornecedor de matérias primas na forma de commodities e minerais, ampliada recentemente pela lógica da bioeconomia, impondo uma espécie de retorno a uma “vocação agrícola”, inclusive determinando uma extensa pauta de exportação, embora este fator impacte negativamente a renda na-

cional. Esta “vocação agrícola” projeta o país ser o “rei do alimento” até 2020, superando qualquer outra na o neste quesito.

No momento em que o agronegócio continua a expandir sua produ o e define sua participa o em 23% do PIB nacional. Na safra 2017/2018 a estimativa da CONAB   que sejam colhidas 228 milhões de toneladas de grãos, cujo pressuposto   o atendimento ao consumo de produtos primários requeridos no mundo;

No momento em que o agronegócio já adota em larga escala a agricultura de precisão num padrão de alta tecnologia e eficiência de gestão aplicada   produ o;

No momento em que o agronegócio atrai uma nova gera o de executivos altamente qualificados e que estão mudando os métodos de cria o de animais e as tecnologias da produ o de sementes e insumos, além de promover uma moderniza o na gestão das empresas agrícolas;

No momento que o agronegócio já incrementa a agricultura de baixo carbono mediante plantio direto e a integra o produtiva da pecuária, da agricultura e da floresta;

No momento em que estes “dois modelos” acima, de produ o agropecuária, convivem paralela e tensionadamente,   preciso repensar o perfil do desenvolvimento rural pretendido para o país, sobretudo pelo papel que cumprem, neste contexto, as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes. Por qu ?

Primeiramente,   preciso repensar e reposicionar o papel dos segmentos sociais em questão, posto que não seja nada desprez vel, a título de exemplo, haver a disponibiliza o de um estoque aproximado de 88 milhões de hectares de terras obtidas pelo ESTADO brasileiro para assentar famílias no país, sendo que, dos cerca de 9 mil assentamentos existentes, 80% das famílias possuem até um (1) módulo fiscal, sendo que, se estima haver 80% de ociosidade produtiva.

Segundo, a terra sendo um meio de produ o e capital imobilizado deve ser tratada a partir desta caracteriza o, tanto pelos agentes públicos como e, principalmente pelos produtores que obt m suas parcelas como unidades de produ o familiar.

Terceiro, a fragmenta o da terra   fator de retra o violenta ao impulso gerador de uma economia de escala no segmento.

Quanto ao Norte e ao Nordeste, sobretudo, se diz que não tem “predominantemente aptidão agrícola” e carece de políticas de

combate à pobreza extrema, da qual é vítima secular, principalmente a área rural. Neste sentido, se desconsidera a desigualdade regional decorrente da lógica de desenvolvimento histórico do capital nestas regiões, combinada com a expropriação social que foi imposta aos segmentos populares, agravada pela adversidade climática que predomina na mesorregião do semiárido.

Esta situação histórica dizimou possibilidades de emancipação do povo, tentado resgatar por lutas sociais, embora carentes de trabalho e vivência empírica, além de ações que visem estabelecer e influenciar a implantação de políticas públicas de inclusão social.

Por isso, exatamente pelo fato da desigualdade regional, é necessário se pensar para o Norte e o Nordeste políticas dentro do padrão de “curvatura da vara”, ou seja, devido ao enorme passivo histórico secular torna-se fundamental que se adotem medidas que visem compensar o desequilíbrio socioeconômico imposto mediante aplicação de investimentos de porte elevado para reequilibrar a “paridade de armas” entre os setores da economia, das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes e do denominado agronegócio, embora ambos sejam agronegócios, *latu sensu*.

É preciso considerar o “(...) conceito de região se fundamenta na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de lutas de classes e do conflito social em escala mais geral (...)”⁶.

Mas, é preciso superar o conceito de “novo modelo” associado às agriculturas familiares e reforma agrárias realmente existentes na forma de experiências pontuais e localizadas devido, repetimos, a que “uma reprodução ‘alternativa’ restrita a um espaço pequeno fica na dependência das funções de mercado e do ESTADO, uma vez que por conta própria só consegue satisfazer poucas necessidades vitais. (...) O ‘platonismo de modelo’ é produto da teoria econômica burguesa, não da crítica radical do trabalho”⁷.

Dito isto, é preciso destacar que todo arcabouço conceitual e operativo adotado e postos em ação efetivamente nos dias atuais pelas agriculturas familiares e a reforma agrária realmente exis-

6 Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 27.

7 Robert Kurz, sociólogo alemão, recém-falecido.

tentes tem secundarizado, ou até mesmo desprezado, em face da “opção pela lógica de um modelo alternativo”, o estágio atual de desenvolvimento do capital e como ele tem impactado a sociedade, sobretudo que sua força advenha da economia que é o complexo fundante de todas as relações e que determina e subordina as outras esferas sociais, políticas e culturais.

Supor que basta a crítica ideológica e a agitação política contra o agronegócio para que estejamos exercendo nosso papel é um ledo engano. A maior crítica que possamos engendrar em relação ao agronegócio é constituindo as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes em forças produtivas desenvolvidas e, neste sentido, é fundamental se revolucionar constantemente para determinar as relações de produção e reprodução social de valores.

Por isso, é extremamente necessário elevar as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes à condição de potência socioeconômica, equivalentes em capacidade produtiva ao agronegócio, constituindo e consolidando sistemas, cadeias e arranjos produtivos rentáveis e sustentáveis.

Mas, a concentração de riqueza e poder é tão brutal que de “tempos em tempos acaba aliviada por uma redistribuição pacífica ou violenta”⁸.

Não é a determinação/desejo político, portanto, mesmo aquela que se funda na mais poderosa instituição (o ESTADO) que fará com que as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes cumpram o papel de atividade produtiva que rivalize em equivalência ao agronegócio, numa improvável disputa entre dois modelos, até porque têm cumprido atualmente papéis distintos na cadeia produtiva rural, correndo em paralelo.

É preciso, inexoravelmente, articular a interação entre a política, o social e o econômico, na perspectiva que aqui apresentamos. Isoladamente a política não reverbera poder ao social e muito menos se for (como é) destituída de tentativas de empoderamento econômico. É preciso, então, construir estas três dimensões estratégicas fundindo-as numa só, constituindo um nó inextricável.

Mais ainda, para os que compõem a superestrutura, que é o ambiente próprio da política, faz-se necessário rever o que baliza

8 in Lições da História – por Antônio Delfim Netto, Revista Carta Capital – 09/06/2014.

os vetores para os quais suas ações são direcionadas, pois podem até fruir de uma estrutura que representam (o ESTADO) e até terem força institucional própria, que desdobrem em fortalecimento de grupos de interesses determinados, mas o compromisso com a classe será cumprido apenas se estiver (a política) numa zona de conforto?

Em sentido diametralmente oposto, o desapossamento por delegação que sofrem os setores de infraestruturas sociais gera uma fragilização e uma dependência do segmento à política.

Por que este desapossamento por delegação é nefasto? Segundo Mészáros

(...) no decurso do desenvolvimento humano, a função de controle social foi alienada do corpo social e transferida para o capital, que adquiriu assim o poder de aglutinar os indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional, segundo o critério de maior ou menor participação no controle da produção e da distribuição.

Em sendo assim, numa sociedade dita como democrática é preciso que se leve em conta que o sistema não existe sem um vigilante processo de controle social, e esta ferramenta muitas das vezes (não apenas em casos isolados) são aquelas em que o próprio movimento popular e a política constituíram, e o capital de alguma forma delas se apodera, cooptando-os, ou busca manipulá-las sob o manto da “participação”.

Por isso “se torna vital ultrapassar os limites paralisantes da política de consenso” (Mészáros).

Aqui é preciso abrir um parêntese para apresentarmos um fator estrutural que têm determinado a assimetria fundamental que têm distinguido o exercício da unidade dentre os setores constitutivos do capital e a fragmentação do mundo do trabalho, isto porque

“(...) a classe dominante tem de defender interesses reais, muito grandes e evidentes por si mesmos, que agem como uma força de unificação poderosa entre suas várias camadas. Em completo contraste, a estratificação interna das classes subordinadas tende a intensificar a contradição entre os interesses imediatos e os de longo prazo, definindo estes últimos como meramente potenciais, (...) cujas condições de realização necessariamente escapam da si-

tuação imediata. Surge daí a necessidade de uma atitude inerentemente crítica em relação à exigência de unidade na classe subordinada, implicando a articulação prática de modos e meios de ação para mobilizar e coordenar positivamente as diversas forças de suas numerosas camadas, sem superpor a elas uma estrutura burocrática de 'unificação' vinda de cima" (...)⁹.

Outro viés que compromete a classe do trabalho é o corporativismo. Por quê?

A burguesia, que exerce sua dominação num verdadeiro estado de arte, mantém a unidade entre suas frações como classe social una, permeada por um fio condutor ideológico que cria um amálgama e cimenta suas relações. Esta condição de domínio, no entanto, não oculta nem consegue disfarçar o seu perfil histórico de destruição-produtiva. Isso se sabe muito bem.

Ao contrário, a fragmentação do mundo do trabalho, que lhe é prejudicial, posto que seja classe dominada e seu fio condutor vem sendo adotado por uma vanguarda política que reivindica ser a síntese de representação da classe. Este contraste tem levado para as calendas gregas as soluções estratégico-estruturais e adiado as possibilidades de mudanças efetivamente revolucionárias.

Deste modo, cabe construir no interior da sociedade civil ações que apontem na desfragmentação das organizações populares mediante um esforço titânico para, estrategicamente, inserir na luta a conjunção das esferas políticas, sociais, econômicas e culturais, integrando-as enquanto ação de

“(...) um grande bloco social (...) e político dos (...) que sofrem as consequências (...) negativas do sistema do capital, bem como, para este fim, faz-se necessário (...) a articulação da esquerda social com a esquerda partidária (...) que seria facilitada se fosse abandonada a estreita concepção tradicional de política que tende a reduzi-la (...) e confiná-la na esfera de (...) luta relacionada com as instituições jurídico-políticas (...)”¹⁰.

Em sentido contrário é preciso que

9 Para Além do Capital – István Mészáros – Ed. Boitempo e Unicamp – 2002.

10 Desafios da Esquerda Latino-Americana depois de Seattle (texto) – Marta Harnecker – agosto de 2001.

“(...) a esquerda partidária consiga se aproximar da esquerda social (...), sendo necessário que se renove ideologicamente, mude sua cultura política e estilos de trabalho e incorpore ao seu arsenal as formas de luta e de resistência inovadoras implementadas pela esquerda social”¹¹.

Por isso

“(...) a convergência dos diferentes setores da esquerda, não pode ser (...) conseguido de maneira voluntarista, criando a partir de cima coordenações que possam acabar sendo somente soma de siglas. É preciso superar também aqui a relação verticalista vanguarda-massa” (Harnecker, 2001).

Sendo assim, será preciso superar esta lógica invertida da cultura política vigente e inserir símbolos de poder ao social (delegador) em perfeita conjunção com a política (delegado), afinal não existirá revolução duradoura e sustentável que não seja social, superando a alienação, característica do presente.

Por isso, se o mercado afirma que o papel do ESTADO é “criar palco para o setor privado”, então o parafrasearemos no mesmo tom: que se crie palco para os setores das *agriculturas familiares e reforma agrária realmente existentes*, e que estes sejam erguidos à condição de empoderamento econômico-produtivo-social.

Não se deve aceitar, no entanto, que o aprofundamento da crise da economia capitalista nos leve a “aproveitar” os interstícios do sistema e construir alternativas que, ao final, acomodarão os interesses do capital, uma vez que serão experimentações ínfimas e pífiyas, isoladas em si mesmas. Não é, definitivamente, o que defendemos para as *agriculturas familiares e a reforma agrária*.

Como o “modelo” das *agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes*, então, em sua absoluta maioria com até um módulo fiscal seria alternativa real à produção e à consequente reprodução social em escala nacional, inclusive aquela advinda da nova divisão internacional do trabalho?

É isto que esta proposta pretende contribuir em responder. Para tanto, oferecemos caminhos concretos, factíveis e empíricos. Mas, identificamos haver no meio alguns segmentos que vivem em abstração a despeito de se depararem com uma brutal realida-


11 Ibidem

de do capitalismo que abala constantemente os alicerces de diversas concepções postas.

Por isso, reivindicamos espaço para a defesa de um pensamento e práticas plurais que, ao ser observado, possibilite a inescapável necessidade de se esquivar da “síndrome da reivindicação sucessiva” e “(...) para revirar o presente que habitamos, colocando em questão os modos de produção de subjetividade majoritários. A analítica do presente se coloca como estratégia para escapar das formas já estabelecidas (...), abrindo novas possibilidades de criação e expressão (...)”¹². Assim, a proposta aqui apresentada deve ser encarada como profícua e factível, decisivamente, a fim de que um novo tempo se instale no campo brasileiro e cuja realidade requeira urgentemente UMA OUTRA REFORMA AGRÁRIA.

12 Artigo A Construção Social do Presente: ética, estética e política, resumo, Juliane Tagliari Farina, Luciana Rodriguez Barone, Tania Mara Galli Fonseca, Vilene Moehlecke - Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil (Psico, v. 41, n. 3, pp. 296-302, jul./set. 2010).



A close-up photograph of a yellow tractor engine component, showing various bolts, nuts, and mechanical parts. The image is dark and textured, with the yellow color of the metal being the most prominent feature. The text is overlaid on a black background in the upper portion of the image.

2. A REALIDADE MAXIMIZADA
DO CAPITAL E A ATROFIA
DA REFORMA AGRÁRIA
E DAS
AGRICULTURAS FAMILIARES

(...) este sistema transformou a política, ao mesmo tempo que agitou as práticas sociais, valores e ideais que haviam prevalecido por tanto tempo dentro dos casulos dos costumes (...). No começo não era um sistema, uma palavra, ou um conceito, mas algumas formas esparsas de fazer as coisas diferentemente, as quais se mostraram tão bem-sucedidas que adquiriram suas próprias pernas. Como todas as novidades, essas práticas adentraram um mundo despreparado para a experimentação (...). Assim, o mistério da ascensão do capitalismo não é econômico, mas tam-bém político e moral (...) (APPLEBY, 2010).

“a matéria real nos criou despejando-nos ferventes e violentos nos moldes desta sociedade horrível, para fincarmo-nos, pela humanidade, no solo eterno”.
(Attila József)

*“A política é o que é
e é o que
parece” (David
Runciman)*

Em razão de contexto é preciso afirmar: o Brasil é, hoje, uma das dez maiores economias do mundo, mas é “(...) uma combinação mal engendrada - e friamente sistematizada - de contradições (...)”¹³ e desigualdade social. Isto já não é negado por nenhum segmento empresarial, político - governamental ou não - movimentos sociais temáticos, os mais diversos, talvez pelo quadro que encerra absoluto poder que o capital exerce sobre toda a sociedade.

Esta unanimidade, no entanto, relativiza mediante inúmeros mecanismos dissimulatórios, o nexos entre a riqueza e a pobreza. É sintomático, neste sentido, que a prestigiosa publicação do ca-

13 “Como vencer a pobreza e a desigualdade”, redação intitulada ‘Pátria Madrasta Vil’, de Clarice Zeitel, de 26 anos, estudante que termina faculdade de direito da UFRJ, incluída num livro, com outros cem textos selecionados no concurso, premiada pela UNESCO. Ela concorreu com outros 50 mil estudantes universitários.

pital internacional, The Economist, tenha laborado uma extensa reportagem sobre economia internacional, em outubro de 2012, cuja manchete era: “MAIS RICOS, MAIS POBRES”.

Óbvio que crescem os mais ricos e os mais pobres em face “(...) do novo contexto global controlado por 500 grandes grupos econômicos, responsáveis por quase 50% do Produto Interno Bruto mundial. Eles são maiores do que países (...)”¹⁴.

Continuamente a realidade se revela mais brutal e o próprio sistema do capital não se faz de rogado em revelá-la. Em 25 de setembro de 2017, uma ONG inglesa (a OXFAM) divulgou um relatório no qual consta que: “o 1% mais rico da população mundial possui a mesma riqueza que os outros 99%, e oito bilionários possuem o mesmo que a metade mais pobre da população no planeta. Por outro lado, a pobreza é a realidade de mais de 700 milhões de pessoas no mundo. Trata-se de uma situação extrema”.

Este relatório sustenta (e apela) que a “explosão da desigualdade” está dificultando a luta contra a pobreza global. É um apelo justo, mas resvala ao patético e até piegas porquanto a elite financeira mundial é quem produz cruamente a pobreza e violentamente mantém seu domínio sobre a riqueza mundial produzida pela classe do trabalho. Neste diapasão é mister registrar que na

“democracia da sociedade do capital tudo é negociável, menos a coerção sobre o trabalho” (Robert Kurz).

No caso do Brasil, diz o mesmo relatório (OXFAM): “No Brasil, a situação é pior: seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês”.

Segundo dados do Atlas da Exclusão Social no Brasil, de 1980 a 2000, cinco mil famílias possuíam estoque de riqueza equivalente a dois quintos de todo o fluxo de renda produzido pelo país ao longo de um ano, o que equivale a 42% do PIB brasileiro ou, em

14 Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade, Marcio Pochmann, 11.01.2009.

média, R\$ 138 milhões¹⁵. Mas, tem-se como certo que os brasileiros vão gastar R\$ 1,3 trilhão a mais em 2020, fazendo do mercado nacional o quinto maior do mundo.

Não fora o que se denota no contexto estrutural acima citado, o sistema do capital inaugura uma nova linha tática para conferir mais eficiência ao seu domínio mundial e a continuação da extração de mais-valia absoluta da sociedade.

Esta nova tática que é conhecida como terceira onda neoliberal ou ultraliberalismo guarda algumas características bem definidas e já perceptíveis e sentida, pois se encontram em ação.

São visíveis, portanto, as linhas das ofensivas que se executam no mundo cujos eixos centrais podemos destacar:

Primeiro, para consolidar e ampliar seu domínio que já é avassalador, a burguesia mundial imprime uma nova marca na conjuntura internacional cuja linha está assentada na construção de uma nova modalidade, ainda não processada pela ciência política: ESTADOS constitucionais não democráticos.

Este projeto impõe uma ordem internacional de dominação sobre ESTADOS nacionais subordinando-os às determinações das corporações transnacionais.

Neste diapasão, a democracia se transmuta e há um ataque frontal aos direitos mais elementares da classe trabalhadora em diversos países do mundo.

É um cenário de instabilidade onde a intolerância é um distintivo com um viés de total desprezo pelas regras constitucionais nos vários Estados-Nações onde está implantada, mais claramente percebido nos países de capitalismo periférico.

Segundo, as democracias ocidentais entram em crise porquanto não podem mais hegemonizar por consenso devido ao fato de eliminarem em escala progressiva a sociedade dos benefícios da riqueza e do desenvolvimento, operando então, um determinado mecanismo de coerção que se instala abertamente.

Há uma nítida usurpação democrática a partir do interior das próprias instituições do ESTADO, cujos núcleos operam em autonomia, por vezes até em confronto mútuo e secundariamente com outro aparato estatal, embora numa contradição não antagônica e, sim apenas, ajustes de procedimentos e disputa pela primazia

15 Pochmann defende taxação de grandes fortunas para promover justiça tributária, 09/07/2013.

da condução, a fim de que determinado segmento obtenha mais e melhores privilégios no interior do aparelho estatal.

Terceiro, os pactos sociais estão em processo de ruptura e a soberania da vontade popular é sufocada pelo aparato estatal numa manipulação da opinião pública.

Quarto, neste contexto nefasto, instituições do ESTADO que deveriam preservar o interesse da sociedade, inclusive contra arbítrios, passam a operar sob um regime de exceção com o seguinte perfil:

1 – Os executivos nacionais funcionam de modo ilegítimo, à revelia da própria sociedade;

2 – O legislativo se aliena da representação popular e a despreza;

3 – O judiciário emite jurisprudência ao arrepio constitucional e em sequência, determinado a cumprir o enquadramento dos recalcitrantes.

Quinto, neste contexto a conjuntura carrega um alto grau de instabilidade.

Sexto, a burguesia revela sua total incapacidade de conviver com a democracia naquilo que ela tem de mais substantivo, qual seja, a distribuição do poder e da riqueza existentes. Neste sentido, mesmo que afronte seu próprio discurso, ela não se rende aos apelos sociais que lhes são dirigidos e desdenha da pauperização que impõe a largas parcelas da humanidade.

Sétimo, este cenário dantesco decorre da implantação de uma nova tática do capital mundial e do projeto de suas classes transnacionais, cujas estruturas se assentam em corporações que auferem riqueza superior a maioria dos países e até lhes impõem políticas conforme seus interesses.

Oitavo, ademais este complexo financeiro-empresarial global detém a intenção de tornar as leis e a administração dos países do capitalismo periférico totalmente favoráveis às suas metas de maximização dos lucros e, portanto, mais acumulação de poder e riqueza concentrada num único e exclusivo polo social.

Para além de todo este arcabouço de poder, o tempo atual oportuniza ao capital uma guinada à direita que está em marcha na política mundial e latino-americana. Experiências de governos

de compromisso popular nesta região do planeta estão sendo desmontadas sob o sofisma de combate à corrupção e ao populismo.

Contraditoriamente, a bandeira da esquerda contra a globalização e o neoliberalismo está sendo enfrentada pela direita. Porque o avanço da presença da China no mundo põe em xeque o sistema do capital via globalização sob a hegemonia e domínio norte-americano. Para combater aquela nação, portanto, se requer restringir o ambiente global de comércio, pois este já está impregnado pelo mercado chinês. O Estado-Nação serve a este propósito, mas trás efeitos não calculados aos países do capitalismo central.

Nunca antes uma elite mundial deteve tanto poder como agora. Isto nos arrasta diretamente a uma profunda e extensa crise civilizacional que leva a vaticínios do tipo “talvez nossa época seja o fim da história do ESTADO moderno” (David Runciman).

Escoram estas iniciativas tentativas teóricas de fundamentar e justificar este estado de coisas, bem como o de se construir narrativas que visem demonizar os segmentos que tentam se opor a esta iniciativa do capital global.

Assim, arautos do sistema justificam a situação e neste propósito tentam criar uma verdadeira inversão de valores afirmando:

“Quer surjam nos Estados Unidos, na Europa ou na Ásia, os populistas são previsíveis.

Seus primeiros alvos em geral são (...) as elites. Eles convocam os cidadãos “verdadeiros” a retomar sua pátria (...).

A imprensa livre também sofrerá ataques e será descrita pelos populistas como propagadora de desinformação (fake news) e inimiga da verdade.

Em seguida, o populista voltará suas armas contra os mecanismos do Judiciário e do Legislativo responsáveis por contrabalançar o poder do Executivo.

(...)

A partir das múltiplas definições de populismo (...) é possível destilar três características essenciais: criação de políticas públicas populares, mas insustentáveis; designação de um grupo populacional específico como único membro “legítimo” da nação; e adoção de um estilo de lideran-

ça altamente personalizado, com ênfase no relacionamento direto com “o povo”.

Há um consenso cada vez maior de que o populismo representa grave ameaça à democracia liberal e à ordem liberal internacional, sobre as quais a paz e a prosperidade repousaram nas duas últimas gerações.

Democracias dependem de arranjos de poder compartilhado, tribunais, Legislativos e imprensa livre e independente, a fim de contrabalançar o poder do Executivo. Como essas instituições obstruem o livre reinado dos populistas, elas com frequência terminam sujeitas a ataques ferozes.

(...)

A ordem liberal internacional depende, por sua vez, de instituições como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o G20, a União Europeia, o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, entre outras, para facilitar o movimento de bens e investimentos entre os países.

Todas elas, somadas aos princípios e valores subjacentes que as levaram a surgir, estão na mira dos políticos populistas já há alguns anos”.¹⁶

Então, nesta verdadeira cruzada de distorções propositadas da realidade, que são promovidas e impostas pelo capital internacional, seus teóricos justificam o injustificável: a quebra da ordem democrática como artifício para “preservar a própria democracia liberal contra os ‘populistas’”. Este argumento além de uma releitura tosca grosseria é um sofisma jogado como se fora tola a sociedade e acomodasse tamanha aberração.

Outros teóricos, ainda, afirmam que o jogo numa democracia liberal, dizem, permite certa alternância na condução administra-

16 Este artigo é parte da iniciativa Phil Lind de estudos sobre os Estados Unidos, que trata do futuro da ordem liberal internacional. A série é liderada por Robert Muggah e Taylor Owen e destaca Ed Luce, Steven Pinker, Anne-Marie Slaughter, Francis Fukuyama, Susan Rice e Misha Glenny, sob os auspícios da Escola de Políticas Públicas e Assuntos Internacionais da Universidade da Columbia Britânica.

tiva do aparato estatal (o executivo) e uma margem de manobra que viabiliza setores não ligados ao capital a governarem, muito embora dentro de regras restritivas.

Quando efetivamente a “alternância de poder” na democracia liberal é exercida por segmentos não associados ao capital, organicamente, estes são tratados como “populistas”, então a face cruel e o poder real deste sistema aparece impondo medo.

Ademais, para bloquear a defesa dos interesses das corporações transnacionais e suas influências sobre os Estados-nação, a mídia que faz parte destes segmentos do capital, agora ergue argumentos sofismáticos que associam o risco à democracia a um suposto “populismo” e a fake news. O que isto quer dizer?

Indica que todos os segmentos que se opõem ao capital e buscam disputar o espaço democrático nos Estados-nações serão tratados como um desvio populista e a crítica ao monopólio de circulação de massa de informações mediante à mídia, quando contestadas, serão tratadas como fake news. Aqui se insere uma linha de combate que se travará contra as redes sociais, pois são as informações oriundas delas que preocupam a grande mídia internacional. Daí que se cria uma máxima de que tudo que não for originado da grande imprensa será considerado fake news. Ou seja, toda a luta da esquerda mundial vinculada aos partidos e movimentos sociais destes segmentos será tratada como ação populista “sem fundamento e destituídas de sentido” e a crítica à manipulação da mídia como fake news.

Em paralelo, ocorre um redesenho filosófico e cultural num contexto onde se inserem valores para justificar a lógica e a ordem de domínio na sociedade. Deriva daí uma palavra-conceito atualmente mais adotada: pós-verdade.

O que leva à adoção do termo pós-verdade? Seguramente ele está relacionado ao fato da globalização e seus efeitos permitirem à sociedade vislumbrar de forma nua e crua a realidade degradante que o domínio do capital impõe à humanidade. Para ofuscar esta visão, então, o capital lança mão de novos conceitos afirmando que o real (o que realmente existe) é apenas a expressão de uma verdade (a visão de determinado segmento, no caso o capital).

Assim, a pós-verdade enseja uma ruínosa e conveniente leitura da realidade onde o que prevalece são os desígnios de poder estabelecidos. Deste modo, a verdade de grupos sociais dominados

não pode se erguer nem se deixar prevalecer. Os segmentos sociais dominados vivem isolados num verdadeiro deserto do real (da sua própria realidade). Isto é a matrix.

Eis os vieses da nova tática do capital para ampliar e consolidar seu domínio no mundo, atualmente.

Deste modo é possível afirmar: a democracia como a conhecemos acabou.

Esta realidade, por outro lado, revela também a debilidade dos setores progressistas da sociedade. Nisto, podemos dizer que

“O desafio para o campo progressista é enfrentar a crônica desigualdade social, cujas marcas profundas não foram apagadas pelo progresso recente. Ainda vivemos graves níveis de concentração de renda e de riqueza, miséria, injustiça fiscal, problemas estruturais no mercado de trabalho e acesso precário aos bens e serviços sociais básicos. A universalização da cidadania social depende da realização de uma série de mudanças estruturais. O financiamento das políticas universais depende de reforma tributária que promova a justiça fiscal, taxando-se o lucro e o patrimônio, e não o consumo. Também requer a revisão do pacto federativo, o enfrentamento dos processos de mercantilização e privatização da oferta de serviços e o fortalecimento da gestão estatal, enfraquecida pelo avanço de diversos mecanismos de gestão privada que cria duplicidades, fragmentação e dificuldades para assegurar um padrão de eficiência. Não existem perspectivas favoráveis para a superação desses problemas sem o resgate da política e da democracia.

(...)

Também não existem perspectivas favoráveis para a superação desses problemas sem o reforço do papel do ESTADO, o que é fundamental para a democracia e para o desenvolvimento. Da mesma forma, crescimento econômico baseado na indústria de transformação é condição necessária para a inclusão social e a redistribuição da renda.

(...)

De fato, nas últimas décadas o campo progressista deixou de tratar dos grandes temas nacionais relacionados ao enfrentamento do subdesenvolvimento político, econômico e social do país. A fragmentação da luta política em torno de pautas setoriais específicas tem prevalecido ante o debate de temas estruturais. Partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e universidade parecem viver enredados e prisioneiros de seus próprios labirintos. Este fato está relacionado à crise da democracia liberal representativa no contexto da concorrência capitalista sob a hegemonia do capital financeiro e do pensamento neoliberal. Existe clara assimetria na representação política, em favor dos interesses do poder econômico. A esfera pública foi esvaziada ante os valores do individualismo e da meritocracia. Os ESTADOS Nacionais foram enfraquecidos e perderam a capacidade de coordenar projetos de transformação. No caso brasileiro, também é preciso levar em conta a ‘secular capacidade das elites, para preservarem o status quo social’, como ressaltada por Celso Furtado. Esse quadro mais geral tem influenciado a ação dos movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos do campo progressista. O papel que se espera dos partidos políticos progressistas como instituições articuladoras das demandas da sociedade numa perspectiva de transformação foi esvaziado nas últimas décadas. Os partidos e o sistema político como um todo estão submetidos à mercantilização do voto, tornando-se dependentes das bancadas particularistas de toda espécie. Infelizmente não temos unidade da esquerda no Brasil”. E as possibilidades disso ocorrer são cada vez mais remotas” (Eduardo Fagnani - IHU On-Line).

As debilidades aludidas acima, dos amplos setores progressistas da sociedade, revelam um grau tão acentuado de derivações das formas-políticas adotadas, que não há como não reconhecer um altíssimo nível de criatividade inseridas no contexto das ações, consistindo de um padrão de verdadeiras performances dotadas de alta dramaticidade que visam chamar a atenção para o descalabro que é a sociedade do capital.

Isto ocorre, certamente, pelo fato das relações sociais atualmente prevalentes, calcadas num individualismo sem precedentes, proporcionarem às pessoas infelicitação e ruína e os con-

duzem aos planos de fuga que, ao final, reforçam o que se alega combater (a sociedade do capital).

Não por acaso, o sociólogo Anthony Elliot, autor do livro *O Novo Individualismo*, afirmou categoricamente que a economia do século 21 chegou a consolidar um novo tipo de individualismo. Ele argumentava que o individualismo girava em torno da construção de uma identidade privada, promovendo a distinção do indivíduo. Agora, na sociedade deste século, a economia nos encoraja a mudanças tão completas que rapidamente as identidades se tornam descartáveis.

A busca pelo reconhecimento, portanto, leva aos indivíduos a buscarem uma distinção, alterando continuamente seu padrão comportamental, adaptando-o ao reconhecimento exigido pela lógica da economia política do capital do século 21.

O padrão imposto pelo complexo sociometabolismo do capital requer no empenho para sua superação uma determinada e necessária ação coletiva de massa, como *modus operandi*, ou se não continuaremos a colocar band-aid em câncer.

Por isso, é vital a construção de uma ampla política que emule o comprometimento e engajamento das pessoas na disputa pelo espaço do ESTADO, sendo ele mesmo o cerne da luta, porquanto é irrisório esperar que uma frágil sociedade civil mude uma realidade ante a magnitude de poder do aparato estatal, mediante atos de protestos e passeatas, onde apenas os corpos dos/as manifestantes são expostos à repressão do sistema numa espécie de volta ao medievalismo cultural. Corpos contra aparatos, portanto, o que resulta daí é repetido historicamente à exaustão numa circularidade ritual de vigiar, punir e sacrificar.

Ademais, outra expressão cultural-política é adotada pelas mais diversas organizações sociais cujas mais diversas manifestações se tornaram restritivas. As chamadas redes sociais, neste sentido, passaram a ser o modo par excellence utilizado para se expressar politicamente. Este novo modo de expressão atrofia a luta política real e encarcera a ação, reduzindo-a apenas a uma corrente de opinião. Isto é o que denominou Dominique Wolton,

Nas democracias, as redes sociais são uma extensão da lógica de expressão, o que, na teoria, é positivo. (...) Na prática, as redes sociais são o “low cost” da democracia,

porque resume a ação política ao problema da expressão, quando o grande desafio é conhecer e agir.

Para melhorar a democracia, cada um deve ficar no seu lugar e fazer o seu trabalho. A (...) opinião pública deve parar de pensar que ela é o coração revolucionário da sociedade.

Eu sou da opinião de que há mais inconvenientes do que vantagens das redes sociais na política. É uma perversão total achar que a ausência de atores intermediários melhora a política. Não há política sem atores intermediários. (<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1892019-uso-de-redes-sociais-na-politica-esmaga-o-futuro-diz-dominique-wolton.shtml>)

É hora de mudar esta forma de expressão e de luta. Uma nova cultura de poder se impõe.

Este novo processo, no entanto, deverá ensejar uma nova estética política para além do que hoje se apresenta como cultura de esquerda e movimentos populares. Isto pressupõe um padrão de construção de poder que exige um ser social que não existe, ainda. Ele precisa ser constituído e isto se fará com o efetivo domínio de meios de produção e a elevação da classe trabalhadora à condição de forças produtivas desenvolvidas. Eis o que é determinante de todas as questões de poder postas.

Assim,

“O desafio maior do mundo do trabalho e dos movimentos sociais que têm como núcleo fundante a classe trabalhadora é criar e inventar novas formas de atuação, autônomas, capazes de articular intimamente as lutas sociais, eliminando a separação, introduzida pelo capital, entre a ação econômica (...), num lado (...), e a ação política, no outro polo.

Esta divisão favorece o capital, fraturando e fragmentando ainda mais o movimento político dos trabalhadores”.

Daí que a grande iniciativa é “enfrentar a tarefa extremamente difícil de unir a esfera reprodutiva material, (...) (socioeconômica) à política ...) abrindo caminho no campo da produção material, desafiando o modo de controle

sociometabólico do capital por meio da empresa cooperativa” dos trabalhadores e trabalhadoras.

(Para Além do Capital – István Mészáros)

Ante um ambiente tão definido não é de se estranhar que se encontrem discrepâncias entre o mundo dos segmentos do Capital e do Trabalho.

Primeiramente, as grandes cadeias globais de valor que disseminam sua produção pelo mundo numa combinação de logística e busca de redução de custos (taxas de custo marginal zero), mas que tem inaugurado uma tendência a operações que se concentram num único mercado em que gozem dos benefícios de compras governamentais e outros incentivos, denominada de “conteúdo local”, dentro de um altíssimo padrão de acumulação de capital.

Estas cadeias globais de valor “tornaram-se uma força central impulsionadora de mudanças estruturais em muitas economias modernas”¹⁷. A exemplo, esta força central em remodelagem de economias modernas é a parceria entre a CUTRALE (maior produtora de suco de laranja do mundo) e o banco Safra, cujos proprietários (dois bilionários brasileiros, os Josés) se juntaram para comprar a americana Chiquitita, visando dominar o mercado global de bananas e outras frutas (a união dos Josés)¹⁸.

Este quadro é agravado pelo que, hoje, é denominado de a 4ª revolução industrial. Num ambiente que reúne sistemas digitais físicos e biológicos de altíssimo padrão tecnológico, em que o trabalho vivo é substituído por máquinas ultramodernas, impulsionadas pela internet das coisas e a computação em nuvens, onde robôs integrados a sistemas cyberfísicos serão responsáveis por mudanças que transformarão a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos.

Sua escala terá alcance diferente de tudo que nós humanos experimentamos antes e promoverão mudanças na forma de emprego atualmente vigente, com a automatização total das fábricas, cujo objetivo é levar a atividade produtiva a uma total independência da obra humana. Algo excepcional.

17 In Suprema Mistificação – texto de Antônio Delfim Netto – Revista Carta Capital – 05/05/2014

18 In Isto É Dinheiro – revista semanal – edição 882 – 17/set/2014.

As empresas criarão redes inteligentes que poderão controlar a si mesmas em interação com os seres humanos.

Na agricultura, por exemplo, os seres humanos cumprirão o papel de gerentes de atividades totalmente automatizadas.

As profissões serão experimentadas em atividades laborais que ainda não existem, fazendo surgir determinadas funções e suprimindo outras. Os efeitos sobre o mundo do trabalho, certamente, serão devastadores. Neste jogo, os que não se adaptarem não conseguirão sobreviver.

Este cenário será pautado por novos valores, em que a elite mundial os vê como justificadora de suas concepções de mundo afetando ainda mais, ações de desmonte do mundo do trabalho e seus direitos mais elementares. Repito, os direitos mais elementares do mundo do trabalho serão suprimidos para dar lugar a um universo tecnificado e da robótica.

Isto afetará o futuro do mercado de trabalho e a desigualdade de renda de forma mais acentuada em ordem progressiva e impactará a segurança geopolítica do mundo.

Inexoravelmente vivemos o tempo da hiperinformação e comunicação, que gera um estresse na sociedade pela deficiência em decodificar os enunciados que subjazem, mas são difusos pela saturação de dados disponibilizados.

Segundo, por outro lado, o mundo do trabalho em que:

Uma extensa área social que participa de parte da renda nacional, onde destacamos quatro segmentos, tanto rurais como urbanos:

a – Aqueles oriundos da chamada proteção social mediante programas de transferência de renda, direcionado à massa da população em condição de maior vulnerabilidade e extrema pobreza, que visa estabelecer certa estabilidade na base da sociedade, cujo objetivo é evitar convulsões sociais por parte destes setores desfavorecidos;

b – Os sistemas produtivos das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes, extremamente fragmentados, com baixíssimo investimento e disseminados no território nacional de forma espontânea e desarticuladas entre si;

c – O segmento que se autodenomina de economia solidária, cuja presença na sociedade está calcada em ações denominadas de informais e temporárias. São os deserdados do emprego formal que tentam gerar renda por conta própria.

Estas três esferas guardam uma questão em comum: vivem ao nível da subsistência e não tem capacidade de acumulação econômica. Auferem renda que lhes “garantem” um custeio básico de suas vidas no limite inferior de satisfação de suas necessidades.

E mais, existe um entrelaçamento conceitual, filosófico e prático entre as agriculturas familiares e a Economia Solidária.

Neste sentido, como as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes poderão cumprir um papel histórico de suprimento de alimentos saudáveis às necessidades de consumo da sociedade, se

“não é suficiente ter como referência para ações de economia solidária o modelo de Empreendimento Econômico Solidário. (...) Parte da reflexão aqui realizada aponta para a conclusão de que fora do universo das unidades e redes produtivas, tais ações não oferecem muito mais que princípios morais para a vida cotidiana. Não resta dúvida de que as iniciativas associativas têm importância imensa e devem continuar recebendo cada vez mais apoio. Contudo, (...) para que possa se apresentar como estratégia ampla de desenvolvimento, um projeto precisa oferecer orientações práticas e normativas que possam ser incorporadas por instituições e pessoas em espaços diversos da sociedade, institucionalizando hábitos e regulando processos econômicos (...)”¹⁹;

Terceiro, por fim, a grande massa de assalariados/as, esfera associada ao movimento sindical, porém em escala estruturalmente regressiva.

Neste sentido é forçoso reconhecer, embora um reconhecimento um tanto quanto dialético, que

“a experiência do passado deixa poucas dúvidas que todo sistema econômico se apoia em alguma forma de estímulo

19 A Produção de Sentido e a Construção Social da Economia Solidária, tese doutorado, Jonas de Oliveira Bertucci, Universidade de Brasília, 2010 (grifo nosso).

lo para levar indivíduos ou grupos a produzirem. Organizações alternativas: escravidão, coerção, entusiasmo ideológico, mostraram-se improdutivas, muito custosas e transitórias, (...) de maneira que a distância entre o mais rico e o mais pobre é agora (...) maior do que em qualquer tempo, desde a plutocrata Roma Imperial”²⁰.

Destacamos que o capital dispõe de um ostensivo e portentoso aparato que lhes dá sustentação política e material, o ESTADO, e órgãos multilaterais como OMC e think tanks - institutos dotados de alta complexidade e competência técnica para subsidiar com precisão este segmento dos grandes apropriadores do capital-dinheiro-riqueza.

Por seu turno, os esforços intelectuais destinados aos segmentos do mundo do trabalho se fragmentam em apoios de profissionais que buscam contribuir e oferecer subsídios, que em geral são ofertados de modo assistemático, pontual ou irregular.

No diapasão acima, contudo, para tentar construir formas societárias que mais parecem um plano de fuga, há uma lógica invertida segundo a qual se visa circunscrever o trabalho num corte exclusivamente territorial, local, determinando um padrão participativo aos atores sociais desde as microrregiões até as macrorregiões do país, como modelo de desenvolvimento “alternativo”, “rivalizando” com a desterritorialização das grandes cadeias globais de valor. Isto é contraditório porque a

“(...) expansão do capitalismo monopolista no Brasil aponta no limite para uma dissolução das ‘regiões’, enquanto espaço de produção e apropriação de valor (...)”²¹.

Uma ação localizada resvala em um trabalho alienado do seu contexto global, circunscrevendo no território formas de produção e apropriação de valor em escala reduzida, tanto material quanto espacialmente, não possibilitando o suprimento de demandas de consumo ou serviços advindos da sociedade.

Ademais, é inescapável o fato de que o indivíduo é resultado do seu meio. Se ele julga que no seu “território” tudo é resolvido, e no macroambiente geoespacial não, passa a se alienar da necessidade

20 Livro *The Lessons of History*, de Will e Ariel Durant, 1968, citado in *Lições da História* – por Antônio Delfim Netto, Revista Carta Capital – 09/06/2014.

21 *Elegia para uma Re(li)gião* : SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

de forjar uma grande cadeia de valor global. O “local” para ele é o princípio e o fim de tudo. Não é. É reflexo de outras decisões que são adotadas e implantadas nos territórios. Esta “escolha individual e autonomia local nada significam se as escolhas ‘autônomas’ feitas pelos indivíduos ou grupos de indivíduos, em nível local, forem anuladas pelos imperativos materiais do sistema do capital e pelas diretivas autoritárias de sua estrutura de comando político total (...). Só no reino da ficção se consegue o predomínio das escolhas individuais substantivas e a autonomia local enquanto se mantém intactas as determinações estruturais conflitantes do sistema do capital como um todo (...) na medida em que a estrutura antagônica/conflitante abrangente incorpora os microcosmos conflitantes, bem como se reflete sobre eles, moldando-os conforme as exigências sistêmicas gerais” (...) [Mészáros].

Do mesmo modo é a máxima de que o segmento social da pequena produção se justifica por si mesmo, em face de “gerar emprego” no campo, cuja afirmação em gênero, número e grau prescinde em encarar a atividade primária como escopo de uma economia a ser dinamizada pela presença das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes.

Agora, entendemos que é preciso ajustar e majorar a escala de ganho adotada para caracterizar o segmento, até porque grassa uma lógica (não concordamos enfaticamente com ela) segundo a qual a atividade das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes é tão somente uma espécie de autoassalariamento, não uma atividade econômica. Esta concepção estabelece e acomoda um baixo padrão ao segmento onde subjaz uma espécie de suposta teoria do valor-trabalho de Marx, que, em tese, designa a produção de valor a partir do trabalho assalariado.

É comum aos que fazem parte de governos e até alguns movimentos sociais e sindicais, assim como ONGs, alegarem que “os assentamentos elevaram as taxas de emprego no campo, o que diminui a pressão por trabalho”²². Nesta lógica, portanto, seria uma política para fazer face ao desemprego estrutural. Uma espécie de compensação. Ou seja, é paradoxal, pois sendo as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes uma atividade econômica, faz-se necessário rever como potencializar estes seg-

22 A reforma agrária possível, entrevista da Carta Capital com Miguel Rosseto, em 28/04/2014.

mentos e suas expansões à escala de atendimento às necessidades de consumo das grandes massas.

Esta proposta (de autoassalariamento) está fadada ao fracasso em face de limitar o campo de atuação dos segmentos, criando um círculo de ferro no seu entorno, uma vez que deprime a perspectiva estratégica, bloqueia a possibilidade de emersão do segmento como força produtiva desenvolvida, além de estarem sob a égide de uma política pública que se limita a quantificar a força de trabalho braçal.

Neste sentido, então, como as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes farão frente a isso, se uma “crise alimentar açoita o mundo. Trata-se de uma crise silenciosa, sem grandes anúncios, (...) mas que atinge a 870 milhões de pessoas, que passam fome, segundo indica o relatório: “O estado da insegurança alimentar no mundo – 2012”, apresentado no dia 9 de outubro, passado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) (...)”?

É tão grave esta crise alimentar que atinge a maior potencia mundial. “(...) Há anos, chegam até nós as terríveis cifras da fome nos Estados Unidos: 49 milhões de pessoas, 16% das famílias, segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que incluem a mais de 16 milhões de crianças. (...)”²³.

Além do mais, estima-se que a produção mundial de alimento tenha que dobrar até 2050, em decorrência do crescimento estimado em 38% da população mundial, indo de 7,4 bilhões para 9,5 bilhões de habitantes. Algo assombroso.

O fato é que “(...) nos últimos dez anos, as commodities tornaram-se ativos financeiros de fundos de investimento internacionais. Em 2000, estes não chegavam a US\$ 10 bilhões. Em 2012, passou de US\$ 400 bilhões, um aumento de 40% ao ano! Há menos de 20 anos existiam mais de 20 “traders” de cada commodities (as oito mais importantes tinham mais de 160!). Houve a verticalização e fusão antecipadas por Marx. Hoje, não passam de 15 organizações que financiam, compram, armazenam, transportam, vendem e especulam com o resultado do trabalho de bilhões de agricultores que não têm o menor controle sobre sua produção. A maior delas, a Glencore, que comercializa tudo, de petróleo e me-

23 Ibidem.

tais a açúcar e trigo, acaba de aumentar sua integração. Comprou uma participação na Ferrous Resources, em Minas Gerais”²⁴.

Para além de toda gravidade do cenário imediatamente acima descrito, o “processo de globalização da economia resultou em uma estrutura perversa no mercado de commodities, em que um pouco mais de uma dezena de tradings agrícolas controlam bilhões de produtores rurais”²⁵.

Acrescenta-se a tudo, ainda, o estúpido desperdício de alimentos no mundo. Um relatório do final de 2012, de uma organização britânica, intitulado *Global Food; Waste not, Want not* (“Alimentos Globais; Não Desperdice, Não Sinta Falta”, em tradução livre) indica que até metade de toda a comida produzida a cada ano no mundo, ou cerca de dois bilhões de toneladas, vai parar no lixo. Ainda segundo o relatório publicado pela Institution of Mechanical Engineers, do Reino Unido, o desperdício de alimentos também implica em desperdício de recursos usados para a produção deles, como água, áreas para agricultura e energia. Além disso, nos Estados Unidos e na Europa, metade da comida que é comprada, acaba sendo jogada fora.

O estágio mais avançado de desenvolvimento propriamente capitalista pode ser caracterizado como o da etapa histórica em que a relação do trabalho é subsumida ao capital, promovida em geral pelo assalariamento. Esta condição, no entanto, não se altera nesta fase histórica contemporânea, mesmo em tempos de desemprego estrutural, à medida que a complexidade da relação de subordinação do trabalho se processa de modo bastante diverso e variado em nossa sociedade.

Além do mais, estruturalmente, “o processo de desenvolvimento capitalista vai criar e reproduzir permanentemente contradições sociais que se potencializam pelo simples fato de que, na medida em que as forças sociais movidas pelo capital geram uma riqueza gigantesca, e cada vez mais concentrada, impõem miséria ampliada para a esmagadora maioria da humanidade”²⁶.

24 Por que ler Marx hoje? - Antônio Delfim Neto, 13.03.13, articulista da Folha de São Paulo.

25 Entrevista do Valor Econômico com Antônio Delfim Netto, 09/09/2013.

26 Balanço dos 30 anos do MST, por Maria Orlanda Pinassi, em 24 de fevereiro de 2014.

De acordo com Mészáros, neste sentido, “o sistema sociome- tabólico do capital (...) materializa o esgotamento de todas as suas possibilidades civilizatórias e expõe seus limites mais absolutos, impondo ao planeta um padrão de desenvolvimento e de acumu- lação absolutamente destrutivo, sobretudo para a classe trabalha- dora que, frente a uma complexa e trágica fragilização econômica, adota posturas cada vez mais defensivas, a chamada linha de menor resistência”²⁷.

Na realidade, considerada as contradições e mistificações cor- rriqueiras das personificações do capital, o verdadeiro agente pro- dutivo é o trabalho. A despeito disto, no entanto, há uma variável inexorável que determina a economia como complexo fundante de todas as relações sociais, políticas e culturais na sociedade e o seu tripé de sustentação assenta-se sobre:

1 – *A Produção e o controle*

2 – *A Produção e a distribuição*

3 – *A Produção e o consumo.*

Nosso entendimento da sociedade do capital e sua economia política, portanto, nos remete à crítica e autocrítica de que

“(...) o terreno da reprodução social, descartado da produ- ção, continua a ser o appeal das esquerdas deslocando para esfera exclusiva da superestrutura ou no âmbito do terreno público (...)”²⁸

a linha de solução para esta antagônica situação, a despeito de que

“(...) em qualquer circunstância, as condições da reprodu- ção social só podem ser garantidas pela mediação neces- sária da atividade produtiva (...)”²⁹.

O fato é que persiste uma lógica política herdada da era neoli- beral do capital, cujo ciclo não foi rompido ou superado porquanto o ESTADO brasileiro ficou refém dos efeitos da conjuntura de-

27 Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição, Boitempo Editor- ial, São Paulo, 2002, István Mészáros.

28 Economia Solidária: Elementos para uma Crítica Marxista – Maria There- za C. G. de Menezes – Rio de Janeiro, GRAMMA, 2007.

29 Para Além do Capital, Rumo a uma Teoria da Transição, editora Boitem- po, István Mészáros, 2002, pág. 179.

terminada pelo neoliberalismo, mesmo os governos populares do início do ano de 2003, e neste contexto

“(…) se transformou cada vez mais no mero reprodutor das ações internas voltadas à regulação competitiva dos capitais e às políticas sociais cada vez mais (...) com ações marcadamente (...) focalizadas para o restrito grupo social extremamente pobre” (Pochmann, 2009).

Além disso, o avanço tecnológico combinado à difusão de múltiplas cadeias de produção em rede planetária possibilitou a distinção entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução (...). Geograficamente, então, assistiu-se à conformação de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, que se concentrou, sobretudo, nos países ricos, o trabalho de concepção, exigente de educação continuada e de qualidade compatível com remuneração e condições de trabalho menos incivilizadas. (...) Nos países periféricos, (...) avançou o curso da especialização econômica dependente do trabalho de execução, geralmente pouco qualificado, sub-remunerado e com condições de exploração comparáveis – muitas vezes – às da flexibilidade laboral do século 19 (...)”³⁰.

Ademais, na esteira desta realidade “(...) constata-se como o tempo de predomínio do neoliberalismo (...) terminou sendo responsável por sinais de regressão nas estruturas sociais que, anteriormente, fundamentavam as lutas sociais durante o ciclo do desenvolvimento fordista a partir do século 20. (...) Assim, ao invés das oportunidades do novo, as resistências neoliberais impuseram, inclusive, o retrocesso à velha agenda civilizatória que fora construída por significativas lutas sociais a partir do final do século 19”³¹.

Na esteira da regulação competitiva dos capitais há de se destacar o programa adotado pelo BNDES de formação de “empresas líderes, as campeãs nacionais”, a partir de 2008. O objetivo era constituir grandes empresas, tendo o BNDES como investidor direto e articulador das fusões e aquisições. Foi resultado de uma

30 Artigo, Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade, 11.01.2009, Marcio Pochmann.

31 Ibidem (grifo nosso).

decisão que visava torná-las, as empresas brasileiras, competitivas no cenário internacional impulsionando as exportações, cuja linha sugeria uma política industrial capaz de modificar a estrutura produtiva.

Esta política adotada decorreu da aplicação prática do conceito da escola desenvolvimentista, na ocasião em que era presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

Citamos o caso emblemático da participação do BANDESPAR na fusão das indústrias de laticínios LeiteBom e BomGosto. Informações do ano de 2000 dão conta de que, antes do BNDES decidir investir nesta fusão, a Bom Gosto detinha um faturamento avaliado em R\$ 5 milhões. Após uma vultosa injeção de capital nesta empresa, este grupo passou a ter um faturamento na ordem de R\$ 2,2 bilhões, salto fabuloso para qualquer empresa mesmo num mercado altamente superestimado.

Mesmo assim, após estes investimentos vultosos, o “Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social deve fazer uma baixa contábil de R\$ 700 milhões relativa à operação da LBR - Lácteos Brasil em seu próximo balanço”³², uma destas empresas “campeãs nacionais”. Óbvio que o cenário internacional de crise contribuiu para esta situação, posto que o mercado interno brasileiro, agora, é extremamente valorizado. Mas, a política macroeconômica se ajustou a este novo cenário e “o foco foi deslocado a empresas inovadoras, eventualmente de menor porte, mas capazes de concorrer no mercado nacional”³³.

Ainda no contexto da macroeconomia e da inversão de prioridades do capital internacional, nesta que é considerada a maior crise estrutural do sistema, que visa o mercado brasileiro ante a crise na Europa e nos EUA, estão os fundos de private equity. Estes fundos estrangeiros e nacionais, incluído os fundos de pensões, nunca tiveram tanto dinheiro disponível para investir na compra de empresas brasileiras como agora. Elas já estão sendo compradas.

A China entrou lateralmente neste processo e já se insere neste contexto.

32 LBR impõe forte perda ao BNDES, Valor Econômico, 17.01.2013.

33 Ibid.

Há a vertente nacional de investidores. Na vertente internacional, os grandes fundos de investidores estrangeiros “têm (...) mais de meio trilhão de dólares para investir e o mundo inteiro para escolher”³⁴. Essa agressiva política pode transformar setores inteiros da economia.

A crise brasileira atual vulnerabilizou as empresas e elas se converteram em alvo de compra por parte de fundos internacionais devido a alta recente do dólar.

Outro cenário econômico que merece destaque foi o da Copa das Confederações de 2013, e do Mundo, em 2014, no Brasil. Os investimentos do governo para atender o calendário da FIFA foram bilionários. O estádio Mané Garrincha, por exemplo, foi construído à ordem de R\$ 1,2 bilhão para ter dois jogos. Por outro lado, a lei geral da copa aprovada determinou a criação de zonas de exclusividade comercial da FIFA num raio de 2 km nas áreas dos eventos oficiais. Algo que alijou as economias locais em possibilidades de ganho. Assim, foi um evento privatizado que ergueu barreiras enormes às economias locais, enquanto a FIFA previu lucro na ordem de R\$ 4 bilhões sem ter investido um centavo de real sequer, embora já se previa, como de fato ocorreu, que os estádios se tornassem elefantes brancos, sem capacidade de retorno do capital investido. A despeito de tudo isto, denota-se uma questão central: quando há decisão política, o ESTADO disponibiliza recursos financeiros.

Neste contexto, no

“(...) espraiamento hegemônico do capital globalizado fundamentou-se uma nova casta política e econômica mundialmente privilegiada, que se beneficiou (...) da riqueza em escala planetária. Para isso, o fundo público tornou-se a chave, mais uma vez, para a repartição de renda entre os detentores dos direitos da riqueza financeirizada e os dependentes das políticas sociais nacionais (...) pela focalização assistencial”³⁵.

Agrava este quadro, já bastante adverso, a identificação que os movimentos sociais, relativizando a crise do sistema, assumem compromissos, num consenso perverso com a administração

34 Revista Exame, edição 982 – ano 44 – nº 23 – 15.12.2010.

35 Artigo, Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade, 11.01.2009, Marcio Pochmann (grifo nosso).

repressiva do capital, pois negam que é a economia o condicionante que determina todas as relações na sociedade, inclusive e principalmente em seus períodos de crise. Este consenso perverso se manifesta mediante uma razão resignada, mantida e manifesta nos tempos atuais.

Assim, este consenso perverso levou a certo esvaziamento das lutas sociais alienadas na institucionalidade e na política com forte tendência de adaptação à ordem e, conseqüentemente, transformou a mobilização social

“numa insustentável multidão de sujeitos sociais postigos (...). O esvaziamento do sujeito tem seu correlato numa virtualização das lutas sociais, que em grande parte ainda têm caráter simbólico, sendo cada vez menos capazes de intervenção real (...)”³⁶. Isto conduz ao apelo às massas miseráveis, a “uma ideologia da ‘renúncia social’”.

As pressões se transformaram em simples petições. Esta condição de “sujeito social esvaziado” tem levado à promoção de verdadeiros descartes ou a cooptação pela sociedade política, havendo a variação de uma ou outra atitude de acordo com as circunstâncias e conveniências. Uma relação utilitária, portanto. Até porque se passou a adotar uma lógica de ação que prima pela

“hipertrofia estética da política e uma atrofia do potencial realmente revolucionário”³⁷.

Não por acaso, cresce a administração repressiva³⁸ do capital em âmbito mundial, mediante:

1 – A Judicialização de toda a vida em sociedade. E esta judicialização não está relacionada linearmente aos “fatores Mensalão e Lava-Jato”, ela é de muito antes. Daí a criminalização de organizações sociais e políticas onde até elas mesmas, talvez principalmente, em algum momento passaram a adotar o método de a tudo se transformar em “denúncia”, inclusive anônima, para obter vantagens nas lutas interna corporis que promovem, em suas diversas di-

36 Entrevista concedida por Roberto Kurz, por e-mail, a IHU on-line, A Esquerda e a Dialética Sujeito-objeto do fetichismo moderno, www.unisinos.br/ihu.

37 Considerações sobre o marxismo ocidental, Perry Anderson, 1976.

38 Colaboração da advogada Maria José do Amaral.

mensões, inclusive vantagens pessoais, nivelando por baixo qualquer contenda. Esta judicialização aciona o gatilho do aparelho repressivo do ESTADO, que desdobram duas possibilidades nefastas: a “degeneração autoritária (...) e tendência repressiva passando de todos os limites”³⁹;

2 – Segue esta tendência repressiva o “sentimento de desprezo pelos direitos e garantias fundamentais” que age “à sombra da legítima expectativa republicana de responsabilização”. “Não é de hoje que o direito de defesa vem sendo arrastado pela vaga repressiva que embala a sociedade brasileira”⁴⁰. Nesta onda, simples equívocos em prestações de contas de entidades sociais são tratados aprioristicamente como “desvio de verba pública” e o serviço público e o aparelho repressivo do ESTADO, conjugadamente, agem com rigor para punir, não apurar. Esta “tendência a tornar relativo o valor da prova necessária à condenação criminal (...) quando juízes se deixam influenciar pela ‘presunção de culpabilidade’, são tentados a aceitar ‘indícios’, no lugar de prova concreta. Como se coubesse à defesa provar a inocência do réu!”⁴¹. E mais, para se inibir ou reprimir qualquer situação que fuja ao controle ou instigue mudanças estruturais, é interposta a afirmação de que “(...) A lealdade política não se sobrepõe à ‘livre convicção’”⁴². Na realidade, e não de modo casual, desde há pelo menos dez anos os movimentos sociais vêm sendo criminalizados. Primeiro de forma ostensiva e deliberada. Agora, disfarçada de “combate a corrupção”. Quando esta criminalização atingiu a sociedade política, então se passou a perceber a ordem de problema que estava posto;

3 – É tão mais agravante a situação que há uma tendência do judiciário em adotar a tese do Direito como Teoria Pura, do jurista Hans Welzel, de origem judaico-alemã, do período da II guerra mundial, cujo enunciado afirma: “o direito não

39 Sem citar mensidão, Thomaz Bastos diz que repressão passou dos limites, folha on line, 26.12.12-04h17.

40 “Vigiar e punir” ou “participar e defender”? Por Marcio Thomaz Bastos, revista Consultor Jurídico, 24.012.12.

41 Ibidem.

42 Entrevista – Joaquim Falcão, revista Época – 08/04/2013 (grifo nosso em “livre convicção”).

sofre influência porque é capaz de resolver conflitos por si só”. Neste sentido, alega esta teoria, o judiciário cumpriria o papel, inclusive, de legislar. Em grande medida isto já acontece, hoje;

4 – Agrava mais ainda este contexto o fato de que o sistema judiciário brasileiro é inquisitorial, nele não há presunção de inocência do acusado e sim da culpa. Isto se não for observado, oferece contornos mais dantescos a simples fiscalizações pelo serviço público de “prestações de contas”. Esta questão está, também, no imaginário do serviço público. Este quadro que já é bastante nefasto ganha contornos mais sombrios, embora de intensa publicidade, a ponto do decano do STF declarar que “penetramos uma situação em que a Constituição está sendo reinscrita de uma maneira que vai restringir o direito básico de qualquer pessoa”;

5 – Ademais, na atual crise institucional que atinge seriamente a sociedade, o judiciário está operando para tentar demonstrar ao capital internacional a sua confiabilidade e, neste propósito, visa “moralizar” as relações entre os três poderes do ESTADO (executivo, legislativo e judiciário);

6 – Igualmente, é parte deste sistema de relações o Ministério Público. Na constituição de 1988, a figura jurídica da advocacia estatal mediante o Ministério Público foi erguida. Esta instituição jurídica resultou da luta por um grande avanço sensível da sociedade em razão do propósito de se ter um agente fiscalizador da lei com respaldo constitucional, a fim de se evitar os excessos de praxe do sistema e seus mandatários, sobretudo porquanto se havia saído de uma brutal ditadura e era preciso consignar mais proteção ao cidadão ante qualquer abuso de autoridade ou arbitrariedade de ações discricionárias dos agentes públicos. Da sua precípua atribuição de agente fiscalizador do cumprimento legal sob o império da lei e da consignação da Carta Magna. Cabe ao MP se abster em atuar como um poder arbitrário a seu próprio interesse. Como detentor da ação penal não pode renunciar a esta prerrogativa, mas o deve fazer sob o zelo da presunção de inocência, eximindo-se de prejulgamentos. É preciso, no entanto, que o MP esteja sob o controle da sociedade, que é sua função proteger. Mesmo que haja nuances de classe

nesta representação é fundamental se buscar o máximo de isenção que as relações sociais em nossa sociedade puderem exercer. O MP como qualquer órgão público, deve ser submetido ao controle externo da sociedade. Na jovem democracia brasileira, investigações não podem servir ao jogo político do poder e informações vazadas para praticar assassinatos de reputação devem ser consideradas como ináptas ao devido processo legal. Temos, portanto, um MP que deverá ser instado a, cada vez mais, deixar de ser instrumento discricionário a partir de seu próprio núcleo que, efetivamente, cumpra com isenção defender o estado democrático de direito e as garantias constitucionais das pessoas, sejam elas de qualquer classe ou condição social;

7 – A despeito desta face, o sistema judiciário para amenizar o impacto de suas ações repressivas e estabilizadoras do sistema, adota uma linha de escorar legalmente a flexibilização dos costumes já consignados na sociedade, mas que o conservadorismo do sistema com eles não se coadunava.

Neste quadro de referência acima, entre outros, a face da razão resignada praticada por amplos setores presentes na institucionalidade e até em movimentos sociais, e na própria sociedade, a título de exemplo, pode servir à adaptação e à legitimação instrumental ao sistema do capital. Não por acaso, constata-se que parte da “intelectualidade se entregou às minudências do politicamente correto, da filosofia do ‘direito do consumidor’ e do relativismo (paradoxalmente) ‘absoluto’⁴³. Óbvio que alguns discursos ocorrerão em direção contrária e até indignações sinceras serão observadas. É o risco que corremos. Mas alertamos: “No plano imediatamente político, isto se traduziu numa concepção administrativa do processo social, derivando no burocratismo (...)”⁴⁴.

O poder institucional, por outro lado, é tão subordinador - daí sua força - que lhe é possível a implantação de Projetos Estratégicos de caráter democrático e popular, em favor de uma transição e empoderamento de amplos setores populares, fato que hoje não ocorre em face das notórias opções de classe por parte de quem

43 Era dos imbecis, por Fernando Brito, Brasil de Fato, em 18/05/2015.

44 “A política é o meio, a cultura é o fim”, Para uma Ontologia do Ser Social, Lukács, marxismo e humanismo, artigo de Rodrigo Petrônio - O ESTADO de São Paulo / 07 de dezembro de 2012 | 20h18.

comanda a máquina estatal, atualmente. Neste sentido, disputar o ESTADO é uma tarefa central no próximo período.

Em face do contexto acima especificado, é fundamental pugnar por uma nova agenda política, social, econômica e cultural. Uma nova cultura política se faz necessária e “(...) esse é o grande problema que os movimentos políticos e sociais terão de enfrentar, a separação da política das dimensões sociais e econômicas” (Mészáros).

Entendemos que uma nova cultura política pressupõe o binômio: decisão política e investimento econômico institucional. Isso resolve parte significativa das questões perquiridas para o desenvolvimento das forças produtivas de base popular. Mas, o que é realmente determinante é a necessária instrumentalização dos segmentos sociais, dotando-os de alto conhecimento prático e de uma materialidade que será efetivada nas atividades produtivas, como mediação de segunda ordem, em perspectiva de uma nova sociabilidade em bases materiais bem definidas para uma reprodução social na sociedade. Até porque propor uma “nova vida” aos segmentos aqui aludidos calcada numa abstinência é impor a resignação à pobreza. Nada mais funcional ao sistema do capital do que esta prática. Esta lógica que vem determinando esta situação, portanto, deve ser banida do seio da classe do trabalho e de sua vanguarda.



An abstract painting featuring a complex composition of warm, earthy tones such as ochre, sienna, and terracotta. The artwork is characterized by bold, dark outlines and a variety of geometric and organic shapes, including circles, rectangles, and irregular polygons. The overall effect is one of dynamic energy and textured depth, with some areas appearing more saturated and others more muted. A dark grey horizontal band is superimposed over the upper portion of the image, containing the chapter title in white text.

3. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL NO NORDESTE

*“Os cidadãos brasileiros são punidos
por seu local de nascimento.
Aqueles que nascem nas regiões menos dinâmicas
terão suas chances de crescimento pessoal e
profissional profundamente limitadas
em razão do baixo acesso à educação, à saúde, ao
emprego de qualidade e a toda uma gama de
serviços e oportunidades”
(Texto de Referência da
I Conferência Nacional de
Desenvolvimento Regional,
Brasília, julho de 2012)*

O texto-referência da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, realizado no governo Dilma, efetuou constatações enfáticas, algumas das quais aqui destacamos:

- 1 – “(...) O Nordeste (...) apresenta uma participação de 13% no PIB brasileiro desde 1952, com pequenas oscilações acima e abaixo desse nível, sem conseguir efetivamente superá-lo (...);*
- 2 – “(...) As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste vêm crescendo sistematicamente acima da média nacional. No âmbito dessas regiões, entretanto, o crescimento é bastante heterogêneo. Crescem, principalmente, algumas “ilhas dinâmicas”, embaladas pela valorização das commodities (...) mercado interno alimentado pelas rendas provenientes das políticas sociais e dos empregos temporários das grandes obras do PAC;*
- 3 – “(...) As regiões historicamente menos desenvolvidas do país são hoje um mar de oportunidades, atraindo novos investimentos e impulsionando a economia brasileira com seu dinamismo (...);*
- 4 – “(...) Entretanto, seus enormes déficits em termos de infraestrutura, educação e qualificação de recursos humanos, a fragilidade de seus sistemas de ciência, tecnologia e inovação (...) constituem fortes entraves para o seu pleno desenvolvimento (...);*
- 5 – “(...) Contudo, o próprio avanço social não se sustenta se não for acompanhado de uma desconcentração regional*

mais efetiva da capacidade produtiva. (...) O crescimento recente provocado por um empuxo de demanda não é sustentável, caso não seja acompanhado e promovido por uma expansão da oferta, que supõe a ampliação e reestruturação do parque produtivo”;

No período recente, bloqueado pela crise econômica aguda que atinge o país atualmente, segundo Relatórios Especiais – Nordeste – Carta Capital, houve “uma colher de chá”, expressão bem conhecida na região, oferecida pelos Estados que se fiaram na isenção fiscal e uma rede de benefícios que estendem verdadeiros tapetes vermelhos às empresas para se instalarem em diversas unidades da federação. Não por acaso, em Pernambuco, quando a FIAT anunciou que estalaria uma logística no porto de SUAPE, o evento ocorreu na porta do palácio do Campo das Princesas, sede do governo estadual. O tapete vermelho foi estendido e não em sentido figurado, mas literalmente.

As expressões abaixo descritas advindas de governos estaduais da região, à época, dão a exata dimensão do empenho na atração de investimentos de capital para a região. Dois exemplos:

Primeiro, o governo baiano afirmou: “O Brasil é um lugar de oportunidades (a Bahia é ainda melhor). Arrisque novas ideias e corra atrás” (Empreendedorismo e Crescimento - Secretário de Planejamento/Bahia - José Sergio Gabrielli de Azevedo – governo de Jaques Wagner).

Segundo, acerca do estado pernambucano foi dito: “A decisão sobre onde aportar alguns milhões de reais em investimentos fica mais fácil para uma empresa quando ela é recebida com tapete vermelho, como o que se estendeu em Pernambuco, para a Nissan -Ajinomoto, fabricante de macarrão instantâneo” (Carta Capital, relatórios especiais, Nordeste, 27 de fevereiro de 2013). Esta afirmação foi ladeada pelo que disse o governador do Estado à época: “Consolidar o crescimento e descentralizar o desenvolvimento, distribuindo riqueza e oportunidades. Mais do que princípios, essas são as diretrizes da política econômica e social do governo de Pernambuco” (Eduardo Campos).

Estas afirmações acima são decisões políticas adotadas e inseridas nos PPAs estaduais e decorrem não do cenário nacional de “guerra fiscal”, mas também e principalmente estão ajustadas e

condicionadas à macroeconomia mundial e suas cadeias globais de valor.

Para satisfazer, então, a decisão política de atrair empreendimentos econômicos há um esforço desmesurado dos governos estaduais para superar os gargalos mais diversos que se interpoñham no caminho que vão da logística, sistemas viários para escoamento de produção até os polos de desenvolvimentos selecionados como prioritários, busca de parcerias com cadeias globais de valor.

O que falta é uma política clara de beneficiamento e fruição do entorno social e dos empreendimentos locais em relação a estas cadeias e aos polos econômicos, tanto dos governos estaduais como do governo federal.

Alguns setores desta alavancagem econômica se destacaram recentemente e num *case de sucesso* citamos o Polo de SUAPE e o recém-inaugurado Polo da FIAT, em Pernambuco; o polo de Camaçari, na Bahia; o porto de PECEM, no Ceará; o Polo Cimenteiro, na Paraíba; o parque eólico no Rio Grande do Norte; a título de exemplos, que alteraram toda geografia e a expectativa econômica de todos os estados principal, mas não necessariamente (Lei de Pareto) o entorno destes vultosos empreendimentos.

Claro que a crise do capital internacional e os interesses de segmentos da elite nacional a ele associado, a partir das ações dos chamados Mensalão e Lava Jato, estancaram este processo e até promoveram prejuízos incalculáveis ao país, travestido de combate à corrupção. Nada mais conveniente.

Estes empreendimentos, no entanto, foram as apostas das unidades da federação e do governo federal em promover um salto nos indicadores econômicos dos estados, principalmente o PIB, cujos desempenhos em 2012 foram na ordem de 2,3%, em Pernambuco, no Ceará (3,6%) e na Bahia (3,1%). Para tanto, a prioridade dos estados foi imprimir uma celeridade aos projetos que se queriam instalados.

O desafio para a manutenção deste crescimento requer a consolidação da interiorização do desenvolvimento, em face da concentração histórica de investimentos nas regiões metropolitanas e do litoral, e a maior integração das empresas locais às novas cadeias produtivas, dizem os analistas econômicos de plantão.

Isto demonstra o quanto os governos da região estão dispostos a investir em seu desenvolvimento econômico.

Pernambuco e Bahia tinham previsto para o ano de 2012 incentivos fiscais na ordem de 1,4 e 2,5 bilhões de reais, respectivamente.

Para 2013, o governo de Pernambuco cogitava investimentos na ordem de R\$ 3,5 bilhões. Alguns analistas, no entanto, alegam haver déficit orçamentário em decorrência de desajustes nas contas estaduais devido à falta de lastro efetivo para tanto investimento.

A implantação de empresas na região Nordeste, portanto, gozou de total apoio, desde os incentivos fiscais até a aquisição e repasse de áreas estruturadas para instalação de unidades fabris.

Para garantir, então, um novo dinamismo econômico houve uma verdadeira operação de guerra para resolver os nós logísticos e infraestruturais existentes, bem como a disponibilização de somas vultosas de capital por parte dos governos federal e estaduais.

Toda esta arquitetura erguida tem uma lógica de desempenho caracterizada, centralmente, pelo método da dinâmica econômica adotada pelos governos através da atração de empreendimentos de porte para alavancar a multiplicação das riquezas dos estados no próximo período. Por isso, os impulsos econômicos adotados têm como linha central o perfil:

- 1 – Atração de empreendimentos nacionais e transnacionais;*
- 2 – Oferecimento de incentivos fiscais vultosos;*
- 3 – Investimentos em infraestrutura e logística para atender aos segmentos atraídos;*
- 4 – Oferecimento de vantagens aos empreendimentos a fim de que se localizem nos diversos estados;*
- 5 – Captação de recursos alternativos junto ao Banco Mundial e ao BNDES;*
- 6 – No geral, um agressivo plano de investimentos públicos de toda ordem que se fizer necessário, a partir de decisões políticas;*
- 7 – Para consolidar as iniciativas se constituem Polos Econômicos.*

Claro está que não se poderia deixar de citar, sob nenhuma hipótese, que o Nordeste esteve no ciclo de investimentos da Copa

das Confederações 2013 e do Mundo, em 2014, em sistemas viários, hotéis, turismo entre outros itens em destaque, muito embora tenha ficado marcada esta iniciativa por retumbantes fracassos na execução e conclusão de obras, algumas ainda paralisadas e/ou em conclusão, quatro anos depois do prazo final estabelecido.

Esta dinâmica econômica pujante, por outro lado, encontrou uma retração na atividade econômica do setor primário. Basicamente se atribui esta situação ao fenômeno climático da seca na região, mas desde 2016 este setor da economia se ressentiu de uma baixa atividade econômica geral.

O fato é que fora do epicentro do fenômeno climático da seca, temos problemas no setor primário da economia. Na zona da mata pernambucana, há mais de 30 anos se perde área produzida de cana e parques industriais do setor sucroalcooleiro pela baixa capacidade competitiva do setor. A partir de 2014, formalmente, foi proibida a prática das queimadas na região, o que agrava o problema de um setor que não consegue mecanizar sua produção. Já se discutiu o que fazer com as áreas de declives acentuados, mas o impasse se estabelece, deixando um vazio produtivo até hoje.

Há cerca de pouco mais de duas décadas houve a tentativa de introduzir o eucalipto e a seringueira no Estado; não proliferou. Recentemente, é sabido, a SYGENTA e a NEXTSTEPP, empresas transnacionais norte-americanas, se fazem presentes na zona da mata pernambucana introduzindo a cultura do milho transgênico, sorgo sacarino e batata doce.

Até em Alagoas, que detém o título de maior produtor de cana da região, houve uma quebra da safra por fatores não necessariamente climáticos e sim por problemas de má gestão ou desvio de finalidade das empresas do setor.

Na Bahia, igualmente, a lavoura do cacau sofreu enorme perda, o que agravou a economia primária na região, epicentro desta histórica produção agrícola.

Por outro lado, o *Polo da Fruticultura do São Francisco* contrasta com esta realidade. É um oásis numa região impactada fortemente pela seca.

Vista do alto, a fronteira baiano-pernambucana entre Petrolina e Juazeiro é um grande tapete verde dos dois lados do rio São Francisco em meio à aridez do sertão.

Além do mais, no exato momento em que se falou do agravamento da seca, o Plano Diretor do perímetro irrigado do São Francisco saiu do papel para ser implantado, aumentando o contraste com a área pobre desta mesma região. Tanto que, em 2012, o Valor Bruto da Produção total (VBP) chegou a R\$ 695,2 milhões. Algo fabuloso para o semiárido.

Por seu lado, a retração do setor primário atinge grave e fortemente a pequena produção pela sua óbvia vulnerabilidade. Estas são sistemas produtivos de subsistência em sua esmagadora maioria. Por isso, são mais frágeis.

O Garantia-Safra é uma medida governamental que visa mitigar estes efeitos, mas é absolutamente insuficiente porquanto os sistemas de produção são precários, *em si*.

Em face de tudo isto, o presente documento intenciona deflagrar uma nova tratativa destinada às agriculturas familiares e a reforma *agrária realmente existentes*. Neste sentido, julgamos que esta proposta se coaduna com o desenvolvimento estratégico que se pretende para o nosso país e para os estados.

No contexto propriamente do rural nordestino, a prestigiada estudiosa Nazaré Wanderley (2009) assinala “que o Nordeste concentra quase metade da população pobre do Brasil. Dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que o número de indivíduos ocupados na agricultura no Nordeste é de 7.698.631. Destes, 1.833.148 em estabelecimentos patronais e 6.365.483 na agricultura familiar. Ainda com base no Censo, a área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários no Nordeste corresponde a 75.594.442 ha; destes, 47.261.842 ocupados pelos estabelecimentos patronais e 28.332.599 pela agricultura familiar (IBGE, 2010)”⁴⁵.

Não restrita ao Nordeste, mas extensiva a todo o país, a subordinação das agriculturas familiares e áreas de reforma agrária realmente existentes à lógica de reprodução do capital, impôs como resultado a formação de “culturas de subsistência” nas franjas dos grandes polos de concentração e acumulação de capital, abastecendo de gêneros alimentícios, em áreas bastante restritas, a própria região epicentro dos empreendimentos do capital. Isto é

45 A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a questão Regional, série desenvolvimento rural sustentável, volume 17, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Representação do IICA no Brasil, fevereiro de 2013.

regra, mas há, no entanto, pequenas e inexpressivas exceções produtivas, se comparadas ao contexto macroeconômico.

Além do mais, em geral, há o “(...) fechamento de uma região pelas suas classes dominantes à medida que conseguem reproduzir relações sociais de dominação e de produção. Nesta condição, obstaculizam e bloqueiam a penetração de formas diferenciadas de geração de valor e de novas relações de produção (...)”⁴⁶.

Vejam, a título de exemplo, o caso da zona da mata pernambucana. Há cerca de 30 anos a produção de cana-de-açúcar era dominante nesta mesorregião, detinha cerca de 100 plantas industriais e ocupava área de plantio em cerca de 400 mil hectares. Hoje, do total de plantas industriais existentes apenas 17 operam e mais de 150 mil empregos foram extintos.

A despeito deste enorme vazio produtivo na região, nenhuma convulsão social se ergueu ou outra atividade econômica se instalou para substituir o espaço deixado por esta cultura agrícola prevalecente, embora tenha havido uma intensa luta pela reforma agrária. As terras ocupadas, no entanto, não fazem frente ao desafio de expansão produtiva com culturas alimentares saudáveis, diversificadas e extensivas ao consumo de toda sociedade.

Igualmente, é fato que grande parte do que se desapropriou, voltou para a relação com a cana-de-açúcar mediante a terceirização da produção para as indústrias remanescentes do setor.

É contraditório e irônico, o antigo inimigo da reforma agrária, o sindicato e a associação dos fornecedores de cana, se regozijam de que 90% dos produtores de sua base sindical são agricultores familiares, disto tirando proveito junto ao governo federal.

O Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), financiado pelo Banco Mundial, em parceria com diversos governos estaduais, tem sido aplicado na região há décadas. Eles cumprem, efetivamente, um papel de mitigação dos efeitos que a economia excludente, que se pratica nos estados, exerce sobre os índices de pobreza rural. Embora haja um apelo de “combate à pobreza”, é sabido que os indicadores sociais continuam baixíssimos e um fator é determinante para tal: as agriculturas familiares e áreas de reforma agrária realmente existentes não conseguem superar as atividades de subsistência. Os programas de diversificação de

46 Elegia para uma Re(li)gião : SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 27.

investimentos para estes segmentos sociais, antes tem reforçado esta condição, mais do que erguido alternativas de superação da faixa de pobreza.

Somas vultosas são investidas em diversas linhas de programas para setores sociais mais carentes da região há décadas. O quadro, no entanto, permanece inalterado. Por que isto ocorre?

Tendo como referência a formação histórica das macrorregiões no país, em regra geral se impôs a constituição de agriculturas semicamponesas, de perfil caracteristicamente de subsistência. O desenvolvimento “regional” contemporâneo, no entanto, não mais adota alijar a pequena produção, até porque há governos e movimentos sociais que lutam em sua defesa porquanto está estabelecida uma iniciativa que garante às agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes uma presença política num contexto eminentemente econômico.

A penetração, no entanto, de formas diferenciadas de geração de valor e de novas relações de produção encontra obstáculo. Mas há o “outro modelo” de agricultura que concorre para sua própria inviabilidade resultado de pequenas escalas de culturas alimentares que garantem a subsistência, cuja prática comercial comum é a venda em feiras próximas das comunidades produtoras de mercadorias, em face de estarem destituídas de logística adequada, dado o fraco poder aquisitivo resultante da chamada “produção de carroça”. Desta forma, há um duplo padrão de impossibilidades no qual está inserida a pequena produção:

- 1 – De um lado, os polos de desenvolvimento do capital, com investimentos estatais vultosos, à lá SUAPE, Camaçari, centrifugando a dinâmica econômica regional e mesorregional;*
- 2 – De outro, a pequena produção cuja característica básica de financiamento é a concessão de microcrédito por endividamento familiar, estimulado para garantir a “segurança alimentar” da unidade de produção familiar (UPF). Algo necessário, pois há um passivo histórico brutal, reconhecemos, mas...*

...Deste modo “(...) o desenvolvimento sob esta ótica não podia dar lugar, senão, a uma estrutura social pobre, pouco diferenciada, cuja posição na estrutura do poder regional não chega sequer a ser notada. Segue como padrão um caráter frouxo e desagregado da

atividade econômica e da estrutura social (...)”⁴⁷, caso da *reforma agrária e agriculturas familiares realmente existentes*, tipificada-mente.

Em decorrência, as agricultoras familiares e os assentamentos da reforma agrária e o comércio informal, “(...) encontram saída para defender-se do rebaixamento constante do seu nível de vida, na tentativa de aumento de suas ‘culturas de subsistência’”⁴⁸. Temos a clareza, no entanto, que esta análise não encontra alento no discurso oficial, mas é preciso haver espaço para diálogos estratégicos.

Os dados da reforma agrária corroboram o que afirmamos, afinal há cerca de 80% de ociosidade produtiva. Os cerca de 20% restantes são culturas de subsistência e algumas experiências pontuais e localizadas bem-sucedidas, mas isoladas em seu contexto. O determinante para isto é o fato de que 80% das unidades de produção familiar são de até um módulo fiscal. Este é um fator impeditivo à produtividade e a escala, que possibilitariam a acumulação econômica se adotados.

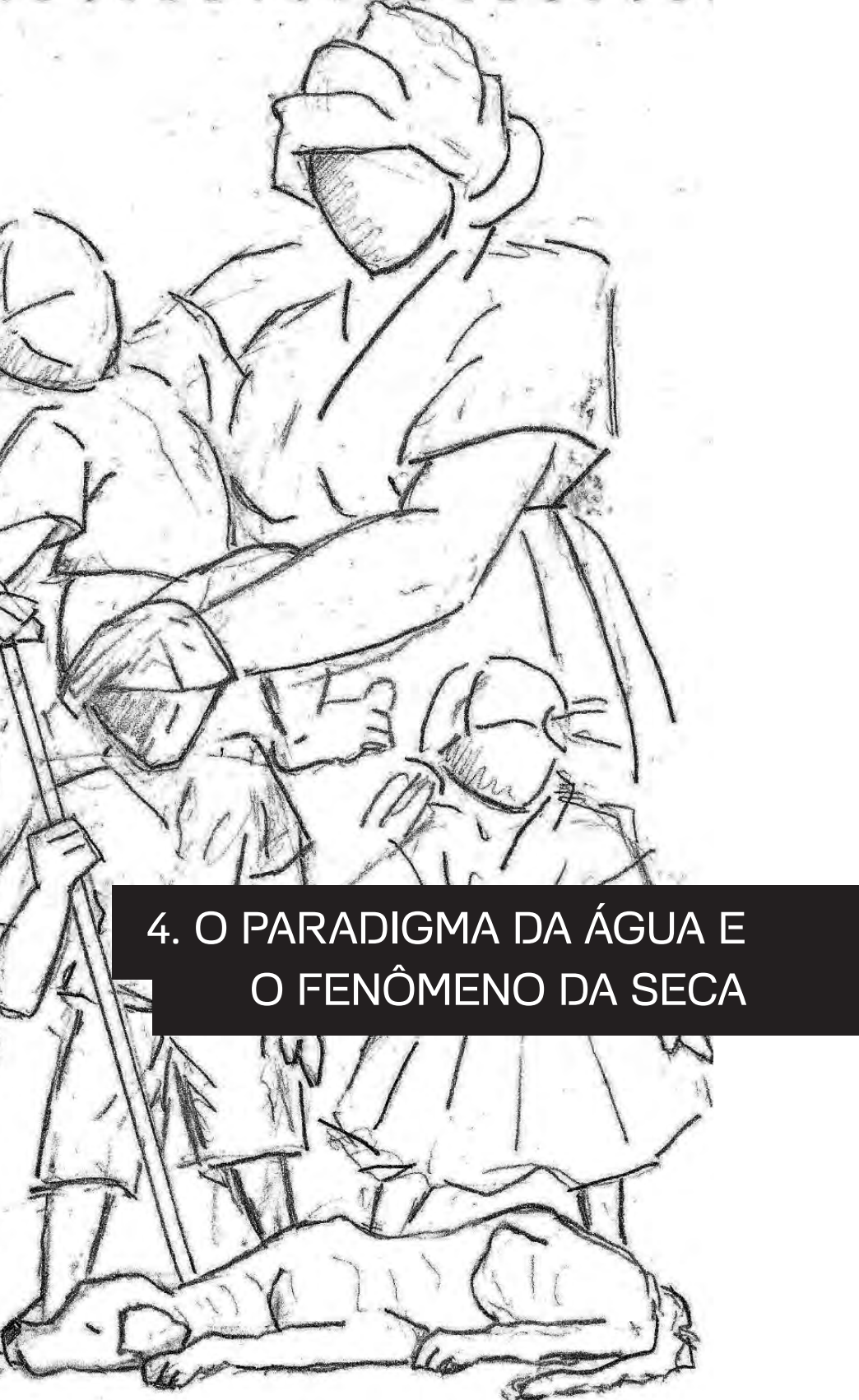
A título de exemplo, destacamos o déficit brutal na capacidade de atendimento à lei que estipula a absorção de no mínimo 30% da merenda escolar advinda das *agriculturas familiares e áreas de reforma agrária*. A despeito de ser um *excelente nicho de mercado* (previsão do PNAE no Plano Safra 2013/2014 na ordem de R\$ 1,1 bilhão) cobiçado por qualquer empreendimento empresarial do ramo de alimento, a pequena produção se revela incapaz, pelo menos temporariamente, de atender esta demanda. Prova cabal do que aqui afirmamos.

Ao final, afirmamos categoricamente: não queremos privilégios, estamos propondo a constituição de *Polos de Desenvolvimento* na similaridade e na lógica adotada ao Vale do São Francisco, a Camaçari, a SUAPE e a FIAT, a título de exemplos. Esta é uma de nossas contribuições para que no Nordeste se instale uma igualdade inscrita de forma substantiva na base material em nossa sociedade, possibilitando a distribuição efetiva das riquezas produzidas.

47 Elegia para uma Re(li)gião : SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 27.

48 Ibidem.





4. O PARADIGMA DA ÁGUA E O FENÔMENO DA SECA

Primeiramente e acima de tudo é preciso quebrar o atual “paradigma da água”. A sociedade do capital assentou seu modo de produção agrícola e de todas as atividades produtivas tendo como premissa o uso da água.⁴⁹

A sociedade sempre se habituou a ter a água como se ela fosse um recurso natural abundante e infinito. Abundante em certa medida sim; infinita, não.

Não há a valorização da água pelo que ela significa: a vida.

Ao contrário de haver uma cultura de gestão da responsabilidade com o uso racional da água, se lamenta quando ela escasseia ou falta. É preciso se encarar o fato dela não ser infinita e que precisa ser cuidada gota-a-gota.

A atual política de gestão das águas prima pelo desperdício: açudes, barragens e canais abertos. Neste tipo de armazenagem a evaporação é muito grande e não faz sentido acumular água para isto. Assim, a gente se mostra como tolos aos olhos do mundo.

Há uma determinada imagem mítica da água. Há um sentido de se atribuir a ela certa divindade e, como tal, um pouco de reza ou torcida para que se chova e se abasteça mananciais é muito grande.

A devastação da natureza se dá com tal magnitude que se projeta haver um estrangulamento ambiental já até 2050, tornando inabitável o planeta. Isto rompe com o ciclo natural da água e leva a seu esgotamento.

Agora é hora de romper com os paradigmas atuais, entendermos que vivemos num ambiente de escassez deste recurso natural e aprendermos a manejá-lo com extrema responsabilidade.

O circuito das águas começa pela preservação do meio ambiente e pelo respeito a seu ciclo de existência, de ponta-a-ponta.

O manejo sustentável da água, portanto, deve superar as ações pontuais e estanques, indo ao encontro de sua totalidade, ou seja, deve-se integrar todo o trabalho no circuito desde a preservação ambiental, passando por ações produtivas sustentáveis e indo até a conservação de mananciais hídricos que completem o ciclo na-

49 Capítulo com colaboração direta de Geraldo Majella e Hildeberto Rodrigues, servidores do IPA/Pernambuco.

tural. Associe-se a isto a ação humana de provimento material de sua existência, harmonizando estas relações.

Dito isto, é preciso arrematar, afirmando que a sociedade de capital, no seu atual estágio de destruição-produtiva, concorre para esgotar os recursos naturais do planeta e neste contexto a luta pela preservação da água e do meio ambiente passa, necessariamente, sob pena de fracasso, por se ir para além do capital.

Neste sentido, devemos considerar que a seca, embora seja um fenômeno natural, transcorra num ambiente cujo imaginário é permeado pela mística e o mítico. A seca, em seu contexto, detém contornos que foram convertidos em sinal religioso pelas populações autóctones.

Ao se colocarem, todos/todas, como “vítimas” da seca, se criou no imaginário a isenção de responsabilidade sobre os efeitos prejudiciais deste fenômeno. Quando se exercita a busca das causas deste evento climático sempre se encontra, invariavelmente, como “culpados”: o “governo” e pasmem, “a própria seca”.

Neste ambiente, então, certo status é mantido, de parte-a-parte. Mecanismos monetários são adotados ao se criar um colchão social, embora não impacte a riqueza, mas mantém uma zona de conforto aos atingidos e aos que se colocam como parte da rede solidária de colaboração da mitigação do evento climático.

Mas, de tempos em tempos esse fenômeno recrudesce e ocorre de forma mais severa e intensa. O resultado é a escassez de água para consumo e para a produção de alimentos, para humanos e animais.

A atividade econômica de maior relevância para os agricultores e pecuaristas do semiárido é a pecuária de leite, de bovinos e em expansão a de caprinos; além da agricultura de subsistência ou as denominadas lavouras brancas. Essas atividades, quando da ocorrência de seca severa, são bastante afetadas e a sociedade, modo geral, não tem sabido lidar com essa questão de forma preventiva, apesar de essa ser uma discussão que já vem sendo efetuada por décadas a fio. As possibilidades de convivência, de forma harmônica, com a ocorrência de secas severas, no entanto, ainda está longe de ser um fato concreto.

As áreas do Nordeste que sofrem os maiores impactos com o fenômeno da seca são as que vão do Oeste do Piauí, Sul do Ceará, Norte da Bahia e Oeste de Pernambuco, onde estão as cidades com

menor índice de desenvolvimento humano do país. As projeções de clima para o futuro indicam riscos de secas de 10 ou mais anos. Para um país e região com tamanha vulnerabilidade, o esforço de mapear os riscos, bem como, identificar e conhecer profundamente suas causas e consequências, ainda está muito aquém de suas necessidades. Estudos recentes da EMBRAPA já sinalizam a total falta de aptidão agrícola em grandes áreas do Nordeste do Brasil, para os cultivos praticados em regime de sequeiro, como é o caso de milho, feijão e mandioca, com repercussões de perdas agrícolas significativas já para 2020.

Mesmo que os meteorologistas tenham estimado que a partir de 2018 haja um arrefecimento da seca com a existência de uma maior precipitação pluviométrica na região e melhor distribuição das águas ao longo dos meses, isto não deve alterar a situação básica do semiárido.

Outra questão importante é que a seca, um fenômeno natural, é vista pelos meios de comunicação como a causadora das desgraças e enfraquecimento econômico e social da população do semiárido. A sociedade não se enxerga como frágil frente ao fenômeno. De maneira cultural, e principalmente política, coloca-se à mercê do fenômeno. É comum ouvir as pessoas afirmando que “essa tem sido a seca mais cruel das últimas décadas”. Ao contrário, não se ouve as pessoas afirmarem “nunca nos encontramos tão frágeis frente a um fenômeno natural”. Coloca-se a culpa sempre no fenômeno e não na incapacidade das pessoas, governos e organizações as mais diversas em lidar com o fenômeno.

Nesse momento entram os governos municipais, estaduais e o federal, com suas medidas emergenciais de distribuição dos mais diversos tipos de recursos - físicos (alimentos e outros) e financeiros. A sociedade urbana se mobiliza para juntar donativos, até que a “chuva” volte a cair, arrefecem os movimentos de ajuda e tudo é esquecido até que o próximo período de estiagem volte a recrudescer. Sabe-se que serão cada vez mais severos os efeitos da escassez dos recursos hídricos devido à crescente urbanização e ao uso inadequado dos recursos naturais.

Precisam ser executadas/concluídas obras estruturadoras: ferrovia transnordestina (transporte de alimentos de áreas produtoras do Nordeste); as adutoras; a transposição; a criação do cinturão forrageiro em locais de potencial para irrigação; estimular e

planejar a agricultura irrigada nos locais onde é possível; investir o máximo em educação formal e profissional para que fiquem no campo aqueles que realmente possam utilizar os recursos naturais de forma sustentável e, fundamentalmente, um *programa de (re)florestamento* que recupere áreas degradadas, fontes e nascentes de rios.

Assim, destacamos que o problema da seca no Nordeste é secular. Hoje, em sua mais recente recidiva, a falta de chuvas afeta 450 municípios na região e os deixa em situação de emergência, atingindo quase quatro milhões de pessoas. Recentemente, no governo de Dilma Rousseff houve um incremento de repasse de máquinas e equipamentos para os municípios do semiárido com o propósito de contribuir com as ações de mitigações dos efeitos desta estiagem.

Nos estados, em geral, foram instituído Comitês Integrados de Combate à Seca.

Neste contexto, se vivencia um dos mais difíceis períodos de estiagem dos últimos quarenta anos. Para as Organizações e Movimentos Sociais que lidam com o homem e a mulher do campo no semiárido nordestino, isto não é nenhuma novidade, pois no nosso entendimento viver no semiárido pressupõe um planejamento anual que priorize no dia a dia do Estado e dos Empreendimentos Rurais, Programas, Ações e Atividades que sejam voltadas para o desenvolvimento desta região considerando a seca não como exceção e sim como situação climática recorrente.

Sentimo-nos surpresos, no entanto, quando são tratadas como emergenciais uma situação climática que mais parece uma essencialidade e a estamos vivenciando como se estivéssemos a enfrentar pela primeira vez.

Não por acaso, o Instituto de Pesquisa Agropecuária (IPA) em Pernambuco, já identificava a intensificação da seca no semiárido desde seu planejamento em 2012, cujo ensejo redirecionava ações da entidade para mitigar o problema.

Sugerimos, então, que as ações para o enfrentamento da seca devam ser uma decisão governamental adotadas em caráter estratégico sendo parte do próprio Planejamento Plurianual-PPA, consolidando recursos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

As decisões devem ser tomadas proativamente e não quando a situação se agrava e/ou a mesma se estabelece. Isto não significa

planejar pensando no pior, mas sim se deve demonstrar claramente que as Instituições têm consciência plena das intempéries com as quais o homem e a mulher do campo convivem no seu cotidiano e assim corretamente agir preventivamente e não tensionados atuando nos efeitos.

Sabemos que se conhece a quantidade de tecnologias de convivência com o semiárido que já foram desenvolvidas, testadas por organizações sociais e pela pesquisa e extensão rural no nosso país. Propomos, então, resgatar estes trabalhos e incorporá-los como regra no planejamento anual dos governos estaduais e federal.

Queremos também propor, ao final, que sejam de caráter permanente os Comitês Integrados de Combate à Seca, congregando compromissos e esforços, tanto institucional como da sociedade civil objetivando a contribuição com linhas de ações de solução sistemática.

É importante que se valorize as instituições que já se adaptaram a viver no semiárido, tendo a seca como regra e não como exceção, a fim de que possam, assim, contribuir com suas experiências neste momento de dificuldade por que passa a agropecuária nos estados.

Os setores econômicos mais dinâmicos inseridos no contexto de seca já encetaram negociações com os governos estaduais e federal para ações de mitigação da seca. O setor sucroalcooleiro conseguiu, recentemente (2013), do Governo Federal, a título de subsídio, valores adicionais por tonelada de cana-de-açúcar produzida. A perda financeira do setor foi estimada em cerca de R\$ 160 milhões.

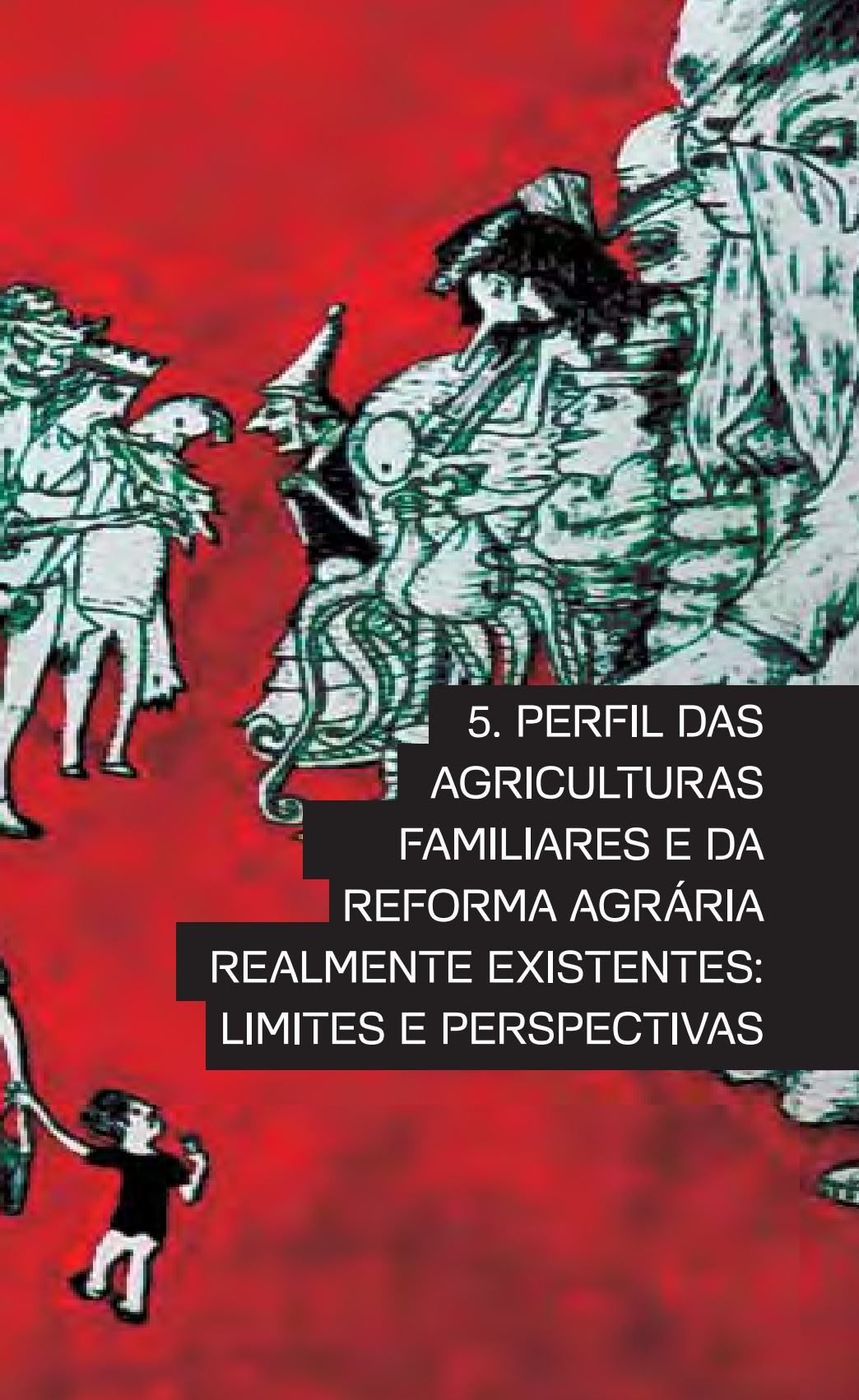
Esta é uma realidade agravada pelo fato de cerca de 90% dos produtores pernambucanos de cana estar classificados pelo Ministério da Agricultura como "economia em regime de agricultura familiar". Este é um fenômeno que ocorre na zona da mata, ou seja, áreas de reforma agrária e agriculturas familiares realmente existentes são recrutadas a produzirem cana-de-açúcar em regime de terceirização de todas as atividades, desonerando o setor sucroalcooleiro. Mas esta atividade econômica é adotada em casos que outras culturas do segmento da pequena produção não auferem rentabilidade que lhes permita a subsistência ou uma renda básica.

Nós acrescentamos a necessidade de produção de sorgo, feno e milho forrageiro para suprir a alimentação animal, não em período de estiagens mais rigorosas, mas, sobretudo, manter equilibrada a oferta sistemática de alimento animal para a região em todos os períodos, posto que a seca seja um fenômeno permanente, tendo momentos de picos e arrefecimentos. Esta é uma função produtiva plenamente desempenhável pelas áreas de agriculturas familiares e reforma agrária.

Ao final, é preciso afirmar enfaticamente: o fenômeno climático da seca é possível de ser enfrentado. No plano nacional o canal baiano-pernambucano de transposição do rio São Francisco é um exemplo cabal de solução estrutural para a seca. Tanto assim o é que a PETROBRÁS, a TOYOTA e a KOMATSU projetaram investimentos em grandes empreendimentos para os próximos 20 anos a partir do funcionamento do canal. Além de empresários do setor sucroalcooleiro que pretendem implantar plantas industriais em suas margens, deslocando suas unidades da zona da mata para esta região do semiárido, o que agravará sobremaneira a crise na região que perderá estes postos de trabalho.

No plano internacional o exemplo vem do deserto de Israel que irriga o que produz. O deserto da Arábia Saudita possui fazendas para criação de gado leiteiro e agricultura irrigada. No plano regional, Petrolina possui um perímetro irrigado que é um oásis produtivo num cenário calamitoso de seca. Por que, por aqui, então, há uma resignação ante a situação do semiárido? Nada que investimentos vultosos de capital não resolva.





5. PERFIL DAS
AGRICULTURAS
FAMILIARES E DA
REFORMA AGRÁRIA
REALMENTE EXISTENTES:
LIMITES E PERSPECTIVAS

“(...) foram raros e curtos os momentos em que, mais ou menos, a “vontade popular” e a classe trabalhadora puderam influir na construção de dispositivos legais e no redimensionamento institucional do país (...)”.

*Economia Solidária – Elementos para uma
Crítica Marxista/
Maria Thereza Candido G. de Menezes – Rio de
Janeiro / Gramma – 2007*

*Tudo é até que deixa de ser.
Mesmo que demore.
Assim é a história
em suas infinitas possibilidades.*

*“O perigo da meia verdade é você dizer
exatamente a metade que é mentira”.*
Millôr Fernandes, A bíblia do Caos.

*“Que tempos são estes
em que temos que defender o óbvio?”*
Bertold Brecht

Os números da reforma agrária no país são impressionantes: cerca de 88 milhões de hectares de terras disponibilizadas; quase um milhão de famílias assentadas; cerca de nove mil assentamentos.

As agriculturas de bases familiares são estimadas em cerca de 4,3 milhões de unidades produtivas (84,4% do total de unidades no campo) e 14 milhões de pessoas ocupadas, o que representa em torno de 74% das ocupações no campo em um quarto da área total. Nesta definição estão inseridos os assentamentos da reforma agrária, agricultores familiares e populações tradicionais.

Então, para buscar contribuir numa ótima apreensão do que pretendemos afirmar e, acima de tudo, visando engendrar construto objetivo, mediante a instalação de Centros Dinâmicos da Socioeconomia das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento), destacamos duas afirmações de Karl Marx.

A primeira:

“(…) na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência(…)” [1859, Marx publica Contribuição à Crítica da Economia Política, e efetua no seu famoso prefácio o que acima está descrito – grifo nosso].

A segunda:

“a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, todas as relações sociais” (MC, p. 96).

Parafraseando Marx, então, diremos que as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes para que se instalem como alternativa real, equivalente em potência econômica e material, o será se se revolucionarem constantemente os meios de produção que detém, por conseguinte, as relações de produção e, com elas, remodelagem das relações sociais.

E mais, é preciso ter presente que temos ciência que a esfera social não é autônoma, pois, é condicionada pela economia, assim como outras esferas da vida em sociedade, sendo que toda “(...) atividade social humana é sempre *mediada*. (...). A mediação mais fundamental de todas é a atividade produtiva. (...) e não tem a ver com cem reais a mais na conta bancária ou com quantidade de coisas consumidas, mas sim com a realização de uma forma de organização social e política em que todos os indivíduos tenham a condição de decidir acerca dos rumos da atividade produtiva”⁵⁰. São, portanto, *as mediações materiais que determinam as relações*

50 A Esquerda como projeto político-social para além do capital uma visão a partir de István Mészáros, por Demétrio Cherobini, em 23 de setembro de 2010.

entre indivíduos e não o desejo político-abstrato, por mais justo e correto que seja.

Assim, mesmo defendendo “outro modelo agrícola”, a bem da verdade, os movimentos sociais, ONGs e diversas outras entidades que atuam relacionadas às questões rurais vinculadas às agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes vêm desconsiderando seriamente algo fundamental neste contexto, qual seja, a dinâmica do capital em crise estrutural que determina as demais dinâmicas na sociedade.

Não avaliar criteriosamente sob esta perspectiva é uma inconsequência do nosso tempo neste contexto e no estágio atual de acumulação das lutas sociais, da política e da institucionalidade.

Por isso, “(...) é verdade que uma nova forma de reprodução pode ter êxito mais além do mercado (...). Nos últimos anos essa fórmula foi cada vez mais usada no sentido de ser uma economia alternativa (...), por assim dizer “ao lado” da síntese social pelo capital, e a qual de alguma maneira haveria de se ampliar aos poucos. Isto dá continuidade ao particularismo “colorido” pós-moderno (...). Isto porque uma reprodução “alternativa” restrita a um espaço pequeno, não só está vinculada a imposições sociais inconfessadas, mas também fica na dependência das funções de mercado e ESTADO, uma vez que por conta própria só consegue satisfazer poucas necessidades vitais. E a reprodução real dos indivíduos fica inserida num encadeamento, que Marx, sob condições capitalistas, chamou de “trabalho social total”. Essa estrutura pode ser transformada por inteiro; não se pode começar com batatas ou software e achar que se criou um “modelo” em escala reduzida, que só precisaria ser aplicado à sociedade como um todo. O “platonismo de modelo” é produto da teoria econômica burguesa, não da crítica radical”⁵¹.

A defesa sincera de “outro modelo agrícola” para as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes soa como algo que gira em falso por uma simples razão: ela não incorpora em sua defesa a análise criteriosa do meio no qual existe o objeto criticado, ou seja, a reestruturação produtiva do capital no campo e sua consequente reprodução social decorrente e quais as formas

51 Entrevista concedida por Roberto Kurz, por e-mail, a IHU on-line, A Esquerda e a Dialética Sujeito-objeto do fetichismo moderno, www.unisinos.br/ihu.

mediante as quais se manifesta. Afinal, toda crítica “torna-se falsa quando se esquece de integrar na teoria aquilo contra o qual a teoria é construída”⁵².

Ademais, temos que enfatizar enquanto a esquerda não conseguir decifrar a economia política do capital do século XXI seguirá desorientada (Kurz).

Por outro lado, temos que considerar que um perfil de movimentação social existente no campo

“se aproximou da fundação de uma sociabilidade alternativa, de transição, e da formação de um novo sujeito - mais consciente do seu papel protagonista na história do país. Aproximou-se, mas não conferiu o resultado revolucionário deste direcionamento”⁵³.

Isto porque até recentemente

“(…) o modelo de reforma agrária determinado pelo governo e aceito pelo movimento (...) não favorece experiências sociais mais avançadas e coletivistas. Modelo extremamente precário que aparenta, muitas vezes, ter sido feito para fracassar. Baixíssimo investimento, lentidão, burocracia, desconexão de outras políticas públicas efetivas (...)”⁵⁴.

Por isso, defendemos que façamos uma verdadeira batalha pela instalação de novos modelos de reforma agrária e de apoio às agriculturas familiares, dentro de uma nova lógica mais avançada e pujante, como as que aqui estão advogadas.

Ademais, os assentamentos vivem em estado de dificuldade, além da dependência do circuito econômico que negam, na realidade sob domínio estabelecido pelo capital.

Dois exemplos neste sentido são o que a seguir apresentaremos para ilustrar esta análise. Assim,

Exemplo 1:

“(…) Moreira e Targino (2009), analisando o impacto da cana sobre os Projetos de Assentamento (PAs) da Zona da Mata, afirmam que, de fato, o aumento da produção de cana-de-açúcar tem sido um incremento importante para

52 O erro de Marx, pág. 24, revista Cult 166, ano 15 – Março 2012.

53 O MST, a reforma agrária e o neodesenvolvimentismo, por Maria Orlanda Pinassi e Frederico Daia Firmiano, em terça, 06 de agosto de 2013.

54 Reforma ou revolução agrária, por Djalma Nery, em 16 de janeiro de 2017.

a renda familiar, e que ainda que estes queiram continuar plantando a “lavoura branca”, esta não é suficiente para garantir a sobrevivência da família (...).

(...) Diferentes instancias de mediação e movimentos sociais continuam posicionando contrários ao plantio da cana-de-açúcar nas áreas de assentamento, entretanto a cana torna-se cada vez mais sedutora, na medida em que o arrendamento dos lotes para o plantio tem sido uma estratégia menos arriscada, comparada ao cultivo das “lavouras brancas”, cujas condições de plantio, escoamento e comercialização são desfavoráveis (...).

(...) A cana-de-açúcar gera renda, mas também gera pobreza. Este não é um trocadilho, mas o fato é que, segundo as famílias assentadas (...), o trabalho de assistência técnica é irregular e descontínuo, não há estratégias seguras de comercialização para as culturas brancas; por estes motivos, para os assentados, a cana continua sendo rentável economicamente (...)⁵⁵.

Exemplo 2:

Em Teodoro Sampaio “(...) Lima não é um grande plantador de cana – é um ex-sem-terra que está se beneficiando da expansão acelerada do etanol no país. Fornece para a Alcídia, usina que foi comprada recentemente pela ETH, braço agrícola do grupo Odebrecht.

(...). Atualmente, ele dedica 6 hectares ao plantio da cana-de-açúcar (...).

É a principal fonte de renda do sítio’ (...).

(...) Eles entraram para os movimentos sociais em busca da terra, mas foi na parceria com a iniciativa privada que ex-sem-terra conquistaram renda⁵⁶.

55 A Nova Cara da Pobreza Rural Desenvolvimento e a questão Regional, série desenvolvimento rural sustentável, volume 17, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Representação do IICA no Brasil, fevereiro de 2013.:

56 Convertidos ao capitalismo, por Fabiane Stefano, do Pontal do Paranapanema, Revista Exame, 5 de dezembro de 2007.

O trágico é que o inimigo antes declarado, agora oculto, mas nem tanto, os sindicatos, as associações de fornecedores de cana e setor sucroalcooleiro, adentram nos assentamentos para aliciar/recrutar as unidades de produção familiar à produção de cana-de-açúcar, oferecem insumos e apoios diversos e efetivos, inclusive assistência técnica qualificada para a atividade deste ramo produtivo.

Neste contexto recebem adesão dos assentados. Não há força nos movimentos sociais em se opor. Não há óbice algum do INCRA, antes omissão.

O cruel neste contexto é que a despeito de serem fornecedores de cana-de-açúcar, passando a “integrar” um poderoso arranjo produtivo, embora de forma subordinada, os assentados e assentadas da reforma agrária não conseguem aumentar seu prestígio social em equivalência ao tradicional fornecedor deste segmento. Pelo contrário, são apêndices produtivos destes e de parques industriais poderosos, com presença forte no PIB nacional. Por que isso acontece? Não é um enigma, mas precisa ser decifrado.

Ainda é mais corriqueiro os movimentos sociais intervirem uns contra os outros do que contra esta situação imposta pelas entidades dos fornecedores de cana-de-açúcar e usinas.

Agrava ainda mais esse contexto, o fato do agronegócio estar buscando uma integração subordinada ao perceber este quadro de dificuldade que se abate sobre as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes. Eles afirmam enfaticamente: “em geral, os assentados vivem em estado de miséria e degradação”⁵⁷.

Pelo acima exposto, então, ancorado em estudos, não há como esconder que a despeito da liberação de áreas pelas lutas sociais, ação esta dotada de alto poder transformador em razão de alterar a propriedade da terra e sua valorização social, estas ficam reféns da órbita e influência da dinâmica macroeconômica, por mais que imaginemos ou desejemos o contrário.

A singela atividade de subsistência não é páreo para fazer frente à força centrífuga e dinâmica do capital. Até mesmo atividades “modelos” implantadas pontuais e isoladamente em várias regiões do país, por mais exitosas que sejam, se enquadram nesta realidade. Até porque, também, não há a formação da organização

57 A reforma da reforma agrária, Gustavo Diniz Junqueira, presidente da Sociedade Rural Brasileira, janeiro de 2017.

dos produtores das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes por ramo produtivo, na forma de “corredores produtivos”, mediante a constituição de câmaras setoriais por segmento de produção e sua interligação setorial em escala micro, mesorregional, macrorregional e nacional.

A representatividade política adotada para os segmentos, não necessariamente a partir da anuência deles mesmos, opera um “desapossamento por delegação” (Pierre Bourdieu). Esta condição se faz mediante organizações sociopolíticas, as mais diversas, que alegam ter legitimidade, mas “por cima”, ou seja, é uma representação política, mas não econômica.

Por seu próprio lado, as agriculturas familiares e as áreas de reforma agrária realmente existentes (denominadas de assentamentos) devem se transformar em empresas rurais administradas com escopo em gestão científica do negócio. Os produtores (as) não devem temer assumir o perfil de operadores de negócios, afinal para atender a demanda de alimento saudável que a sociedade está a exigir, se requer capacidade de produção, distribuição e consumo articulados.

A adequada organização produtiva das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes se dá pela formação da organização representativa de Produtores e Produtoras Livrentemente Associados, num novo arranjo econômico, onde cada UPF deva ser um elo de uma extensa cadeia produtiva organizada, inclusive com suborganização de câmaras setoriais por ramo produtivo, em escala desde o local até o plano nacional e internacional. Fora disto é a impossibilidade, subsumidos que estão aos ditames da macroeconomia do capital, inexoravelmente.

Sabemos ser difícilima esta articulação/organização devido a dois fatores:

- 1 – *A fragmentação dos segmentos sociopolíticos dos “representantes” e;*
- 2 – *Da estratificação da terra na escala de milhões de unidades produtivas familiares realmente existentes.*

Por isso, é absolutamente falso o conceito que cria a dicotomia entre terra de negócio versus terra de trabalho, ou meio de vida.

Cuidando, pois, as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes de sua subsistência esta criada, então, a im-

possibilidade de dinamização e modernização econômica destes segmentos.

Ao não se incrementar a produção se compromete seriamente a reprodução e a perspectiva de uma nova consciência social. Por quê? A “(...) força-de-trabalho no capitalismo não pode ser o equivalente geral, porque não é a força-de-trabalho que compra todas as mercadorias, ela está presente nas demais mercadorias, mas quem compra as últimas é o produto do trabalho da força-de-trabalho, a mais valia”⁵⁸.

Deste modo, a emersão de uma nova consciência social encontra uma grande dificuldade em reconhecer validade universal em experiências particulares, localizadas. Os indivíduos e coletivos reais são “(...) submetidos sem cerimônia à sua classe (...) e capturados pela malha de determinações sociais (...)”⁵⁹. Sua existência está condicionada por uma dupla dependência de classe: da sua e das malhas da sociedade do capital prevalecente.

Por isso, as mutações de consciência social deverão partir da mediação da ação socioeconômica coletiva “(...) Pois nenhum indivíduo isolado, nem um agregado mais ou menos casual de indivíduos “soberanos”, poderia representar uma alternativa viável a uma ordem social estabelecida (...) a partir de experiências fragmentárias e estritamente psicológicas (...)”⁶⁰, embora de algum modo, válidas.

Além do mais, é limitada a tentativa de amálgama que é promovida por organizações e movimentos sociais de escopo estritamente sociopolítico, posto que elas operem “de fora” da realidade; buscando representá-las numa estética política que se apropria da força vital das comunidades, gerando um “desapossamento por delegação”⁶¹.

Os líderes de movimentos sociais se esforçam em alegar sua legítima condição de representantes de determinadas comunidades, mas elas em si oferecem um reconhecimento difuso a este apelo, senão circunstancial.

58 Elegia para uma Re(li)gião : SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág 64.

59 Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição, Boitempo Editorial, São Paulo, 2002, István Mészáros.

60 Ibidem.

61 Poder Simbólico, Pierre Bourdieu.

“Dessa forma, há um curioso postulado duplo, representando uma oposição abstrata à realidade da situação.

1 – Primeiro, a (...) consciência de classe (...) é convertida em um imperativo moral ao qual os trabalhadores devem se conformar no curso da realização de sua missão histórica.

2 – E, segundo o partido é postulado como a ‘encarnação ativa e organizada da consciência de classe’ (...) e por esse meio ‘adquirira a confiança’ para realizar seu mandato histórico estipulado”⁶².

Esta condição que põe a si mesma a organização social ou o partido, nas palavras de Mészáros, o “dever-ser”, geralmente se sobrepõe “(...) à realidade empírica da classe e sua consciência de classe ‘psicológica’ (...), do qual, por definição, o partido (organização) pode ser o juiz”⁶³. Esta situação prevalecente, como é, rebaixa ou retém as possibilidades de auto-organização da classe e a submete a entidades externas à sua realidade. Algo trágico, neste contexto.

Ademais, a estratificação acentuada da posse da terra leva aos agricultores familiares uma camisa-de-força, em razão de suas Unidades de Produção, tomadas individualmente, não possibilitarem a acumulação de riqueza, pois dependem de variáveis que condicionam a um individualismo extremo a partir da atividade produtiva mononuclear que é contrária, determinantemente, à cooperação.

Falar em cooperação ideológica quando a realidade material do fracionamento/fragmentação da terra cria uma sociopsicologia em sentido diametralmente oposto, é uma verdadeira esquizofrenia.

Neste sentido, destacamos partes selecionadas do texto⁶⁴ a seguir reportado que expressa em grande medida a dura realidade dos assentamentos da reforma agrária no país, onde impera a cultura da subsistência no trato produtivo, do mandonismo e do machismo nas relações interpessoais, em cujo interior se apresen-

62 Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição, Boitempo Editorial, São Paulo, 2002, István Mészáros.

63 Ibidem.

64 A Lógica material e simbólica na agricultura familiar: idiosincrasias de assentamentos cearenses, Francisco Uribam Xavier de Holanda, IPEA, in Planejamento e Políticas Públicas, edição 35, jul a dez 2010 (grifos nossos).

ta uma forma histórica do segmento da pequena produção e suas contradições.

Assim,

“As teorias que trataram da questão agrária, tanto na vertente socialista como na liberal, abordaram a economia camponesa associando-a ao atraso, como um resíduo a ser removido pelo progresso. O capitalismo desenvolveu-se, passou pela fase industrial, chegou à fase de globalização financeira, mas o camponês não se transformou totalmente em assalariado, nem toda a produção camponesa se mecanizou.

(...) os assentamentos rurais são compostos de indivíduos organizados em unidades familiares que incorporam uma dupla dimensão econômica: de produtores e consumidores.

A ação produtiva destina-se, principalmente, à subsistência e, parcialmente, ao mercado local ou troca (...).

A produção, desenvolvida de forma mais individual que coletiva, combina a prática da agricultura (...), da pecuária (...) e da pesca, e tem seu universo de troca e circulação restrito, na maioria das vezes, ao âmbito da comunidade, por meio dos laços comerciais com atravessadores, bodegueiros, compadres e pessoas que prestam favores à comunidade.

(...) Apesar das dificuldades e dos limites a serem enfrentados dentro do assentamento, ser assentado significa ter uma melhoria nas condições de vida.

(...) Na unidade familiar (...). A questão patriarcal, por sua vez, está ligada não só à forma de sociabilidade do assentamento, mas também à forte expressão no processo de construção das relações de mando, representação política e organização produtiva.

Na maioria das famílias assentadas, o pai tem o controle da produção, o que lhe assegura o governo sobre a família. Para entender o poder de mando que o pai exerce sobre a família a partir do controle do processo de produção, é preciso compreender a casa – (...) enquanto núcleo simbó-

lico da divisão entre o espaço doméstico e o espaço natural. A casa é o espaço de dentro, espaço conhecido. Assim, a terra é o espaço natural; o desconhecido, o espaço de fora.

(...) Depois dos beneficiados pelo Programa Bolsa Família, os assentados (...) pertencem ao contingente populacional mais contemplado pela ação social do governo. Os projetos financiados pelo governo federal – desde o governo de FHC, que criou o Programa Nacional de Reforma Agrária, o Programa Cédula da Terra (PCT), o Banco da Terra e o PRONAF, chegando até o governo Lula – vêm alterando as condições de vida dos assentados. Todavia, em alguns assentamentos, o melhor resultado alcançado é a criação de condições mínimas para permanência dos contemplados no campo.

(...)

Todas as suas reivindicações são dirigidas ao INCRA (...).

Por sua vez, o poder municipal julga que o assentamento é de pura responsabilidade da esfera federal.

(...) O camponês (...) foi acostumado a pensar sua sobrevivência de forma individual ou familiar.

A ação política coletiva que acontece durante a luta pela posse da terra não se repete na dimensão econômica.

O trabalhador não confia na produção coletiva quando o que se põe em jogo é sua sobrevivência alimentar, pois é de sua responsabilidade individual a manutenção da feira semanal e da reprodução das condições de vida durante todo o ciclo agrícola. Apostar no coletivo ou em outra forma de produção, que não a individual, é não se autodeterminar (e isto não pode ser confundido com individualismo), é entrar numa relação de sujeição

(seja ao patrão, seja à comunidade). Assim, ele só se aventura nestas formas de produção quando tem seu espaço de terra garantido para a manutenção de sua família. Os assentados que escolheram o coletivo puro como forma de produção geraram muitos problemas; onde coexiste a

forma mista, do individual com o coletivo, esta não funciona muito bem.

(...)

Acredita-se que os assentamentos, como unidades produtivas, são potencialmente capazes de evoluírem para unidades empresariais, ou seja, são capazes de se integrarem ao mercado na condição de produtores e gestores de atividades mercantis. (...).

Para o raciocínio lógico-formal, com o qual nos acostumamos a pensar no cotidiano, tudo está coerente: os assentados conquistaram a terra, aos poucos vão conquistando créditos e equipamentos agrícolas, e faltam agora novos conhecimentos e tecnologias, ou seja, assistência técnica e capacitação.

O raciocínio conclusivo é que, ao final, teremos como resultado o desenvolvimento e a prosperidade. Mas, na realidade, as coisas são assim? Será que a visão tecnicista empregada nas formulações dos projetos e programas de assistência técnica e capacitação é suficiente para promover o desenvolvimento e a prosperidade?

(...)

No contato com alguns assentamentos que receberam investimentos para aplicação em equipamentos e infraestrutura produtiva, observou-se o uso inadequado de tratores, máquinas e caminhões; abandono de equipamentos e peças em local não apropriado; desperdício de produção excedente; pagamento de mercadoria antes de esta ser recebida e conferida; e compra de mercadoria sem nota fiscal.

(...)

Ao ignorar as aspirações e a lógica material e simbólica de exploração da terra pelos assentados, os projetos de desenvolvimento não são assimilados e as mudanças de comportamento não acontecem. A ideia de transformar os assentamentos numa unidade empresarial não é uma aspiração dos assentados (...).

A cultura vigente tem um comportamento sem ambição de mercado: a produção de sobrevivência em áreas de sequeiro e a produção de culturas sem valor de mercado, mas com grande valor de uso. Pois, se a ideia de transformar os assentamentos numa unidade empresarial se choca com a cultura sedimentada na consciência dos assentados, como, em nível prático, se efetivariam a convivência com esta ideia e sua aceitação pelos assentados?

(...) Essa “aceitação”, que se dá no nível do discurso, e que corresponde a um comportamento de submissão ou de oportunismo, logo esgota suas escassas potencialidades para dinamizar as possibilidades de desenvolvimento e de operar as transformações mais profundas. Muitos dos casos de “aceitação” se transformam em sucessos efêmeros e viram vitrines temporárias para os visitantes incautos ou crédulos. E quando o fracasso mostra sua face, as explicações também costumam ser parciais e superficiais. Sem estarem ancoradas em análises suficientemente criteriosas, elas apontam para justificativas arbitrárias: fatores estruturais fora da capacidade imediata de influência dos trabalhadores e técnicos; ou o imprevisível comportamento de algum indivíduo (Araújo, 1995, p. 11).

A unidade econômica de produção familiar assentada (...), como prática social, orienta-se pela exigência de satisfazer necessidades de consumo. (...).

Por isso, na cabeça do pequeno produtor, ao escolher os tipos de cultivo que vai realizar, está claro que a produção tem que ser suficiente para o abastecimento alimentar.

(...) Na exploração agrícola do assentamento. (...) O salário, como categoria econômica utilizada na economia capitalista, está ausente no sistema econômico de base familiar.

(...) Em outras palavras, pode-se dizer que a estrutura interna da economia nos assentamentos orienta-se pela seguinte lógica: aumento da quantidade de produtos para consumo com um menor esforço.

Por que será que depois de tanto investimento financeiro, técnico e em capacitação, em alguns assentamentos (...) os resultados são insatisfatórios ou até mesmo negativos?

A resposta está na desconsideração da lógica material e simbólica que orienta a exploração da terra por parte dos assentados, (...).

Daí que, comumente, a atenção dos assessores, das instituições e dos programas está voltada para assegurar que suas proposições técnicas sejam aceitas, aprendidas e aplicadas. (...) (Araújo, 1995, p. 9).

O resultado dessa postura técnica é que os assentados (...) continuam condenados a uma condição de vida baseada na agricultura de sobrevivência.

Para entender, no cotidiano, as relações de poder e dominação nos assentamentos (...), é preciso distinguir a diferença entre a esfera da comunidade (espaço de organização natural) e a esfera da sociedade civil (espaço de organização institucional). Dentro dos assentamentos (...), a esfera da sociedade civil ainda é muito débil ou gelatinosa; como diz Gramsci, confunde-se com a esfera comunitária.

(...) A função maior da esfera comunitária é determinar a forma de sociabilidade possível a partir da ação cotidiana dos seus membros.

A esfera da sociedade civil é um espaço em que se estabelecem as relações na linha do ter. Sua função é a vivência cívica voltada para a conquista de direitos, a superação de carências materiais e a realização de interesses individuais e coletivos.

(...).

A esfera da sociedade civil, mesmo gelatinosa, é, ainda, um espaço criado para responder à necessidade de reconhecimento, reflexão e ação.

(...)

Uma grande parte dos problemas que enfrentam os assentamentos é causada ou aprofundada pela debilidade de seus espaços institucionais, principalmente de suas associações. (...).

O que ocorre é que, muitas vezes, o ato de levantar o braço numa reunião pode servir aos que “arrumam o circo”, como argumento de que a matéria ou o projeto aprovado é legítimo porque foi votado pelos trabalhadores (comunidade). Contudo, quando algo sai errado, quando um projeto não é adequado à realidade, a culpa é do individualismo, da falta de compromisso e da falta de capacidade de gestão dos assentados (...).

(...) Portanto, qualquer tentativa de alterar o processo produtivo dos assentados não pode ser feito de forma abrupta. (...).

A partir do momento em que houver (...) a possibilidade para acontecerem várias simbioses entre saberes diferentes (da tradição, da técnica e da inovação), no rumo de uma melhor qualificação dos padrões produtivos e administrativos que possam conviver com as mutações de uma economia em processo constante de globalização.

O êxito do desejo de transformar os assentamentos em unidades empresariais passa pela compreensão do imaginário social sedimentado pelo mundo vivido na agricultura de base familiar (...).

Ao mesmo tempo que é preciso ligar os assentados ao processo de assistência técnica e capacitação, faz-se necessário saber como introduzir na sua base cultural a necessidade do lucro como objetivo a ser alcançado, valorizar o desempenho pessoal e criar uma base mínima de competição produtiva para tornar o mercado um objetivo a ser alcançado.

Os trabalhadores rurais assentados têm um imaginário social voltado para suas necessidades imediatas, seus sonhos são fáceis de serem realizados, pois eles sonham com poucas coisas. (...).

Os assentamentos (...) não podem ser abstraídos da economia nacional e internacional. Portanto, não estão imunes aos apelos do trabalho assalariado, ao mercado de consumo e aos valores urbanos. Assim, (...) promova a integração da agricultura familiar ao restante da economia.

(...) A partir do momento em que a pequena agricultura familiar diminuir a autoexploração, o pequeno produtor poderá ter a opção e o tempo para a pluriatividade. (...)"

Por outro lado, a presença do ESTADO como indutor do desenvolvimento, cria condições similares às dos Polos de Desenvolvimento Econômico, que enseja para as cadeias globais de valor nas diversas macrorregiões do país. Esta é nossa linha de luta e ação para o desenvolvimento destes segmentos.

Em regra, as políticas públicas são apresentadas como vultosas, se tomadas na sua totalidade. Mas, sob a referência distributiva nas milhões de unidades de produção familiar, estas políticas institucionais se convertem numa ordem minimalista. Nesta lógica, os elos desta corrente (cada UPF) permanecem frágeis e não sustentam perspectiva de serem cadeias e arranjos produtivos articuláveis, operantes e ativos numa extensa cadeia de valor.

As vanguardas das agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes propalam um imaginário na sociedade, mas a condição de existência real destes segmentos é débil por conta da estratificação da terra.

A política de reforma agrária meramente calcada na distribuição de lotes impõe a manutenção e a retenção de famílias no campo, não reduzindo os indicadores de pobreza.

Além do mais, por permanecerem fora de uma dinâmica econômica mais abrangente, fica óbvio que esta situação das famílias das áreas de agriculturas familiares e reforma agrária realmente existentes conota muito mais uma opção e não uma imposição de realidades.

O "up" da reforma agrária e agriculturas familiares realmente existentes pressupõe mudar os conceitos e a linha política no sentido de criar uma nova dinâmica integradora destes segmentos ao ambiente macroeconômico do país, com a formação destas famílias num escopo profissional de gestão e incremento tecnológico. Ou seja, é preciso superar o rebaixamento a que vem sendo submetidos estes segmentos da economia primária, alcançando-os a um novo ciclo de modernização agropecuária, mediante sua reestruturação geral e reconversão produtiva.

Neste sentido, é determinante tratar como podem se converter as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes em forças produtivas.

No conceito, então, as seguintes questões se impõem:

Entende-se como noção de força o vigor e a potência para mover ou determinar que se faça ou a resistência a algo pela aplicação de poder físico ou moral, a ação e a influência que pode modificar o estado de repouso ou de movimento.

No aspecto produtivo, se refere e qualifica a virtude/capacidade de produzir o que é útil e proveitoso à sociedade.

Os elementos que se transformam através do trabalho designam-se de forças produtivas e estão associadas à produção da vida material, incluem a natureza, mas também os procedimentos laborais; as relações humanas são condicionadas através da divisão de classes e o domínio de uma sobre as outras decorre do estágio do desenvolvimento das forças produtivas que auferem em determinado contexto histórico. Isto quer dizer que as forças produtivas evoluem em função do sistema das relações de produção e da superestrutura (as ideologias que dependem das condições económicas, políticas e materiais da sociedade).

Daí que se faz absolutamente necessário “(...) maior ênfase na disputa em torno da reorientação do fundo público. (...) Sem resolver o problema da desigualdade crescente de renda e riqueza, a nova polarização entre ricos e pobres tende a ser acomodada por medidas funcionais, simultaneamente à pobreza e à riqueza (...)”⁶⁵. Por isso, “(...) a defesa da sustentação das atividades produtivas com redistribuição da renda e riqueza acompanhada da democratização das estruturas de poder, produção e consumo (...) - já presentes em algumas escalas localizadas, especialmente quando se trata de observar evidências factíveis e viáveis de políticas públicas compromissadas com a emancipação social, política e económica”⁶⁶, algo que se tentou no último período e que ainda ressoa nos dias atuais, embora em situação conjunturalmente adversa.

Por isso mesmo, entendemos comparativamente a outros setores da economia, cujas somas vultosas de capital investido salta aos olhos, o que são destinadas às agriculturas familiares e a re-

65 Artigo, Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade, 11.01.2009, Marcio Pochmann.

66 Ibidem.

forma agrária realmente existentes é algo relativamente pequeno, tomado como referência obrigatória a extensão do público deste segmento social (cerca de 4 milhões de famílias e seus entes) numa dimensão que, ao final, se torna exígua e insustentável economicamente pelo fator per capta/família/terra.

Não fora tudo isto, há distorções na proporção de recursos efetivamente destinados às diversas regiões, sobretudo quando se leva em conta o fato de cerca de 70% do volume disponibilizado ser captado pela região sudeste/sul do país.

Muito embora se reconheça enfaticamente duas questões que, no entanto, não podem servir de óbice a outros patamares acima, quais sejam:

1 – Houve uma progressão de investimentos inauditos nas agriculturas familiares e na reforma agrária realmente existentes no país, sem precedentes históricos, entre os anos de 2003 e 2016;

2 – Os investimentos de capital no segmento das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes devem ser equivalentes ao estágio de evolução do conhecimento instalado no meio e sua capacidade em aplicar eficientemente os recursos financeiros obtidos. É pedagógica esta situação.

Por isso, é fundamental um programa de alto padrão em (re) qualificação profissional dotando as famílias de conhecimentos específicos, onde se eleve o padrão da atividade produtiva, comercial, industrial e de gestão de negócios.

Neste sentido, é preciso proporcionar volume as ações de apoio às agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes na perspectiva de influenciar a relação destes segmentos com a sociedade, embora se esta intervenção não corresponder “(...) à desenvolvimentos semelhantes das forças produtivas sob o comando da burguesia (...), essa intervenção assumirá o caráter de ‘enclave’ (...)”⁶⁷, limitados, portanto, a si mesmas.

E mais, considerada a necessária mudança estrutural na perspectiva de uma nova sociabilidade “(...) ela deve se tornar viável e convincente em termos da dinâmica histórica exatamente do mesmo sistema do capital global ‘realmente existente’ a que o modo

67 Elogia para uma Re(li)gião : SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág 94.

socialista de controle tenciona proporcionar a necessária alternativa, por meio da autogestão dos produtores associados⁶⁸.

A proposta de Polo de Desenvolvimento, na perspectiva aqui apresentada, não visa criar “nichos produtivos”, como ocorre com a autarquização do capital, mas ao contrário são âncoras produtivas a serem alavancas disseminadoras nos territórios de ações produtivas em escala progressiva e sistemática, indo dos sistemas até os arranjos produtivos em cadeia de valor global das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes.

Estes Polos de Desenvolvimento visam impactar o mercado regional, contrastando com o mercado global, devido a terem o poder em construir outra arquitetura produtiva de acumulação para estes segmentos a partir de um novo padrão, a saber:

I – Fornecimento de alimentos orgânicos saudáveis, in natura, numa escala de atendimento à demanda cotidiana de consumo pela sociedade de produtos com estas características;

II – Fornecimento de alimentos orgânicos semiprocessados e/ou processados em atendimento a nichos de mercados (condomínios, eventos regulares, chamadas públicas, hotéis, bares, restaurantes, categorias profissionais diversas, entre outros);

III – Participação direta e competitiva (pela qualidade e certificado de origem) em conteúdos locais;

IV – Supressão da produção agroquímica no trato cultural de lavouras;

V – Eliminação de conservantes nos alimentos;

VI – Presença planejada no mercado local e regional;

VII – Promoção de rodadas de negociações com governos e iniciativas privadas visando abastecimento de produtos alimentares a refeitórios de empresas;

VIII – Produção de plantas medicinais fitoterápicas em escala ao atendimento de uma farmacêutica profilática;

68 Para Além do Capital – Rumo a uma teoria da transição, István Mészáros, editora da UNICAMP, BOITEMPO editorial, 2002.

IX – Articulação por ramos produtivos no mercado global.

Em face disto, temos a considerar: os segmentos da pequena produção agrícola no país sequer atingiram a fase de acumulação primitiva. Estão num estágio muito rudimentar do desenvolvimento de suas forças produtivas, o que compromete historicamente a possibilidade de se tornar equivalente geral da produção rural do país. Na realidade, a permanecer esta situação, os segmentos impõem a si mesmos uma força de retração que os impede de atingir patamares na atividade produtiva acima da subsistência. Nada mais ruinoso.

Assim, é de se considerar

“O atraso econômico é um dos muitos obstáculos que devem ser superado no percurso para a ‘nova forma histórica’, mas de modo algum o maior deles (Mészáros)”.

Sem alcançar uma escala de produção adequada fica, pois, os assentados e agricultores familiares impedidos de contribuírem no incremento econômico de si mesmos e do país, por consequência. Além do que, neste sentido, é impossível predicar uma reciprocidade íntima abrangente entre política e economia antes de um estágio razoavelmente avançado do desenvolvimento econômico/social.

Historicamente,

“As revoluções camponesas do passado, por exemplo, foram definidas como ‘prematuras’ não devido a algum engajamento voluntarista em confrontações violentas, mas, ao contrário, em vista da assombrosa insuficiência crônica de seu sujeito em relação ao seu próprio objetivo: algum tipo de ‘conspiração histórica das circunstâncias’ que impôs às massas camponesas o destino de lutar pela causa de outros – e mesmo de vencê-las em algumas ocasiões – enquanto sofriam pesadas derrotas para si mesmas (...), pois sob as relações de força historicamente constituídas e ainda dominantes o sujeito revolucionário ‘subdesenvolvido’ é definido pela sua dependência maciça das estruturas herdadas”⁶⁹.

Não se trata de “mudar paradigmas”, até porque a ordem material não pode ser enquadrada em conceitos que se mudam ao bel

69 A Montanha que Devemos Conquistar, reflexões acerca do ESTADO, István Mészáros, Boitempo Editorial, 2015.

prazer. Antes, é preciso superar estas limitações e o que define é o tipo de sistema de produção adotado e os arranjos produtivos a serem instalados. Mas há barreiras psicológicas, ideológicas e políticas a se vencer no próprio meio em que convivem as organizações de vanguarda que trabalham associadas aos segmentos aqui pontuados.

Esta situação, no entanto, requer considerar em regra geral

“(…) A defesa do espaço nacional, com exploração plena de todo o potencial econômico impõe fortalecimento da iniciativa privada, com novas regras que permitam ampliar a competição, mesmo com ação estatal em setores potencializadores da sociedade (…)”⁷⁰,

como é a advocacia aqui propugnada em favor das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes.

Numa outra perspectiva para o trato com as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes é preciso no âmbito estatal

“(…) considerar positivamente a estratégia (...) de estimular o desenvolvimento (...) para adotar instrumentos de democratização do capital, multiplicação das formas sociais de propriedade e de produção (...), e para a introdução de mecanismos ainda mais efetivos de redistribuição constante da renda e de elevação do poder de compra e da educação das camadas mais pobres da população (...) como formas fundamentais de experimentação e aprendizado dos trabalhadores e das demais camadas populares (...) e, paralelamente, impedir a criminalização dos movimentos sindicais e sociais, tomar o atendimento das reivindicações das camadas populares como sua principal preocupação, e criar mecanismos de desenvolvimento das formas públicas de propriedade e de produção, que apontem para uma futura transformação econômica e social (...)”⁷¹.

“Consequentemente, o ESTADO é, em um sentido, *mediação por excelência*, já que articula, ao redor de um foco político comum, a totalidade das relações internas, dos in-

70 Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade, Marcio Pochmann, 11.01.2009.

71 Respostas Concretas, artigo de Wladimir Pomar em 26 de julho de 2011.

tercâmbios econômicos aos laços estritamente culturais, (...) isso significa simultaneamente ‘negar’ o ESTADO e atuar no seu interior”⁷².

Eis o desafio do tempo presente: disputar o ESTADO a fim de que este sirva ao interesse de empoderar, mediante sua potência, a classe trabalhadora em sua tentativa de emancipação e busca por outra sociabilidade.

Deriva desta situação reconhecer que não haverá mudanças sem a conquista do poder central.

Michael Burawoy, faz a sua análise sobre os problemas da transição ao socialismo partindo da seguinte pergunta: de que adianta o controle fabril (dentro da empresa), quando os trabalhadores não têm meios de influenciar o “poder central”? (BURAWOY, 1990, p. 201). Para ilustrar sua ideia, ele cita o exemplo da Argélia durante os anos 1961 e 64, país onde a autogestão afetou somente aqueles setores marginais da economia que eram administrados pelos colonos. O controle operário não tocou nas indústrias nacionalizadas, nos campos de petróleo, muito menos nas empresas estatais (NOVAES, 2005b).

O destino da autogestão foi lacrado (sealed) devido à falha dos trabalhadores e camponeses em ampliar seu controle para além dos pequenos negócios e fazendas herdadas dos colonos. Em alguns setores, os comitês de gestão controlaram prosperamente as relações na produção, mas isso perdeu significado devido à falta de habilidade para controlar as relações de produção entre as empresas e entre as empresas e os consumidores bem como a distribuição da mais valia entre as empresas e o Estado (BURAWOY, 1990). Ele conclui observando que a autogestão perde seu significado se as decisões essenciais são feitas fora da fábrica (BURAWOY, 1990, p. 201). É por isso que ele defende o planejamento socialista da produção. Para ele, a construção da autogestão necessita de uma “coordenação a partir de baixo das empresas” ou, em outras palavras, a “apropriação do controle da produção” de todas as fábricas pelos trabalhadores (NOVAES, 2005b). Interpretando Burawoy, se os trabalhadores administrarem as fábricas através de decisão democrática, tal como enfatiza a ESS, apesar de haver a possibilidade

72 A Montanha que Devemos Conquistar - reflexões acerca do ESTADO, István Mészáros, Boitempo Editorial, 2015.

de autoadministração dos assuntos cotidianos, o Estado ou algum órgão administrativo alheio aos trabalhadores ainda continuarão estipulando as condições nas quais as fábricas se tornam autorreguladas: o que será produzido, com quais materiais, de qual fonte. No entanto, se o Estado, os órgãos administrativos ou a “agência de planejamento central” estiverem sujeitos à influência “de baixo”, através dos mecanismos de participação dos conselhos fabris (BURAWOY, 1990a, p.13), é bem provável que os trabalhadores conseguirão atingir graus crescentes de controle social, combinando de certo modo democracia com centralização, evitando a burocracia por um lado, e anarquia da produção, por outro.⁷³

Por isso, a grande *luta e trabalho* estarão em fazer com que a ação governamental e suas políticas públicas, por seu turno, tenham que considerar e se ajustar à nova realidade pretendida para as *agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes*. Mas, é preciso se atentar para a milionária cifra de Unidades de Produção Familiares disseminadas e desagregadas em todo o território nacional que existem como um conjunto de retalhos que não se transformam numa colcha, salvo pela representação exclusivamente política, embora não, fundamentalmente, de caráter econômico, *aspecto este para o qual chamamos decisivamente a atenção*.

Igualmente, sabemos que no plano governamental instalou-se uma enorme barreira impeditiva em se efetivar outro arranjo econômico para as *agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes*.

Primeiro, pela sua estreita relação com o segmento do agronegócio, que lhe dá sustentação em sua sanha conservadora.

Segundo, o total desprezo pelo segmento das *agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes*. Mas, é preciso oferecer guinadas a fim de se estabelecer outras linhas de luta para além do seu perfil conjuntural. É o que propomos aqui.

A ordem dos fatores, no entanto, alterou o produto, qual seja, a política pública atual renega as *agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes*. É preciso, então, repensar a forma como estão instalados e suscitar a promoção de outros sistemas de produção e arranjos produtivos no interior dos segmentos.

73 (artigo PARA ALÉM DA APROPRIAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO? Henrique T. NOVAES hetanov@ige.unicamp.br Unicamp-Brasil).

Para operar como força própria, no entanto, as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes teriam de se constituir como Polos Produtivos Dinâmicos garantindo, deste modo, a reprodução social em cadeias de valores extensivas a toda sociedade. Para tanto a aliança com o movimento sindical é algo inescapável para se obter êxito neste intento (ver capítulo 9).

O espontaneísmo ideológico na defesa dos interesses das agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes não garante sua efetiva inscrição nos marcos da sociedade, até porque, regra geral, é acompanhado de um extremado voluntarismo político. Ao poder do capital será possível rivalizar, se formos equivalentes em seu poder socioeconômico e, assim, influenciar a sociedade em buscar o consumo de produtos oriundos destes segmentos em escala de milhões.

Neste sentido, repetimos enfaticamente, pela enésima vez que temos a considerar

“(...) As desconcertantes transformações e reversões que testemunhamos em nosso século só podem se tornar inteligíveis se reavaliadas dentro deste quadro mais geral do sistema do capital global. (...) O mesmo se pode dizer com relação à possibilidade de implementar uma mudança estrutural fundamental numa direção verdadeiramente socialista: ela deve se tornar viável e convincente em termos da dinâmica histórica exatamente do mesmo sistema do capital global ‘realmente existente’ a que o modo socialista de controle tenciona proporcionar a necessária alternativa, por meio da autogestão dos produtores associados”⁷⁴.

O Poder real advém daí. A política é um reflexo desta ordem material estruturalmente arraigada na sociedade. Muito embora, hoje, tenhamos que considerar que a política goze de relativa autonomia. Não poucas vezes, a “criatura contraria seu criador”. Muito embora a política ao promover o “desapossamento por delegação” (Bordieu) concorre para se tornar funcional ao interesse do capital também pela sua ação. Mais uma vez insistimos: a delegação vai do social ao político e não o contrário, e no padrão atual de disputa de poder se faz necessário fundir este trinômio: social-econômico-político.

74 Para Além do Capital, István Mészáros, editora UNICAMP e Boitempo, pág 42, 2002.

Como, então, será possível se erguer poder real à força política que se assenta numa difusa, imprecisa e instável adesão da sociedade, sem uma ordem material própria?

E mais

“A atividade agropecuária define-se por condições de produção específicas que exigem instrumentos de apoio, creditícios ou não, adequados às suas necessidades (...) nos estabelecimentos de produção familiar, como os dos assentados de reforma agrária, as decisões de produção não se pautam pela expectativa de maximização do lucro. Ou seja, dispondo de áreas menores e sendo, portanto, mais vulneráveis aos riscos inerentes à atividade agropecuária, os assentados orientam suas atividades produtivas pela necessidade de prover meios de subsistência para suas famílias (...).

Agrava essas dificuldades o fato de a maioria dos beneficiários de reforma agrária ingressar no assentamento em situação de completa vulnerabilidade econômica e desproteção social. (...) as famílias dos assentados têm ainda pela frente, antes mesmo de poderem implantar uma agricultura rentável e assumir o papel “empreendedor” que a política de créditos exige delas, todo o processo de resgate de sua cidadania. Mas, embora diante desse conjunto de circunstâncias e dos riscos da atividade agrícola não seja razoável esperar que **uma política de crédito** — alicerçada no pressuposto da inevitabilidade e regularidade dos ciclos produtivos e da crescente capacidade de pagamento das famílias — **possa por si só elevar o patamar das condições de vida dos assentados**, o programa de reforma agrária não dispõe praticamente de nenhum outro instrumento, afora crédito, para buscar o alcance desse efeito.

Se está claro que a reforma agrária não se limita à distribuição de terras, é preciso sublinhar que ela tampouco pode ter seu êxito atrelado a uma política de créditos. (...) **Desse ponto de vista, ela deve abranger outras políticas que, por definição, se situam fora da órbita estrita dos créditos (...).**

(...) a baixa capacidade de investimento e a precária infraestrutura dos assentamentos, conjugadas à necessida-

de de acumular algum tempo de experiência no lote para conhecer fatores de produção (qualidade do solo, clima, acesso à água etc.) e a realidade socioeconômica que encontram (alternativas de comercialização, tradição agrícola local etc.) — traçam à política pública (...) um sentido de urgência social que não pode ser menosprezado (...)”⁷⁵.

Há outro fator que contribui para a depressão das atividades agrícolas das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes, qual seja, estes segmentos detêm um perfil “comportamental” atuando na base municipal como verdadeiros enclaves. Há uma resistência à interface com a sociedade local em sentido mais amplo. A recíproca do poder público municipal é verdadeira posto que não adote os assentamentos como municípios e transfere toda responsabilidade ao INCRA a não ser quando estas áreas lhes trazem retorno político-eleitoral.

Embora participe em cerca de 10% do PIB nacional (segundo o censo 2006), o grande fator limitador das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes é sua fragmentação em milhares de parcelas ínfimas, denominadas de unidades de produção familiar, cuja precária condição estrutural é fator impeditivo à instalação de uma cultura cooperativa, pela ausência de formas de organização produtivas mediante câmaras setoriais por ramo de produção. São espelhos partidos cuja agregação pode até acontecer, mas a realidade é refletida de forma distorcida.

Além do mais, é tão depreciativa a produção das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes que, regra geral, as famílias saem das comunidades para trabalharem, não para aumentar a renda, mas efetivá-la mediante outra atividade fora de sua comunidade.

Agrava este contexto o fato das *agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes* viverem sob condições de carência e pelo passivo histórico de miséria imposta aos segmentos. Todo crédito aplicado, independente de sua natureza técnica, converte-se em custeio, deprimindo a capacidade de elevação econômica.

75 Nota técnica nº 11: A Importância do Crédito para o Desenvolvimento Social e Produtivo dos Assentamentos - Coordenação de Desenvolvimento Rural - DISOC/IPEA - Brasília, novembro de 2012 - destaques em negritos pela Via Trabalho.

Afinal, não estamos autorizados a nos alienar da equivalência na relação entre o volume de recurso público investido e os efeitos de progresso efetivo na atividade produtiva dentro das comunidades onde estão inseridas as *agriculturas familiares e os assentamentos de reforma agrária realmente existentes*. Esta equivalência até pode não ser medida “pelo lucro”, conforme defende a linha hegemônica adotada e que seja uma ação de recorte eminentemente social.

Cabe destacar, relacionado ao contexto acima, o que afirmou Renato Janine Ribeiro:

“A sociedade, reduzida ao papel de agente econômico, de consumo, enfim, reduzida à instância econômica, é vista como “ativa” porque, supostamente, tem o poder de tomar decisões, ao mesmo tempo em que, numa relação de oposição, o social é visto como sinônimo de “carência”, de falta ou falha. Dessa concepção, um tanto esquizofrênica, resulta que “a sociedade é ativa enquanto economia, e passiva enquanto vida social. É disso que o autor quer tratar: de “uma subordinação da vida social à econômica”, de como a “sociedade” se tomou sinônimo de “economia” (que é “moderna” e “séria”), perdendo uma dimensão caracterizada pelo “social” (visto como “perdulário” e “arcaico”). Esse se torna mera demanda econômica, melhor dizendo: essa transformação redutora é que explica o desdém com que o Brasil olha para profundos problemas de ordem social e política”.

(resenha do livro *A Sociedade Contra o Social*, por Joceny Pinheiro – UFCE).

O fator social do investimento está acima de tudo e é algo que justifica qualquer medida, mas se não vier a promover a emancipação produtiva dos segmentos, o que se aplicou pode ser revertido em síndrome do mito de Sísifo, ou seja, se concede crédito, mas a taxa de retorno efetiva não é assegurada pela produtividade e numa escala regressiva, o beneficiário recorre sistematicamente a novos apoios sem, contudo, avançar em sua autonomia produtiva e econômico-financeira. Além do mais, a capacidade de pagamento resta seriamente comprometida. No geral, se paga retirando recursos que seriam investidos na unidade de produção familiar.

Esta realidade ocorre porquanto o valor do investimento per capita/família/UPF, adotado como linha de crédito principal, é insuficiente para se garantir taxas de retorno produtivo em perspectiva de longo prazo. Tanto é que se concede uma única vez por família. O custeio é de baixo valor. Um novo marco legal deve levar em conta que o Plano Safra, sendo anual, deveria renovar as concessões de crédito na mesma periodicidade, para as mesmas famílias, gerando um fenômeno produtivo cumulativo, em escala crescente e progressiva, impactando a elevação do valor bruto da produção.

Qualquer economista é ciente que o volume de crédito concedido versus a escassa quantidade de terra por unidade de produção familiar, mais a falta de infraestrutura compatível a uma atividade agrícola de qualidade, inclusive precária tecnologia, é fator impeditivo à autonomia econômico-financeira decorrente da atividade produtiva do segmento.

O que chamamos a atenção é que todo o arsenal disponibilizado pode se tornar obsoleto e, portanto, inutilizado pela impossibilidade de gerar autonomia produtiva, como de fato ocorre.

Alguns fatores que podem reverter esta situação estão propostos neste ensaio.

Assim, como, então, inseridas neste conjunto de adversidades estruturais *as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes* se constituirão como um 2º modelo de agricultura, como defendem os arautos do modelo atual, sem mistificação?

A fim de buscar responder adequadamente a esta indagação acima e dar ótimo sentido à apreensão deste ensaio, reforçando argumentos, reproduzimos partes (excertos) de um documento de 1992⁷⁶, que enseja argumentos que incorporamos aos nossos, usada a linguagem adotada à época.

Assim,

“(...) o primeiro pressuposto (...) é que a pequena unidade de produção rural é uma organização econômica produtora de mercadorias. (...) Rejeita-se de imediato que este tipo de produção agrícola deva ser alvo de políticas assistencialistas e compensatórias.

76 O Caráter Empresarial da Pequena Produção Agrícola – Bahia, Análise & Dados. Salvador. CEL. V.II. n. 1.p. 106 – 111, jun, 1992.

Por se tratarem de agentes produtivos, as políticas a eles dirigidas devem ser aquelas potencializadoras do seu desenvolvimento empresarial, que estimulem o aumento da sua produção e de sua aspiração à obtenção de maiores ganhos (...) quando se pretende que tais produtores tenham alguma coisa em comum com os demais agentes econômicos numa sociedade capitalista (...) como membros atuantes participam do generalizado conflito por maiores ganhos.

O segundo pressuposto é (...) a superação da visão do pequeno produtor de mercadorias como uma espécie de indigente, sempre dependente do ESTADO, não se pretende negar ou esquecer as determinações globais do processo de acumulação de capital. (...) Ao contrário, (...) as tendências do modo de produção dominante, busca-se identificar, nas contradições que o caracterizam, as melhores alternativas e maiores limitações para a pequena produção (...).

(...) O terceiro é o reconhecimento da existência de outras determinações extra econômicas que atuam sobre o ideário do pequeno produtor rural. Porém, tal reconhecimento não impede que o mesmo seja tratado como agente econômico, cujas peculiaridades do seu modo de vida indicam a necessidade de receber um tratamento específico dentro do sistema onde se encontra inserido de forma desfavorável (...) que, contraditoriamente, assimila e condiciona seus atos.

Neste sentido (...) são produtores agindo dentro e produzindo para uma economia capitalista. Esta os condiciona e determina suas possibilidades e limites subordinando, também aí, o trabalho ao capital.

(...). Merece ser considerado que, embora necessários, não bastam alguns requisitos técnicos para reverter as desvantagens da pequena produção mercantil. Várias das condições desfavoráveis de sua inserção na economia de mercado não são determinadas no interior do próprio empreendimento. (...) Mas sim no amplo espaço global do processo de acumulação. Portanto, não basta ter uma racionalidade econômico-empresarial interna a cada uni-

dade de produção, pois, diante da insuficiência de meios, a vontade e a capacidade técnica são incapazes de promover modificações substanciais.

A viabilidade passa (...) através de ganhos econômicos de escala (...).”

Por isso,

“(...) Além de decidir, autonomamente, sobre o que produzir, é proprietário (...). Esta autonomia relativa, porém, tende a diminuir ou mesmo ser eliminada (...)” porquanto a pequena produção existe no ambiente do capital.

“(...) A característica da pequena produção é “(...) extremamente heterogênea (...): ecológicas, culturais, econômicas, tecnológicas, organizacionais (...). Portanto, é menos uma tipologia exaustiva (...) e mais as possíveis articulações com o conjunto da sociedade.

(...) A pequena produção mercantil deverá ser, dentro de suas especificidades, também, rentável. Para tanto deverá ter um caráter econômico-empresarial (...). E isso, em condições normais, não pode ser rejeitado a priori como incompatível, a menos que se pretenda atribuir àquela categoria de agente econômico uma desvinculação absoluta do contexto social em que são atuantes.

A questão aqui não é se o produtor, enquanto cidadão, tem consciência do papel que desempenha na economia. Provavelmente não tem. Daí cometer omissões e equívocos nas suas relações com os demais agentes da sociedade (...).

(...) Nesse sentido, é perfeitamente válido encarar a pequena produção mercantil de um ponto de vista empresarial. Isso não quer dizer que não se leva em consideração sua frágil base técnica, provocando baixa competitividade no mercado; tendência a descapitalização devido aos baixos rendimentos e, reduzidos preços pagos pelos seus produtos (...).

(...) O caráter econômico-empresarial da pequena produção requer, portanto, uma atitude diferente desta para gerir o empreendimento em todas as suas fases (...).

(...) As especificidades naturais da produção agropecuária, acrescidas das dificuldades econômicas que as pequenas empresas enfrentam, torna-as extremamente vulneráveis. E, sem acumular parte do excedente, qualquer empresa, independente do porte e do ramo de atividade, é inviável.

É de fundamental importância identificar alguns problemas que limitam (...) seu desenvolvimento.

A título de exemplo:

Baixos rendimentos físicos por área plantada;

Baixa produção e produtividade;

Baixos preços de mercado para os produtos característicos da pequena produção;

Agentes e circuitos de comercialização organizados em função da expropriação do excedente produzido;

Condições desvantajosas devido à oligopolização do mercado (...) e;

Devido ao subconsumo, baixo nível alimentar e precárias condições de saúde, moradia e educação da força de trabalho familiar.

Tais problemas requerem planejamento e determinação para serem solucionados (...). A superação dos problemas sociais passa a ser, quase totalmente, decorrência do maior ou menor sucesso conseguido na área empresarial (...). (...) a menos que haja movimentos associativos (...) que busquem superar os limites da ação da pequena empresa agropecuária agindo isoladamente (...).”

Fazemos um parêntese para, especificamente neste quesito acima, afirmar que embora extremamente necessário o acesso a fundos públicos por parte deste segmento da pequena produção não deve, ensejar a dependência total do ESTADO, além de suas representações políticas. Se a pequena produção não adotar um perfil empresarial, organizando-se como produtores livremente associados, eles(as) próprios, interligando sistemas, cadeias e arranjos produtivos, não promoverá sua própria emancipação. Por

isso, “(...) através de métodos de gestão próprios, venha a reinvestir (...) o excedente. Só assim poderá acumular meios de produção em quantidade e qualidade que garantam sua reprodução em bases mais favoráveis.

A intervenção estatal deve ser ainda dirigida no sentido de dotar a pequena produção de dois tipos de eficiência. Uma tecnológica (...). A segunda eficiência a ser perseguida é econômica (...).

Há, portanto, um reconhecimento de que as condições de mercado favorecem as unidades empresariais de maior porte (...).

(...) É desejável, portanto, o mais amplo nível de associação, para que o empreendimento coletivo consiga melhor alocação de recursos (...).

(...) é fundamental que a organização seja percebida, também, como um empreendimento econômico-empresarial. (...) os possíveis tipos de organização, portanto, distinguem-se daquelas reivindicativas ou sindicais (...).

(...) A preservação do caráter empresarial (...) ao incorporar uma perspectiva social, tem como fundamento três pressupostos básicos.

Gestão participativa;

Distribuição do excedente;

Inserção de objetivos sociais.

(...) Dentro de tal perspectiva social fica claro que, de imediato, o caráter econômico-empresarial das pequenas unidades produtivas rurais não se confunde com as empresas capitalistas típicas (...).

(...) Se trata de colocar a pequena produção em outro patamar de inserção no modo de produção capitalista, que se pretende mais vantajoso que o atual (...).

(...) considera-se que não tem mais significado numérico ou social a chamada produção de subsistência, compreendida como aquela em que a relação com o mercado ocor-

re esporádica e marginalmente. Neste sentido, assume-se que a pequena produção, atualmente, cumpre um papel de agente econômico (...).

(...) A possibilidade de melhorar suas condições mercantis através de formas associativas, portanto, não é uma opção ideológica ou porque é mais avançada politicamente. É antes de tudo por considerações de caráter econômico, materializadas na possibilidade de ganhos de escala e melhor alocação de recursos (...).

Acrescentamos que hoje os produtores de mercadorias agrícolas nas comunidades de agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes também são detentores de atividades de serviço, turismo, lazer e toda uma gama de atividades previsíveis oferecidas pelo espaço rural, além, é claro, de serem espaços de convivência social organizada.

Por tudo isso, um dos fatores determinantes para a superação é a transição psicossocial da condição de ex-empregado assalariado para uma nova realidade de empreendedor rural, no sentido de capacidade de gestão e condução de negócios. O fato de ser um ambiente que o meio o define para o bem viver e não auferir lucros, não altera em nada esta assertiva.

Isto

“(...) significa apropriar-se de conhecimentos e desenvolver potencialidades que habilitam o cidadão(ã) a entrar em outro universo simbólico e de valores. (...) significa abandonar ou superar aquele lugar subalterno que a elite (...) definiu como o lugar dos trabalhadores(as), das maiorias”⁷⁷.

Este outro universo simbólico e de valores aqui aludido refere-se à elevação de padrão das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes possibilitando um maior reconhecimento por parte da sociedade total a este segmento calcado em seu empoderamento socioeconômico.

Deste modo, estes segmentos (as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes) potencialmente poderão elevar seu:

77 O futuro da classe média – edição 40 – Le Monde Diplomatique.

a – Capital econômico, pela aquisição de recursos patrimoniais e riqueza legada às gerações seguintes;

b – Capital social, lhe conferindo maior reconhecimento social a partir das relações de produção;

c – Capital cultural, expressão social do padrão elevado de vida, correlacionado estreitamente ao capital econômico;

d – Sua Distinção social identificável culturalmente;

e – Capital simbólico, associado e conferindo sentido às relações de reconhecimento social, auferidos numa nova realidade;

f – Capital político, decorrente do novo status de poder auferido e reconhecido pela sociedade.

Ante o exposto, é fundamental seguir a racionalidade de intervenção com base nos pressupostos acima, acrescida de fatores e atributos essenciais que os agentes produtivos devem deter:

1º. Receber subsídios diferenciados em escala vultosa, a fim de alavancar sua produção em bases altamente tecnificada;

2º. A necessidade de se configurar uma transição psicossocial, que será concretizada a partir da relação de produção que aponte outra perspectiva à emancipação humana em todas as dimensões. Óbvio, no entanto, que a ordem material é determinante, não sendo esta transição um fator meramente subjetivo ou em abstrato antes, pois uma somatização a partir de uma prática sistemática em atividades produtivas gerando outra cultura. Por quê? Porque “Desde cedo fui criado no padrão, pra arremedo do empregado do padrão (...)”⁷⁸.

3º. Paralela e simultaneamente haver um reforço à elevação do padrão cultural e intelectual dos agentes produtivos inseridos no contexto aqui aludido, sem os quais estaria seriamente comprometida a superação da atual situação e a possibilidade de alavancagem a outro patamar de desenvolvimento. É preciso altíssimo conhecimento instalado no segmento como condição sine qua non para sua emancipação;

78 Canto dos Homens (Milton Santos e Paulo Cesar Pinheiro) - musica do MPB4.

4º. A capacidade de desempenho dentro da curva de aprendizado, que consiste do trabalhador e da trabalhadora levar certo tempo para aquisição de tecnologia e que assuma o comando das rotinas até que, em determinado momento, adquira experiência e gere uma maneira própria de fazer. Isto porque no decurso do desenvolvimento das forças produtivas surge um estágio em que se criam condições e meios de modelagem das inter-relações, forjando, em decorrência, uma cultura que determina a reprodução social;

5º. A condição de organizar a atividade produtiva como mecanismo de evolução “(...) para combinar uma relativa eficiência na produção de sua subsistência material com o aumento paulatino da liberdade para viver sua vida (...). A história sugere também que o mecanismo do ingênuo “socialismo fabiano” de aproximação sucessiva é, talvez, o único capaz de produzi-la, uma vez que as alternativas propostas de substituição voluntarista e forçada da organização social sugerida (...) provou ser inviável. (...) O mundo está no limiar de uma nova e profunda revolução industrial, apoiada em novas tecnologias e no aumento dramático da velocidade de transmissão e acumulação de informação (...). As implicações à médio prazo desse processo civilizador precisam ser antecipadas, mediante um dramático e apressado aumento da ‘qualidade’ (...)”⁷⁹ da intervenção no processo produtivo como forma de mediação para elevação da mobilidade e do padrão social de largas parcelas da sociedade oriundas das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes.

Ademais, os cinco quesitos ordinais imediatamente acima configurados, correspondem à necessidade de se reconhecer não ter havido um tempo histórico nestes segmentos que lhes tenha proporcionado a aquisição de conhecimento de longo prazo nos tratos da gestão de empreendimentos bem-sucedidos no meio rural, devido ao fato de que se trabalhou e se aprendeu apenas as atividades de mera subsistência, de assalariamento ou atividades semiescrava ou escrava. Isto moldou historicamente a sociopsicologia dos indivíduos aí presentes.

Temos certeza que há uma profunda e determinante relação entre o uso de instrumentos (do trabalho) e o desenvolvimento da

79 Mercados, artigo de Antônio Delfim Netto em 10/07/2013 para Folha de São Paulo (grifos nossos).

linguagem (capacidade cognitiva de nomenclatura correta da realidade e seus códigos de domínio). Este binômio é de tal relevância que o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein chegou a afirmar que a capacidade cognitiva é diretamente proporcional à linguagem.

A aquisição de conhecimento e sua incorporação a hábitos culturais, portanto, pressupõe que haja outro ambiente para o desenvolvimento social da mente (Vygotsky) numa nova lógica de empreendedorismo. Este ser social ao não existir, ainda, requer o erguimento do desenvolvimento proximal (Vygotsky), agora sob as bases de uma ordem material que forje e erga um ser social mais pujante e, pelo fato de ser detentor de meios de produção, obtenha a autoconsciência do que significa este poder.

No livro *Formação Social da Mente – Vygotsky* caracteriza os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elabora hipóteses de como essas características se desenvolveram durante a vida do indivíduo e enfatiza três aspectos:

- Relação entre seres humanos e o seu ambiente físico e social;
- Novas formas de atividade que fizeram com que o trabalho fosse o meio fundamental de relacionamentos entre os seres humanos e a natureza e as consequências psicológicas dessas formas de atividade;
- A natureza das relações entre o uso de instrumento e desenvolvimento da linguagem

(resumo do livro).

Uma autoconsciência que deve impregnar os segmentos, portanto, se pode adquirir se se superar a visão fragmentada que a agricultura de subsistência impõe ao universo mental dos agricultores e agricultoras cuja situação lhes impede de ter a percepção do todo de sua própria comunidade e da sociedade em geral, situação esta que bloqueia a capacidade de se ter uma explicação do panorama entre as coisas existentes e como elas influenciam as relações sociais. Ou seja, como o todo influencia na parte e como a parte pode influenciar o todo.

Além de tudo, cumpre estabelecer um processo educacional correlacionado à aquisição de uma linguagem, a fim de que as possibilidades da capacidade cognitiva sejam alargadas, algo extremamente determinante para a elevação do padrão de conhecimento dos segmentos aqui referidos. Por isso, consideramos que “mentes inteligentes são inversamente proporcionais a mentes automáticas” (Fernanda Rossetto).

De tudo, ao final, fica uma constatação: a lógica do *Novo Mundo Rural* implantada desde o ano de 1997 determinou o padrão atualmente existente para estes segmentos.

Associado ao sinal positivo ensejou:

1 – *Auferir reconhecimento a um setor social que não teve historicamente relevância no espaço rural;*

2 – *Drenaram fundos ao segmento a partir de políticas públicas e;*

3 – *Conferiu uma dimensão política a um setor social que era invisível à sociedade.*

4 – *Pela negativa:*

5 – *Cumpriu politicamente, à época, o papel de interesse do ESTADO em romper com a radicalidade que a luta pela reforma agrária impunha àquela conjuntura, cujos efeitos se fazem sentir até hoje. O “português João Bernardo diz que o Pronaf foi a grande jogada do governo FHC. Pois transformou um grande projeto nacional de agroindustrialização e cooperativismo (...) em disputas por verbas para projetos de agricultura familiar”⁸⁰.*

Havia, também, uma disputa pela hegemonia da luta político-social no campo. Um e outras carregamos positivamente. Hoje, no entanto, há uma enorme necessidade de se rever todo o processo de instalação da reforma agrária no país e do fortalecimento da “agricultura familiar”. Não por acaso há uma demanda reprimida em se atualizar o Plano Nacional de Reforma Agrária.

A vitória política assentada na esfera da “agricultura familiar” sobre a radicalidade da luta pela reforma agrária não alterou, no entanto, um sinal de igualdade entre ambos os segmentos, este sim um fator determinante. Este sinal aponta para certo encantamento com a pequena produção em oposição à escala produtiva. Ledo engano esta concepção até porque a necessidade de ampliar a oferta de alimento ao mundo, para além das regras de mercado, confere às agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes uma oportunidade inédita.

80 Autonomia e perda de autonomia na luta pela terra: vitória da pós-modernidade? – texto de Antônio Júlio de Menezes Neto, professor na Faculdade de Educação da UFMG e doutor em Educação, em 13 de maio de 2015.

Esta é uma séria razão para se obter da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) um apoio a fim de que estes segmentos dispusessem de condições efetivadas de produção de alimentos em larga escala.

Assim, o caráter exclusivamente distributivo de terras, embora fundamental, tem se mostrado ineficiente. É preciso estabelecer uma nova linha de desenvolvimento para o campo brasileiro e, neste sentido, é preciso recriar o papel econômico das agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes numa lógica de escala, modernização tecnológica, desenvolvimento como força de produção que, deste modo, então, será possível erguer estes segmentos à condição de potência econômica e política e poderá proporcionar a possibilidade de uma nova reprodução social de valores.

Neste sentido, é fundamental se erguer nos territórios liberados sob controle das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes parques produtivos fabulosos nos quais os fatores de produção, entre eles a terra, sejam empossados pela sociedade de produtores e produtoras livremente associados.

Deste modo será possível:

a – Quebrar o fracionamento territorial que é inviabilizador do retorno econômico dos fatores de produção;

b – Os segmentos, associadamente, terem força econômica;

c – Ampliação de territórios a partir da catarse decorrente de um novo processo de desenvolvimento socioproductivo.

Esta é uma via alternativa factível a ser construída, que desloca o peso da estratificação social em favor do campo popular e do mundo do trabalho em geral, estruturalmente.

A luta social e o trabalho empírico podem dar conta desta iniciativa, mas ela só terá êxito se articulada em conjunção com a política e política estratégica, superando os limites das meras pautas de reivindicações, de perfil político-sindical.

Por fim, alertamos, há quem julgue como anacrônicos e defasados os movimentos sociais em sua lógica de luta em favor dos

segmentos da pequena produção do modo como aplicado. Não se pode alienar dessa possibilidade. É algo a se pensar seriamente. Se sim se não é outra questão! E mais, este suposto anacronismo talvez, e apenas talvez, daí o benefício da dúvida, seja decorrente da nossa tradição Ibérica que advém da capacidade prática do fazer e da audácia destituída de um conhecimento determinado.

Mas, uma coisa é certa: as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes precisam se transformar em equivalente geral na produção agrícola do país para se viabilizar o resgate de uma relação harmônica dos seres humanos entre si, a satisfação de suas necessidades e a natureza.

A defesa que fazemos calcada na proposta aqui apresentada, portanto, se faz por se considerar como necessária a construção da democracia econômica e a promoção de uma nova estratificação social igualitária em bases substantivas apoiada nas condições materiais realmente existentes na sociedade.

6. PRÓXIMO PASSO



*“A sociedade de produtores livremente associados
não pode abraçar a ilusão
insistentemente promovida
de que o ‘pequeno é bonito’, com sua tecnologia
igualmente ilusória (...).
A sociedade tem de produzir o mais alto nível de
tecnologia criativa
para ter sucesso na satisfação das aspirações legítimas
das grandes massas”.*
István Mészáros

*“Nunca haverá lugar ao sol para todos, no
sistema interestatal capitalista.
Curiosamente, todos os “ganhadores”
desrespeitaram, um dia, regras estabelecidas.
Em última instância,
os processos de desenvolvimento econômico
também são lutas de dominação”*
Max Weber, *Escritos Políticos*

A grande dimensão da estratégia que estamos apresentando neste ensaio é um próximo passo – outra reforma agrária é possível – pela constituição, por analogia, de Polos de Desenvolvimento em áreas das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes.

A extensão territorial que se encontra sob o domínio de milhões de trabalhadores e trabalhadoras é algo tão fabuloso que a acomodação advinda da estratificação social da terra e da produção realmente existente no campo agrava e limita o papel que este segmento pode desempenhar para o desenvolvimento do país, na perspectiva de promoção da justiça social mediante o fortalecimento do segmento na macroeconomia.

Para tanto, é determinante incluir estes segmentos no contexto da macroeconomia e será preciso constituir novas alianças políticas e sociais e, decorrente delas, propor uma nova lógica para o uso da terra, superando o padrão atual prevalecente e inserindo as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes noutro patamar de desenvolvimento de suas atividades produtivas rumo a um desenvolvimento socioeconômico sustentável impactando, assim, a reprodução social de valores.

A exequibilidade desta proposta no contexto que aqui se apresenta diz respeito não à micropolítica, mas à macropolítica em face da pressão que requer erigir estes segmentos a outro patamar na sua acumulação de conhecimento prático em nossa sociedade, a partir do desenvolvimento de suas forças produtivas.

Um alerta, no entanto, se faz necessário e um risco paira no ar: o agronegócio ante as metas estabelecidas pela FAO/OCDE sabe a importância das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes e sabe também que estes segmentos são frágeis e suscetíveis às cooptações, como ocorre com a cultura da cana no Nordeste e Sudeste, ou seja, estamos vaticinando: uma nova fronteira agrícola do agronegócio pode ser a subsunção das terras das agriculturas familiares e da reforma agrária à seu interesse, sem ônus algum, e até com o imaginário de benfeitores. Até porque se trata de uma questão sistêmica e interligada, embora de perfis distintos e díspares entre si na cadeia produtiva rural até agora.

As soluções parciais e minimalistas oferecidas às áreas das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes são ineficazes para superar a pobreza.

Consideramos então, que

“(...) Esta reforma agrária, enquanto bandeira de luta é viável, pois dialoga com as demandas culturais e econômicas populares; mas limitada condiciona à redução do horizonte utópico dos indivíduos que compõe o movimento. Assim, coloca a posse da terra como objetivo central, reproduzindo, em última instância, a dinâmica de vida dos pequenos proprietários rurais. (...) Acumular forças na agitação em torno de um programa (...) não parece viável. (...) Como rerepresentar as bandeiras que continuam atuais (entre elas a reforma agrária) sem sermos acusados de estar repaginando uma tragédia anunciada? Isto pressupõe transformações profundas na dinâmica social (...), mas a total ressignificação e reconfiguração das relações no campo, em seus aspectos sistêmicos (...)”⁸¹,

porque a política de desenvolvimento rural para estes segmentos socioeconômicos não pode continuar a ser um “jogo de soma zero”.

81 Reforma ou revolução agrária? Por Djalma Nery, publicado em 16 de janeiro de 2017.

Buscaremos, neste sentido, refutar e demonstrar que a crítica, com razão, efetuada pela macropolítica, de que os movimentos sociais e congêneres operam na micropolítica sob um viés primário e pontual é relativamente correta, em termos. Ou seja, é tão somente o apelo reivindicativo calcado na satisfação das necessidades básicas dos segmentos representados politicamente, destituídos de estratégias bem definidas e táticas relacionadas aos ambientes macropolítico e macroeconômico que se quer influir (ou deveria).

As propostas que a Via Trabalho apresenta são: uma demonstração da necessidade que nossas ações na base da sociedade estejam relacionadas às estratégias e táticas bem definidas e, por isso, consideramos que o link entre a superestrutura e a infraestrutura nos habilita a apresentar propostas factíveis ao nível social e político em que operamos conjugado ao econômico.

Além do mais, nossas propostas contribuem para ações de governabilidade contra hegemônicas deste e do próximo período.

Por outro lado, o que nos desafia é o fato de que há uma lógica na política cujo ambiente convive numa catarse de apologia e exaltação da pequena produção, como virtude em si, numa suposta forma alternativa à escala econômica adotada pelo capital. “Decrescimento”, “envolvimento”, “felicidade interna bruta” são adjetivos utilizados decorrente desta catarse.

Esta lógica decorre do perfil que assume certa proposição que adota a defesa de um tipo de desenvolvimento que, em escala ampliada, está subordinado sob as determinações das forças do capital, embora se negue ou até se queira ignorar. Até porque o capitalismo é um modo de produção mundial que se articula em formações sociais, as quais isoladamente não representam mais que forma particular de sua lógica global como é o caso das agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes.

O modo como são incentivadas as agriculturas familiares e a reforma agrária realmente existentes, engendrados como modelo alternativo “vai ao encontro dos interesses do capital, facilitado pelas atuais condições de organização política autônoma dos trabalhadores e trabalhadoras, cujas iniciativas tornam-se funcionais ao capital”⁸², em razão de se considerar como fator condicionante

82 Economia Solidária: Elementos para uma Crítica Marxista – Maria Thereza C. G. de Menezes – Rio de Janeiro, GRAMMA, 2007.

o complexo fundante de todas as relações na sociedade: a economia.

Na prática, não se disputa a macroeconomia, se tenta construir modelos alternativos como se fora revolucionária esta posição tergiversativa.

A satisfação de ‘modelos alternativos’ em escala reduzida é tanta que é comum reverberar no meio o provérbio:

“MUITA GENTE PEQUENA, EM MUITOS LUGARES PEQUENOS,

FAZENDO COISAS PEQUENAS, MUDARÃO A FACE DA TERRA”

(Provérbio Africano)

O que se estimula é a lógica da comunidade de comunhão de bens. A economia é demonizada como algo nefasto e estranho ao ser humano - nada mais funcional ao capital do que isto. O que agrava este contexto é o fato de se adotar sobre ele “modelos analíticos e paradigmas teóricos aplicados arbitrariamente ao real”⁸³ ou uma avaliação da realidade que resvala para uma espécie de razão resignada.

Neste sentido, portanto, o capital sendo hegemônico “(...) Não há alternativas contra hegemônicas sem a crítica da economia política e o confronto com as estratégias (...) de reprodução do capital (...)”⁸⁴.

Um exemplo de como é funcional ao capital a forma de organização adotada pelas agriculturas familiares realmente existentes é o fato de se tentar ampliar sua base de arrecadação convertendo o segmento da pequena produção, de categoria econômica, à condição de categoria profissional em oposição à de produtor rural, como se esta posição adotada estivesse subtraindo “fatias do agronegócio”.

Acobertada pela alegação de se estar lutando contra o agronegócio, esta conversão aludida, na realidade, expressa uma brutal limitação de entendimento da realidade de desenvolvimento da sociedade do capital. É como se para lutar pela liberdade a opção

83 Ibidem.

84 Ibidem.

fosse erguer prisões, julgando com isto que se estaria assegurando “mais proteção”.

As táticas institucionais implantadas retiveram a instalação de estratégias de transformação estrutural na sociedade, pelo fato do seu caráter eminentemente conjunturalista. A governabilidade passou por aqui. É o preço, dizem. Agora uma pergunta que não quer calar: quem paga a conta? Certamente se sabe a resposta.

Esta realidade, no entanto, devido à adoção de determinada vertente de desenvolvimento “(...) na prática, esses governos foram colocados na incômoda situação de ter que estimular o desenvolvimento capitalista para fazer frente às demandas geradas pelas políticas sociais de redistribuição da renda, geração de empregos e melhoria das condições de vida. Alguns acham que isso é uma verdadeira traição ao socialismo. Outros, que isso é uma situação concreta que deve ser enfrentada como tal (...)”⁸⁵, eis a questão.

Por isso é preciso uma revisão das estratégias adotadas em face que, nos últimos anos, as lutas desenvolvidas praticamente se dissolveram em táticas institucionais, acomodadas que foram à lógica de uma governabilidade que continuou a operar a regulação dos capitais competitivos, em cima, e centrou suas ações, embaixo direcionadas aos grupos sociais focalizados em maior grau de vulnerabilidade (uma característica determinante da política neoliberal na gestão do ESTADO no mundo). Muito embora, seja de se reconhecer, houve um esforço para implementação das estratégias nos interstícios que a conjuntura possibilitou, mas foram deveras insuficientes e ineficazes estas tentativas porquanto não se acumulou economicamente, por isso se regrediu praticamente à estaca zero.

É preciso ousar numa outra perspectiva estratégica, não pautada ainda pelos movimentos sociais atualmente, abrigada na superação da unanimidade que auferiu à chamada ‘agricultura familiar’, a partir do contexto de sua construção política. Nesta direção, o vetor das agriculturas familiares e da reforma agrária realmente existentes deve estar apontado em se disseminar, em escala nacional e internacional, e articulados como forças produtivas em si e para si.

85 Artigo: Vertentes do Desenvolvimento - Wladimir Pomar, analista político e escritor, 05.04.2012.

Não é casual o fato da ONU ter elegido esta ‘agricultura familiar’ como tema internacional para o ano de 2014. Em razão de uma silenciosa, mas não menos severa, crise alimentar rondar o planeta.

Ao agronegócio se incentiva (com somas financeiras vultosas, é claro) elevar a produção de commodities no mundo. A esta ‘agricultura familiar’, ao contrário, se incentiva em manter um padrão de ‘segurança alimentar’ própria (sem maiores recursos financeiros). Um exemplo deste jogo global, é que a forma de apoio a ‘agricultura familiar’ se denomina de Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) do Banco Mundial, aplicado em vários lugares do planeta. O incentivo advindo deste programa sugere a implantação de cadeias produtivas, em pequena escala, submetidas à lógica da segurança alimentar e de geração de renda das próprias famílias e nada mais além disto.

Por isso, a política em geral dos governos mundiais detém um perfil consolidado em um caráter único, mesmo em experiências de recorte mais popular:

a – Com as empresas personificações do capital, tratando-as como as verdadeiras produtoras de riquezas, alienando daí o papel do Trabalho;

b – Com o trabalho, neste contexto aqui referenciado, considerando-o como autoassalariamento, um ‘novo modo de vida’ no campo e nas cidades funcional, portanto, exatamente por ser desta forma, ao capital e;

c – Desprezo por iniciativas do mundo do trabalho que tentem se erguer como forças produtivas desenvolvidas ou empreendimentos de vulto, pelo fato de não serem consideradas como ações de cunho ‘social’ e sim ‘capitalistas’. Nesta cruel relação, se impõe aos segmentos do mundo do trabalho em geral se resignarem em ser do ‘social’ para obter apoio assistencial, portanto de pequeno porte ou, em sentido contrário, se assumirem um perfil que se confunda com uma empresa de tipo ‘capitalista’ serão denegada, pois o papel que lhes é atribuído não inclui ob-

ter lucro e acumular riqueza impossibilitando, por consequência, o erguimento de estruturas que levam à aquisição de poder real. Esta realidade tem sido aceita com muita naturalidade e abnegação ideológica, por parte de governos populares.

Esta propositada situação revela o quanto o ESTADO do capital controla as ações governamentais sob seu estrito interesse. Assim se pensa: se foi iniciativa social, não pode ter acumulação e lucro, a fim de que não possa competir com as empresas do capital.

Deste modo, algo para acontecer na dimensão que aqui se apresenta é um desafio à política em um processo de muitos anos, embora o ajuste e a implantação efetiva desta proposta deva, inicialmente, ser efetivada na forma de projetos de referência/piloto em várias regiões do país no plano imediato. Ela, no entanto, precisa ir ao encontro da decisão política. É o que estamos pugnando.



7. EIXOS ESTRATÉGICOS



*“Há os que já desertaram da esperança em nome
de uma crítica tão resolvida e fechada nos seus
termos que se torna sectária, na acepção rigorosa
do termo, de separação
artificial do que se decide
na história.*

*Há os que ainda cultivam a esperança
como se ela fosse um jardim de ilusões, imune às
contradições e, por isso, incapaz de dialogar
democraticamente com a crítica.*

*De modo alternativo a estas atitudes,
é preciso repor os direitos da esperança
crítica...” (Miguel Rossetto)*

*“A esquerda não sabe lidar com dinheiro”
Paráfrase de Maria da Conceição Tavares*

A despeito da crise do período atual, o primeiro impulso nos orienta, que desta vez trata-se de fazer uma reordenação tão profunda, mas induzida por baixo, pelas forças sociais da base da sociedade, cuja iniciativa se constitua como o operador histórico desse novo desenvolvimento promovendo a superação do modelo do capital ancorando-o agora em forças sociais da base da sociedade. Há os fundos de pensão que poderiam se associar a esta iniciativa. É preciso ousar para que o *Projeto Democrático e Popular* possa ter perspectiva histórica.

Segundo Chico de Oliveira “(...) devemos tratar essa possibilidade com uma discussão ampla e aberta; não oficialista, tampouco sectária, menos ainda cravejada de acusações (...). O que está em jogo é uma reacomodação brutal de forças”.

Daí que é preciso avaliar crítica e criteriosamente o estágio auferido pelas agriculturas familiares e pela reforma agrária realmente existentes.

É preciso saber: não há um padrão de acumulação econômica de escala auferido pelo segmento. Esta situação termina por limitar os segmentos a um teto muito baixo de perspectivas. É preciso integrar estes segmentos entre si na perspectiva de gerar riqueza e isto, certamente, impulsionará o desenvolvimento humano.

Para tanto, a disputa pelos fundos públicos por parte dos movimentos sociais precisa ser repensada, bem como a necessidade

de se inserir no contexto de suas ações o desenvolvimento das forças produtivas dos segmentos sociais rurais defendidos. Eles são a grande alternativa para se lançar mão da repartição da riqueza, indo além da lógica da “transferência de renda”. Por quê?

Primeiramente, porque há uma diferença entre renda e riqueza. A renda é fluxo econômico obtido num período; riqueza, no entanto, é aquilo que garante legado as gerações futuras. Em nosso planeta a tendência é haver uma grande concentração de riqueza.

Segundo, o Brasil não conhece a riqueza realmente existente por falta de dados confiáveis acerca dos ricos do país. Cerca de 40% do total da riqueza realmente existente é ignorada ou subestimada por falta de dados confiáveis;

Terceiro, não por acaso, ano após ano, neste não foi diferente, a OXFAM faz um apelo aos ricos do Fórum Econômico Mundial, de DAVOS, chamando a atenção ao fato de 1% dos ricos deterem tanta riqueza e, relação aos 99% restantes da população mundial. Isto é uma catástrofe;

Assim, temos que alertar que a transferência de renda via políticas sociais distribuídas no último período de governos populares ainda nos deixa longe de ter uma política de redistribuição de riqueza. Até porque a distribuição de riqueza pressupõe o domínio de meios de produção no interior do qual existam forças produtivas desenvolvidas, que detenham o controle sobre a produção e sua efetiva fruição e domínio.

Por isso é extremamente necessário reavaliar os critérios de financiabilidade (o que é financiável) se é que se pretenda levar a sério um novo modo de produção econômica e reprodução social. Até porque a administração repressiva do capital, hoje, adota critérios de domínio bastante complexos. O financiamento dos setores populares é um deles, mediante organizações sociais que mitigam a miséria. Mas, não podendo o capital, efetivamente, integrar a sociedade total aos padrões de desenvolvimento adotado está dificultado, então, o domínio pelo consenso, daí derivando a enorme escala repressiva direta para enquadrar os recalcitrantes deste padrão de desenvolvimento exclusivo para ínfimos setores sociais.

Desta forma, o ciclo de superação política do neoliberalismo poderá ser fechado se houver uma intervenção na base econômica da sociedade, voltada para estruturar e consolidar materialmen-

te e em escala os segmentos do trabalho e não pela participação da massa salarial no percentual da riqueza nacional, mas também e principalmente no erguimento de empreendimentos econômicos rentáveis e sustentáveis à escala de atendimento à produção, à distribuição e aos consumos diferenciados na sociedade. Para este fim, a portentosa escala de milhões de hectares de terra já efetivamente em mão de milhões de famílias deve ser incrementada.

Este incremento deve-se ao simples, porém desprezado fato: a terra é um meio de produção e nesta condição ontológica deve ser tratada. Política como ciência de poder é irmã gêmea-siamesa da riqueza. A fratura entre estas duas dimensões promovidas pela esquerda fragiliza e frustra possibilidades de construção de poder real, tendo como agravante um verdadeiro descarte que sofre o ‘social’.

A proposta aqui apresentada, portanto, pretende ensejar uma reviravolta na lógica sob a qual estão operando as organizações sociais no interior de nossa sociedade, sobretudo a forma como operam na política, e os movimentos sociais considerando que, decisivamente, a economia impõe uma complexa situação que condiciona todas as relações na sociedade, daí tudo derivando. Nesta direção, considerar “as autonomias” dos fenômenos da vida social, política e cultural separadas da economia é um trágico engano que vem sendo cometido pelas organizações políticas e sociais.



8 . PARA ALÉM DA REFORMA AGRÁRIA



*“A questão é, pois, que o novo suscita
desconfiança
e o velho ainda está instalado”.*
Paráfrase de Lênin

HIPÓTESE
*E se Deus é canhoto
e criou com a mão esquerda?
Isso explica, talvez, as coisas deste mundo.*
Carlos Drummond de Andrade

A estratégia exitosa é diretamente proporcional ao uso de táticas associadas e corretas e bem definidas em suas formas, mediante a construção de estruturas necessárias ao cumprimento dos objetivos, o que pode ensejar uma arquitetura de poder efetivado.

Assim, várias iniciativas se impõem, a saber:

1 – Constituir e estruturar as áreas de agriculturas familiares e reforma agrária num complexo socioeconômico, político e cultural na forma de Centros Dinâmicos da Socioeconomia das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento), mediante o “fechamento” de regiões com o propósito de assegurar sob a lógica e perspectiva do mundo do trabalho às relações de produção e reprodução social, possibilitando formas diferenciadas de geração de valor e, por conseguinte, novas relações de produção;

2 – O êxito desta iniciativa deve ser consequência da implantação de um Plano Diretor por Polo de Desenvolvimento nas regiões em que forem erguidos;

3 – Implantação de um Programa denominado Alimentar o Mundo, com orçamento equivalente à dimensão requerida, cuja proposta deverá inserir, decisivamente, as áreas de agriculturas familiares e de reforma agrária na rota de incremento da produção nacional em 40%, segundo o que propõe a FAO/OCDE, contribuindo, decisivamente, na erradicação da fome no planeta;

4 – Implantação de um subprograma de Organização Empresarial das agriculturas familiares e da reforma agrária;

5 – *Implantação de Projetos Táticos em áreas temáticas relacionadas ao desenvolvimento requerido, combinados com o poder público;*

6 – *Articulação entre a União e seus agentes (inclusive e principalmente os financeiros), os estados, municípios e a organização dos produtores e produtoras livremente associados, assegurando:*

a – Recursos no Orçamento Geral da União (OGU);

b – Recursos no Orçamento Geral dos Estados, combinadamente;

c – A coordenação por um comitê interinstitucional, com a participação direta dos estados e Municípios e das organizações sociais relacionadas aos projetos;

1 – *Constituição de:*

a – Núcleos de captação de recursos;

b – Núcleos de estudo, planejamento e execução de projetos-referência;

c – Núcleos operacionais organizados por sistemas de produção/cadeias e arranjos produtivos. Formação de corredores produtivos e apoio técnico geral nas regiões e territórios;

d – Redes de apoio e prospecção tecnológica nas áreas de pesquisa e desenvolvimento;

1 – *Estruturar câmaras setoriais por sistemas, cadeias e arranjos produtivos, em todos os elos das culturas apoiadas, de ponta-a-ponta, ou seja, dos insumos até as relações de distribuição e consumo, passando pela industrialização, rompendo o círculo de ferro que inviabiliza os segmentos;*

2 – *Implantar projetos de identificação, adensamento e incremento competitivo dos arranjos produtivos, estudos e prospecção de mercados inseridos nos Centros Dinâmicos da Socioeconomia da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento), inclusive para o acesso ao entorno dos grandes projetos de infraestrutura e polos econômicos;*

3 – Integrar a educação a todo processo de estruturação dos Centros Dinâmicos da Socioeconomia das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento) não restrito ao ensino de perfil profissional, técnico e tecnológico, mas sobretudo a extensa gama de conhecimento presente no sistema universitário, formando-se uma rede de apoio;

4 – Constituição de um programa cuja linha seja à lá PAC, direcionada aos Centros Dinâmicos da Socioeconomia das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento);

5 – Formar corredores logísticos interligando os Centros Dinâmicos da Socioeconomia dos Segmentos das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento);

6 – Acionar mecanismos que possibilitem o escoamento da produção, a formação de consumidores consorciados e, principalmente, uma rede de operadores de negócios que distribuam na forma de venda direta os produtos dos Centros Dinâmicos da Socioeconomia dos Segmentos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento);

7 – Formar uma rede de modo estrutural e permanente com o movimento sindical, visando sua integração a este sistema;

8 – Formação intensiva e permanente de pessoal para se habilitar ao enfrentamento deste complexo desafio, constituindo um núcleo altamente especializado na implantação dos Centros Dinâmicos da Socioeconomia das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento);

9 – Implantar um novo método para as Agriculturas Familiares e a Reforma Agrária:

a – Entrega de áreas estruturadas para implantação de Centros Dinâmicos da Socioeconomia dos Segmentos das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária (Polos de Desenvolvimento), constituídas de:

I – Infraestrutura produtiva total;

II – Instalação de sistemas, cadeias e arranjos produtivos rentáveis e sustentáveis, em toda sua extensão, que possibilite acumulação econômica e, portanto, gere autonomia;

III – Armazenagem;

IV – Indústria;

V – Logística diversificada;

VI – Assistência técnica;

VII – Infraestrutura e equipamento social total: condomínios habitacionais, abastecimento d'água, centros comunitários etc.;

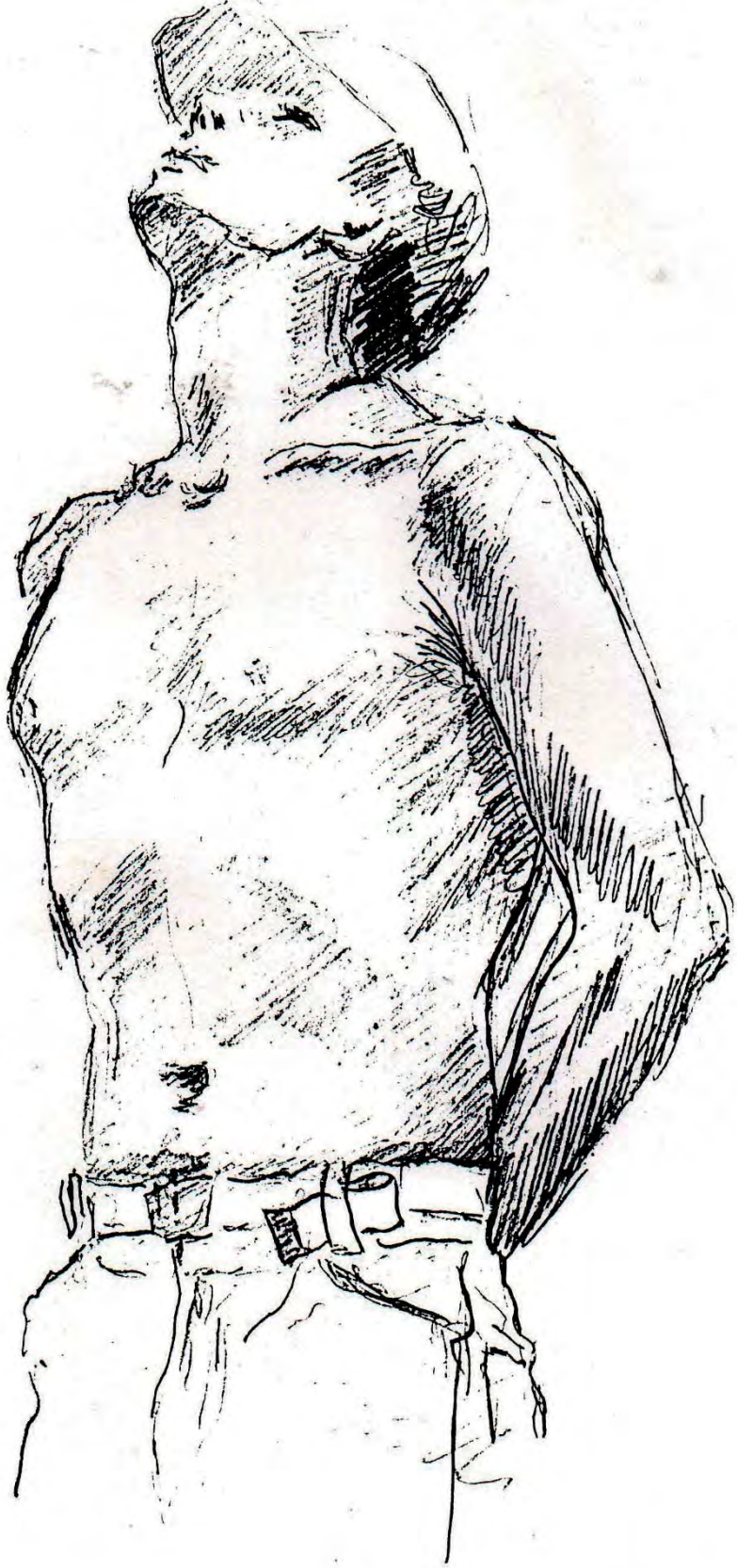
VIII – Centro educacional na forma de universidade corporativa das Agriculturas Familiares e Reforma Agrária exclusivamente voltado para a preparação de operadores de negócios em toda sua extensão. A diferença desta universidade corporativa para as tradicionais é que ela deverá apoiar, profissional e diretamente, a estruturação dos arranjos produtivos em toda sua extensão. Não é uma incubação de empresas, é a própria empresa em ação;

IX – Instalação de um condomínio empresarial-rural consistindo de, entre outros:

X – A associação (cooperativa) produtiva desenvolvedora de negócios, superando as entidades de caráter meramente reivindicativo, com definição de regras claras de produção, participação no trabalho e nos resultados, direitos e deveres societários, entre outros;

XI – Sociedade de acionistas com base em sua Unidade de Produção Familiar, porém integrada num corredor produtivo de escala;

XII – Definição de um modelo de governança destes condomínios para si e, em escala nacional, entre si, integrados e interligados necessariamente para se obter êxito neste propósito.



9. APÊNDICE

O MOVIMENTO SINDICAL DE NOVO TIPO

*Por trás dos sacerdotes,
dos soldados
e dos burgueses
ao fim nos tornamos fiéis
cumpridores das leis: por
isso o sentido de toda
obra humana
ressoa em nós
como um violão
(Attila József)*

Neste quesito, vamos consignar a necessidade de um *movimento sindical de novo tipo*, na perspectiva de ampliar as condições objetivas de transformações estruturais que cumpre a classe trabalhadora promover na sociedade mundial, a fim de pugnar por sua emancipação que será obra de sua própria iniciativa.

Quanto às condições históricas de ter êxito ou não, nesta empreitada é algo a se construir, posto que não é uma situação que esteja dada previamente.

Por isso, não obstante as tratativas centradas nos movimentos sociais tradicionais correlacionados às agriculturas familiares e a reforma agrária, o fato óbvio, porém de difícilíssimo sucesso, é que o trabalho organizado do *movimento sindical* seja a única forma determinante de se fazer face às cadeias globais de valor.

Claro que os segmentos rurais aqui analisados detêm uma importância similar em face de deterem a posse da terra que é, repetimos pela enésima vez, um meio de produção portentoso capaz de, ao cumprir sua função histórica, ao lado deste *novo movimento sindical* sugerido, contribuir na remodelagem das relações sociais na sociedade.

As cadeias globais do capital, no entanto, gozam de importância vital, pois são operadas e dependentes, linearmente, de uma massa de trabalhadores e trabalhadoras presentes em todas as cadeias produtivas e empresas transnacionais e nacionais.

Por isso nunca foi tão atual a assertiva de Marx: “trabalhadores e trabalhadoras do mundo, uni-vos”, agora em cadeias globais de organização categorial e de relações de classe do mundo do trabalho.

O movimento sindical tem de ser chamado a este debate porque é uma das organizações da social civil mais importante. Esta importância é contínua, mas não

“foi ressaltado suficientemente que a potencialidade dos sindicatos foi – e continua sendo – afetada de forma muito ruim pela divisão do movimento da classe trabalhadora, organizada entre o chamado ‘braço industrial’ (sindicatos) e o ‘braço político’ (partidos) do trabalho.

A potencialidade positiva dos sindicatos não acontecerá até que essa divisão prejudicial, que produz danos para ambos, seja significativamente corrigida”⁸⁶.

A estratégia fundamental a ser adotada pela classe do trabalho, para tanto, neste período histórico, em face das brutais alterações que o capital promove no mundo, principalmente a partir do que se convencionou chamar de 4ª revolução industrial, deverá levar em conta que se converterá, neste âmbito, a maioria das atividades laborais em obsoletas e levará outras tantas delas à extinção, tornando-as descartáveis.

Por isso a luta e o trabalho sindical, melhor dizendo, neste *novo movimento sindical*, desde agora deve estar forjado sob alguns parâmetros.

Primeiramente, organizar a presença do *mundo do trabalho no interior das cadeias globais* de valor, de modo a se incorporar uma *nova cultura* avessa ao sindicalismo reivindicativo tradicional;

Segundo, esta nova cultura decorrerá da assunção de outra lógica, onde se tentará quebrar a função do trabalho como mero fator de produção, posto que desta forma, expressa pelo assalariamento, a subsunção ao capital é, de fato, reconhecida e aceita pela própria categoria profissional e ratificada por campanhas salariais que nada mais são do que a chancela desta subordinação;

Terceiro, essa nova cultura será equivalente à compreensão da economia política do capital no século XXI, cujo pressuposto deverá estar determinado pela participação das profissões nos ambientes de trabalho, na forma de integrante da cadeia produtiva e não mero assalariado;

86 A Montanha que Devemos Conquistar - reflexões acerca do ESTADO, István Mészáros, Boitempo Editorial, 2015.

Neste diapasão, esta nova cultura sugere: se o trabalho é um fator determinante na produção das riquezas, então as relações devem ser (re)ajustadas por esta importância real, ao contrário do que se pratica hoje sobre o mundo do trabalho;

Uma nova cultura exige uma nova forma de ação. Daí que a defesa coletiva dos interesses dos integrantes do mundo do trabalho, mediante as diversas profissões de categorias mais variadas, tantas quantas existirem no mundo do capital, será efetivada pela constituição de cooperativas por ramos de atividades produtivas. Não para agenciar a força de trabalho, antes o contrário;

Ou seja, as cooperativas associarão os integrantes de determinado ramo econômico, passando a representá-los como um elo da cadeia do segmento que detém um valor expoente a ser considerado, qual seja, o trabalho como elo e fator determinante de toda e qualquer cadeia global.

A partir deste momento, então, se deverá romper com o modo assalariado de relação subordinada e se passará a adotar a negociação como ente da cadeia de valor, que ao gerar um quantum de riqueza dela deve participar como resultado direto e proporcional ao valor agregado ao segmento econômico no seu contexto geral, em toda sua extensão, a partir do trabalho desenvolvido e efetivado;

Neste propósito, então, o trabalhador e a trabalhadora passam a ser uma espécie de sócio ‘majoritário’, que luta para obter seus dividendos a partir da mensuração do montante econômico-financeiro que agrega ao segmento em que é parte e atua de forma direta.

Por conta disto, as categorias profissionais deverão abandonar a forma tradicional de defesa dos seus interesses coletivos através das reivindicações sindicais convencionais, devido ao fato deste instrumento não ser mais eficiente decorrente das mutações promovidas pelo capital e que afetam sobremaneira o mundo do trabalho. Ele (o sindicato), relativamente se transformou em anacrônico e defasado em cumprir o papel que lhe foi historicamente atribuído noutra fase do capitalismo mundial.

É fato: o capitalismo sofre mutações constantes em revolucionar as relações de produção e, a despeito disto, o movimento sindical se manteve convencional na forma de defesa dos interesses das categorias praticamente igual ao que se fazia no século 19.

Efetuar a defesa de seus interesses requererá à cooperativa, como representante da categoria e integrante dos elos produtivos/laborais do ramo econômico, do qual se faz inerentemente parte, saber e dominar toda a informação do segmento, sobretudo a relativa ao ganho econômico de escala que auferir, de ponto-a-ponta.

Deste modo, certamente, se inaugurará outra relação de poder no interior da sociedade do capital porquanto o trabalho subsumido ao capital deverá ser subvertido/revertido de sua condição histórica, não ontológica, e ser erguido em um novo contexto entre membros de uma mesma cadeia global de valor forjada por uma nova relação horizontal. Ademais, a chamada propriedade privada será questionada em sua base de sustentação material e filosófica, influenciando diretamente nas novas relações de direito.

Aqui se insere uma nova figura jurídica que aproxima o mundo do trabalho a um quase direito de “herança” devido ao fato de ser parte inerente da cadeia de valor de determinado ramo econômico, mediante sua condição de agente imiscuído na razão de propriedade da empresa. Esta nova realidade será de trabalhador-proprietário e sucessor legal do empreendimento, pois sua função é condição sine qua non em tornar o negócio rentável e exitoso.

Por fim, nesta breve consideração, nada do que aqui vai proposto será convertido em realidade se não se confrontar com a lógica de domínio do capital em sua estrutura basilar, qual seja, o desenvolvimento das forças produtivas, que é um predicado próprio do trabalho, cuja condição agora requer outra sociopsicologia fundada na condição de elo vital e empreendedor de segmentos econômicos e não mais de assalariados.

Uma transição psicossocial se faz absolutamente necessária para se encarar este novo contexto.

Por isso, para ser alternativa substantiva em paridade de armas, a classe do trabalho tem que ser equivalente ao que combate e quer superar: o capital.

Esta nova estratégia sugerida ao movimento sindical esta diretamente correlacionada e coerente com uma tripla necessária superação:

b – Do Capital e seu sociometabolismo, cuja centralidade condiciona a subsumção do trabalho a este

sistema e define o padrão e os valores culturais da sociabilidade vigente;

c – Do Estado, porquanto é o portentoso comando político centralizado do sistema do capital, que impõe suas regras e domina de modo inescapável a sociedade de forma avassaladora, devido a executar os interesses da classe de comando que é a burguesia financeira, industrial e do agronegócio;

d – Do próprio Trabalho, que mesmo sendo o agente produtor de todas as riquezas é dominado e impedido de fruir do resultado de sua intervenção societária devido ao fato de, historicamente, ter sido subsumido ao sistema metabólico do capital. Para subverter esta ordem, portanto, se requer do trabalho promover uma mutação a si mesmo em sua forma existencial atual, senão não cumprirá um papel histórico de superar o sistema que o oprime, humilha, domina e o empobrece.

A mutação a ser promovida pelo trabalho requer, no entanto, considerar o fato de que as relações de produção moldam as relações na sociedade e, para tanto, “ser parte da cadeia de valor” dos ramos produtivos das cadeias globais se insere nesta remodelagem societária. Isto influi ao erguimento de uma nova sociabilidade mediada por uma ordem material concreta, da qual deve ser parte (um elo determinante das cadeias de valor) e não ter parte (como é imposto pelas relações de assalariamento).

Lembramos que o assalariamento é a forma mais desenvolvida que o capitalismo engendrou para acomodar a subsunção do trabalho ao capital (relação material de subordinação).

Ser parte, no novo conceito e viés aqui adotado é a inerência das relações, elas mesmas e, sabemos, não será reconhecida, inicialmente, pelo novo status jurídico de propriedade auferido. Também a política terá dificuldade em “reconhecer” porquanto historicamente abriu mão da representação direta das fábricas por parte do operariado, deslocando para si este instituto em face da obtenção da representação na institucionalidade prevacente. Por isso requer um novo modo de luta associada ao trabalho no interior das cadeias globais de valor do capital. Esta nova condição

admirará mediante a gênese de adoção de uma nova forma de postura que historicamente ensejará um novo poder para a classe do trabalho.

Ter parte, ao contrário, reforça a subordinação mediante o assalariamento. Afinal, no *modus operandi* convencional do mundo do trabalho, a greve se faz contra o que não se é inerente. Isto configura a externalidade da classe do trabalho e sua fragilidade, afinal a “greve é operária, o direito de greve é burguês” (Bernard Edelman, jurista e filósofo francês) e;

Outra questão central de poder será em relação a forma de luta sindical do(a) servidor(a) público(a), em face de sua condição especial de agente representante do poder estatal que detém por função a fé de ofício. Esta condição o torna poderoso, podendo aplicar a lei, embora se esta estiver a interesse da classe dominante.

Esta representação sindical de categoria, portanto, detém uma complexidade extraordinária pelo que representa de importância para o funcionamento do comando político centralizado do ESTADO, a serviço de uma única classe e esta não é a do mundo do trabalho.

Neste sentido, será o mais desafiador para a esquerda definir que tipo de novo sindicalismo deve ser erguido no interior da cadeia de valor que o ESTADO representa e qual a linha de ação estratégica que os(as) servidores(as) compromissados(as) com outra sociedade justa possam cumprir. Afinal, não será a mesma tratativa que se impõe às cadeias globais de valor da iniciativa privada.

O(A) servidor(a), certamente, poderá cumprir um papel verdadeiramente revolucionário comparado às outras categorias profissionais, porquanto o “seu patrão”, o ESTADO, é um agente de outro perfil distinto de todos os demais.

Este papel distinto requer uma questão determinante: ele/ela [o(a) servidor(a)] não deveria mais adotar a ideia que se insere numa verdadeira catarse coletiva que o faz se julgar ser ele mesmo (o agente estatal) a encarnação do próprio ESTADO, sendo sua extensão. Não é. Eis a maior arma ideológica do sistema do capital para se manter dominante.

O servidor é descartável, mas sua força adquirida por cumprir um papel determinante na sociedade o torna “especial”, isto não negamos.

Como vencer a barreira em cuja especialidade estes servidores se enquadram, no entanto, se se apartam das demais categorias do mundo do trabalho e até se consideram superiores a elas?

Esta “superioridade” decorre da hierarquia da importância do seu papel no funcionamento regular das estruturas de comando do capital. Isto sim é o que possibilita o status elevado e o prestígio decorrente. Sem dúvida um fator que aparta o segmento dos servidores(as) públicos(as) das demais categorias.

Esta é uma das questões centrais, extremamente complexa e dotada de alto padrão idiossincrático por parte desta categoria, em face da “contradição” com as outras categorias privadas e por estas serem de ramos econômicos geradores de riqueza que financiam o ESTADO mediante impostos e que são administrados e gerenciados pelo servidor(a) público(a).

O ESTADO, sendo político, ele cumpre um papel de domínio sobre a sociedade em favor de uma classe que o controla historicamente e, certamente, o servidor público não se insere neste macro contexto. Alguns acreditam que sim. Crença vã.

O ESTADO, como parte do sistema sociometabólico do capital, detém uma característica precípua que concorre para tornar mais difusa ainda a identificação do papel da categoria de servidores públicos, devido a um de seus pilares fundantes: a impessoalidade.

O maior desafio, neste sentido, é a categoria dos(as) servidores(as) públicos(as) trabalharem no interior do ESTADO e contribuir ao seu funcionamento em favor da sociedade total e não apenas de uma classe como historicamente se formou desde o início da história moderna.

Noutra dimensão, agora mais diretamente relacionada com as agriculturas familiares e a reforma agrária, este movimento sindical cooperativado poderá cumprir um papel fundamental ao integrar a cadeia de valor destes segmentos rurais.

A forma que assumirá esta integração deve cumprir os seguintes requisitos:

1 – A relação entre este novo movimento sindical cooperativado e os segmentos rurais aludidos deverá ensejar uma integração de mutualidade, reciprocidade e apoio político ao fortalecimento sistemático de ambos atores nas dimensões sociais, políticas e econômicas;

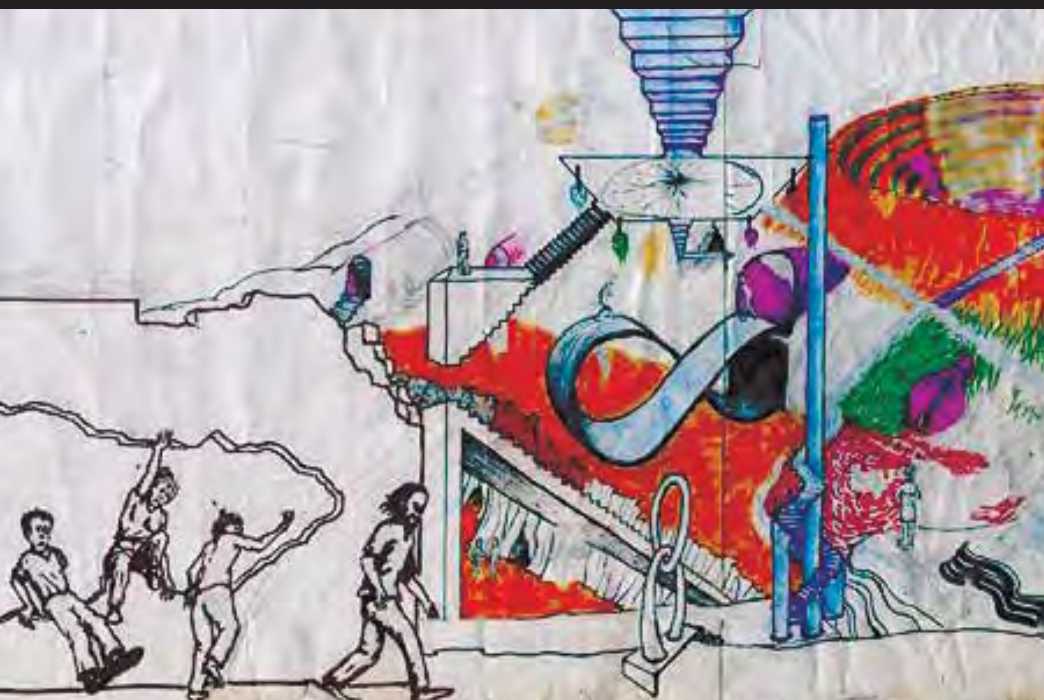
2 – Com o vetor apontado dos segmentos sociais ao sindical, a iniciativa deverá incorporar as ações de escoamento coordenado da produção para o interior das diversas categorias articuladas, gerando um nicho de mercado altamente fidelizado. A esta ação denominamos de distribuidor consorciado. Serão distribuidores, portanto, as estruturas sindicais gerarão um grande benefício à sua categoria em decorrência de repassarem produtos saudáveis e a baixo custo, contribuindo para elevação do padrão econômico tanto da categoria como dos segmentos rurais. Daí a mutualidade.

3 – As categorias profissionais que aderirem ao consumo dos produtos, estimuladas as aquisições pelas organizações sindicais cooperativadas, denominamos de consumidor associado, passando a fazer parte de uma extensa e coordenada cadeia de valor, capaz de remodelar as relações entre os diretamente comprometidos neste processo e a própria sociedade total.

Deste modo se abre uma nova perspectiva à integração unitária entre os diversos atores sociais. Certamente este será um grande passo em direção à emancipação da classe do mundo do trabalho.



10. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Nossas ideias, sabemos, estão fora de sincronia com nossa época devido ao *Zeitgeist da esquerda atual*. Por isso, reconhecemos no seu destino uma circunstância cujo tempo ainda não chegou (paráfrase de Mészáros). Quem sabe?

Também demarcamos nossa posição parafraseando Chico de Oliveira:

“Tudo o que se vier a fazer não irá emancipar nem melhorar materialmente as condições sociais do povo, o que depende não do desenvolvimento das forças produtivas mas da sua apropriação pelo povo”⁸⁷.

Afinal quem foi que disse ser incompatível às agriculturas familiares e à reforma agrária realmente existentes o uso profissional da racionalização administrativa de empreendimentos econômicos, a alta tecnificação e a escala produtiva?

E mais, ou se insere as agriculturas familiares e a reforma agrária, decisivamente, na macroeconomia ou defender a dinamização destes segmentos sem elevá-los à condição de potência socioeconômica, subjaz uma razão resignada que se acomoda funcionalmente ao interesse do sistema sociometabólico do capital.

Uma indagação, no entanto, nos inquieta: como construir outra sociedade se a luta pela reforma agrária produz uma elevada estratificação da terra e gera produtores(as) isolados em parcelas ínfimas que bloqueiam a integração e limitam materialmente a acumulação econômica?

Por isso, mesmo numa conjuntura tão adversa ousar é preciso, pois o contexto das agriculturas familiares e da reforma agrária precisa dar uma virada promovendo uma total ressignificação do seu papel no desenvolvimento do país.

Nossa proposta, portanto, é consciente dos obstáculos que tem que superar, pelo fato de haver uma sacralização dos segmentos em epígrafe.

Sabemos que haverá incompreensão, mas avançar se faz necessário nos propósitos que nos levam a ter firmeza na luta e no trabalho por uma nova sociedade, pois

87 Elogia para uma Re(li)gião : SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, pág. 27.

*“A revolução
deve tirar sua
poesia do futuro,
não do passado”*


(Karl Marx, 18BLB, p. 18).

Por isso, acreditamos ser possível construir uma sociedade onde a felicidade, a empatia e a compaixão estejam inscritas na ordem material que definem a relação entre as pessoas, isto é, uma nova sociabilidade.

Afirmamos enfaticamente, ao final: a superação do atual estado de coisas que determina e caracteriza o sistema do capital em sua totalidade é um movimento de síntese, não de antítese como supõe equivocadamente a vã filosofia.

Abril de 2020

Renato Carvalho
Coordenação da Via Trabalho



*Bem-vindas as críticas,
Pois elas são
O berço
Das mudanças
Que começam
Nas
Autocríticas*







REFERÊNCIAS

CLARISSE GURGEL

Ação Performática: sintoma de uma crise política (https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/10525%20Clarisse%20Gurgel.pdf).

MARIA THEREZA CANDIDO GOMES DE MENEZES

Economia Solidária: Elementos para uma Crítica Marxista – Maria Thereza C. G. de Menezes – Rio de Janeiro, GRAMMA, 2007.

MARTA HARNECKER

Desafios da Esquerda Latino-Americana depois de Seattle (texto) – 21 de agosto de 2001.

DOMENICO LOSURDO

Artigo que foi posteriormente desdobrado em sua última obra publicada em vida, “O marxismo ocidental: como nasceu, como morreu, como pode renascer” - Boitempo, 2018. (<https://blog-daboitempo.com.br/2018/06/29/losurdo-como-nasceu-e-como-morreu-o-marxismo-ocidental/>).

DOMINIQUE WOLTON

(<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/06/1892019-uso-de-redes-sociais-na-politica-esmaga-o-futuro-diz-dominique-wolton.shtml>)

KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

- Obras selecionados – 1983.
- Manifesto Comunista

KARL MARX

- Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política.
- O 18 brumário de Luís Bonaparte.

HERBERT MARCUSE

Marxismo Heideggeriano - Livro de Bolso - 228 páginas - Editado por Richard Wolin e John Abromeit - Novembro de 2005.

ISTVÁN MÉSZÁROS

- Para Além do Capital – rumo a uma teoria da transição – 2002 – Boitempo Editorial.
- A Montanha que Devemos Conquistar – reflexões acerca do Estado – 2014 – Boitempo Editorial.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL

- Edição de abril de 2010
- O futuro da classe média – edição 40.

GILBERTO DUPAS

Contra o Método, resenha sobre livro homônimo de Feyerabend, Folha de São Paulo, 08.01.2009.

ESTHER VIVAS

Ocupando o sistema agrícola e alimentar (+info: <http://esthervivas.com/portugues/>).

ANTÔNIO DELFIM NETTO

- Entrevista do Valor Econômico em 09/09/2013.
- in Lições da História – Revista Carta Capital – 09/06/2014.
- In Suprema Mistificação – Revista Carta Capital – 05/05/2014
- Livro The Lessons of History, de Will e Ariel Durant, 1968, citado in Lições da História – Revista Carta Capital – 09/06/2014.
- Por que ler Marx hoje? articulista da Folha de São Paulo - 13.03.13.
- Mercados, artigo, em 10/07/2013 para Folha de São Paulo.

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

ROBERT KURZ

Entrevista concedida por e-mail, a IHU on-line, A Esquerda e a Dialética Sujeito-objeto do fetichismo moderno, www.unisinos.br/ihu.

> Artigo

A Construção Social do Presente: ética, estética e política, resumo, Juliane Tagliari Farina, Luciana Rodriguez Barone, Tania Mara

Galli Fonseca, Vilene Moehlecke - Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil (Psico, v. 41, n. 3, pp. 296-302, jul/set. 2010).

> Redação

“Como vencer a pobreza e a desigualdade”, redação intitulada ‘Pátria Madrasta Vil’, de Clarice Zeitel, de 26 anos, estudante que termina faculdade de direito da UFRJ, incluída num livro, com outros cem textos selecionados no concurso, premiada pela UNESCO. Ela concorreu com outros 50 mil estudantes universitários.

MARCIO POCHMANN

Revolução no embate das ideias e projeto de sociedade – texto, 11.01.2009.

ISTO É DINHEIRO

Revista semanal – edição 882 – 17/set/2014.

JONAS DE OLIVEIRA BERTUCCI

A Produção de Sentido e a Construção Social da Economia Solidária, tese doutorado, , Universidade de Brasília, 2010.

MIGUEL ROSSETTO

A reforma agrária possível, entrevista da Carta Capital em 28/04/2014.

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO)

O estado da insegurança alimentar no mundo – 2012, relatório apresentado no dia 9 de outubro.

MARIA ORLANDA PINASSI

- Balanço dos 30 anos do MST, texto - em 24 de fevereiro de 2014.

- O MST, a reforma agrária e o neodesenvolvimentismo, e Frederico Daia Firmiano, em terça, 06 de agosto de 2013.

VALOR ECONÔMICO

LBR impõe forte perda ao BNDES, 17.01.2013.

REVISTA EXAME

Edição 982 – ano 44 – nº 23 – 15.12.2010.

PERRY ANDERSON

Considerações sobre o marxismo ocidental, Praxis editora - 1978.

MARCIO THOMAZ BASTOS

- Sem citar mensalão, diz que repressão passou dos limites, folha on line, 26.12.12-04h17.

- “Vigiar e punir” ou “participar e defender”? revista Consultor Jurídico, 24.012.12.

JOAQUIM FALCÃO

Entrevista – revista Época – 08/04/2013.

FERNANDO BRITO

Era dos imbecis, Brasil de Fato, em 18/05/2015.

RODRIGO PETRÔNIO

“A política é o meio, a cultura é o fim”, Para uma Ontologia do Ser Social, Lukács, marxismo e humanismo, artigo de - O ESTADO de São Paulo / 07 de dezembro de 2012 | 20h18.

> Relatório

A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a questão Regional, série desenvolvimento rural sustentável, volume 17, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Representação do IICA no Brasil, fevereiro de 2013.

DEMÉTRIO CHEROBINI

A Esquerda como projeto político-social para além do capital uma visão a partir de István Mészáros, artigo, em 23 de setembro de 2010.

REVISTA CULT

O erro de Marx, pág. 24, edição 166, ano 15 – Março 2012.

DJALMA NERY

Reforma ou revolução agrária, artigo, em 16 de janeiro de 2017.

REVISTA EXAME

Convertidos ao capitalismo, por Fabiane Stefano, do Pontal do Paranapanema, 5 de dezembro de 2007.

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA

A reforma da reforma agrária, presidente da Sociedade Rural Brasileira, janeiro de 2017.

PIERRE BOURDIEU

Poder Simbólico, editora Difel, 1989.

FRANCISCO URIBAM XAVIER DE HOLANDA

A Lógica material e simbólica na agricultura familiar: idiossincrasias de assentamentos cearenses, IPEA, in Planejamento e Políticas Públicas, edição 35, jul a dez 2010.

WLADIMIR POMAR

- Respostas Concretas, artigo, em 26 de julho de 2011.

- Vertentes do Desenvolvimento - analista político e escritor, 05.04.2012.

HENRIQUE T. NOVAES

Artigo PARA ALÉM DA APROPRIAÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO? hetanov@ige.unicamp.br Unicamp-Brasil.

Nota técnica nº 11

A Importância do Crédito para o Desenvolvimento Social e Produtivo dos Assentamentos - Coordenação de Desenvolvimento Rural – DISOC/IPEA – Brasília, novembro de 2012.

JOCENY PINHEIRO

Resenha do livro A Sociedade Contra o Social, por– UFCE.

Artigo

O Caráter Empresarial da Pequena Produção Agrícola – Bahia, Análise & Dados. Salvador. CEI. V.II. n. 1.p. 106 – 111, jun, 1992.

Conjunto musical MPB4

Canto dos Homens (Milton Santos e Paulo Cesar Pinheiro) - 1976.

LEV VYGOTSKY

Formação Social da Mente, livro, Martins Fontes editora.

ANTÔNIO JÚLIO DE MENEZES NETO

Autonomia e perda de autonomia na luta pela terra: vitória da pós-modernidade? – texto, **professor na Faculdade de Educação da UFMG e doutor em Educação, em 13 de maio de 2015.**

ATTILA JÓZSEF

Poeta húngaro

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- P. 3. Observatório – autoria Luiz Ribeiro
- P. 10-11. (The Beginning is Near de Neanderthalcouzin (Creative Commons))
- P. 22-23. Índios - autoria: J. Orlando
- P. 46-47. Engrenagem - autoria: J. Orlando
- P. 76-77. Engrenagem II - autoria: J. Orlando
- P. 90-91. Vidas Secas - autoria: J. Orlando
- P. 100-101. Espanto - autoria: Luiz Ribeiro
- P. 142-143. Atenção - autoria: Luiz Ribeiro
- P. 152-153. Mulher xadrez - autoria: Luiz Ribeiro
- P. 158-159. Opostos – autoria Luiza Riello 2018
- P. 166. Trabalhador - autoria: J. Orlando
- P. 178-179. Mural da Sede da Via do Trabalho – autor: Tiago Acio-
li, 2018
- P. 184-185. (Autor desconhecido – imagem captada na internet)
- P. 186-187. Mulher flutuando - autoria: Luiz Ribeiro

FICHA TÉCNICA

©Renato Carvalho

PRIMEIRA EDIÇÃO

Abril de 2020

ISBN: 978-65-00-010

Texto Original

Renato Carvalho

Edição

Renato Carvalho

Revisão

Odomiro Fonseca

Capa, Projeto Gráfico & Diagramação

Rodrigo Acioli

Ilustração Capa

J. Orlando

Ilustrações

Luiz Ribeiro, J. Orlando, Tiago Acioli, Luiza Riello

Neste ensaio nos empenharemos em demonstrar e desvelar o que consideramos serem os *limites e as perspectivas* que se relacionam com o que se convencionou denominar *agricultura familiar e a reforma agrária* em nosso país e a lógica que a preside.

